



**Revista**

***PERcursos Linguísticos***

**Volume 6**

**Edição N. 13**

**Ano 2016/02**

PPGEL- UFES

# PERcursos Linguísticos

VITÓRIA

2016 / 02

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

---

PERcursos linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de

Pós-Graduação em Linguística. – v. 6, n. 13 (2016)- . – Dados eletrônicos. – Vitória: UFES, 2011-

Semestral.

ISSN: 2236-2592

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: < <http://periodicos.ufes.br/percursos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU:  
81(05)

---

Ficha catalográfica elaborada por:

Saulo de Jesus Peres

CRB6 – Reg. 676/ES

CCHN/ PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910

Vitória – ES

Tel: 027 4009-280

***PERcursos Linguísticos***

Esta revista é um periódico semestral.

**Reitoria**

Reitor: Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitor: Ethel Leonor Noia Maciel

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**

Pró-Reitor: Neyval Costa Reis Júnior

**Centro de Ciências Humanas e Naturais**

Diretor: Renato Rodrigues Neto

Vice-Diretor: Júlio Bentivoglio

**Departamento de Línguas e Letras**

Chefe: Alessandro Rodrigues Meireles

**Programa de Pós-Graduação em Linguística Mestrado em Estudos Linguísticos**

Coordenadora: Micheline Mattedi Tomazi

Coordenador Adjunto: Lúcia Helena Peyroton da Rocha

**EQUIPE EDITORIAL**

Patrick Rezende (Editor-gerente)

Guilherme Brambila

Mônica Smirdele

Micheline Tomazi

## **CONSELHO EDITORIAL**

Ana Cristina Carmelino (UNIFESP)

Alexandre Timbane (ACIPOL)

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES)

Bernardo Limberger (PUC- RS)

Bruno Deusdará (UERJ)

Daniel Ferraz (UFES)

Davi Borges Albuquerque (UNB)

Daniervelin Renata Marques Pereira (UFTM)

Edenize Ponzos Peres (UFES)

Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP)

Fernanda Mussalim (UFU)

Ingedore Grunfeld Vilaça Koch (UNICAMP)

Janice Helena Chaves Marinho (UFMG)

José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG)

Júlia Maria da Costa de Almeida (UFES)

Júlio Araújo (UFC)

Junia Mattos Zaidan (UFES)

Juscelino Pernambuco, (UNESP/UNIFRAN)

Karylleila Santos Andrade (UFT)

Kyria Finardi (UFES)

Lilian Coutinho Yacovenco (UFES)

Lillian V. F. DePaula (UFES)

Lívia Fortes (UFES)

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

Luciana Ferrari (UFES)

Luciano Vidon (UFES)

Luís Fernando Bulhões Figueira (UFES)

Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP)

Maria Cristina Giorgi (CEFET- RJ)

Maria da Penha Pereira Lins (UFES)

Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN)

Maria Luiza Braga (UFRJ)

Maria Silvia Cintra Martins (UFSCAR)

Marina Célia Mendonça (UNESP)

Marta Scherre (UNB/UFES)

Mayara Oliveira Nogueira (PUC-Rio)

Michele Freire Schiffler (UFES)

Micheline Mattedi Tomazi (UFES)

Roberto Perobelli Oliveira (UFES)

Renata Martins Amaral (PUC-Rio)

Rita Maria Ribeiro Bessa (UFBA/UEFS)

Rivaldo Capistrano Souza Júnior (UFES)

Virgínia Beatriz Baesse Abrahão (UFES)

## **INDEXAÇÃO**

A PERcursos Linguísticos está indexada em:

Latindex, Diadorim, Sumários.org, Journalseeker, Journals4free, Sherpa/RoMEO, Livre, WorldCat.org, EZB- Elektronische Zeitschriftenbibliothek, WZB, ErihPlus, CIRC, CCG/IBT- UNAM, Vércila- Biblioteca Digital, REDIB.

## Sumário

### Expediente

[Expediente](#)

Editor gerente

PDF  
2-7

### Apresentação

[Apresentação](#)

Patrick Rezende, Guilherme Brambila

PDF  
9-10

### Ensaio

[POR UMA OUTRA PEDAGOGIA PARA LÍNGUA ADICIONAL E LITERATURA: TRADUÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE SUPERACÃO DA  
CISÃO TECNICISTA](#)

Junia Mattos Zaidan, Fernanda Nali de Aquino

PDF  
11-21

### Artigos

[Polêmica discursiva e intertextualidade: em pauta o compartilhamento de notícias na rede social](#)

Breno Rafael Martins PArreira Rodrigues Rezende

PDF  
21-36

[OS EU\(S\) E SEUS OUTROS: OS SUJEITOS DA LINGUAGEM ESTABELECIDOS NA INTERLIGAÇÃO SEMIOLINGUÍSTICA EUC/TUI NO  
FILME BICHO DE SETE CABEÇAS](#)

João Benvindo de Moura, Jonnia Maria Aguiar Magalhães, José Mágnio de Sousa Vieira

PDF  
37-50

[Um eu de Graciliano Ramos que se desdobra em diversos eus no romance](#)

Gabriela Pacheco Amaral

PDF  
51-70

[INTERTEXTUALIDADE, CRÔNICA, MÍDIA IMPRESSA](#)

Losana Hada de Oliveira Prado

PDF  
71-89

[MARCAS DIATÓPICAS DAS VARIANTES DE CABRA-CEGA E AMARELINHA: O QUE DIZEM OS DICIONÁRIOS ELETRÔNICOS HOUAISS  
E AURÉLIO E O ALIB?](#)

Rodrigo Alves Silva

PDF  
90-105

[A LINGUAGEM DA CRIANÇA: UMA HERANÇA CULTURAL](#)

Giovane Fernandes Oliveira

PDF  
106-118

[Atos de tradução intersemióticos, performatividade e constituição de identidades](#)

Patrick Rezende

PDF  
119-138

### Política Editorial

[Política Editorial](#)

Editor Editor

PDF  
139-142



## APRESENTAÇÃO

É com prazer que publicamos mais uma edição da *Revista PERcursos Linguísticos*. Com ela, continuamos as trocas e a divulgação de pesquisas de diversas áreas do campo da linguagem. Acreditamos também que a PERcursos Linguísticos continua contribuindo para a excelência do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL-UFES).

O presente número apresenta uma compilação de oito artigos de autoria de pesquisadores de diferentes instituições brasileiras de ensino.

O primeiro trabalho desse volume, intitulado “Por uma outra pedagogia para língua adicional e literatura: tradução como possibilidade de superação da cisão tecnicista”, é de autoria de Fernanda Nali de Aquino e Junia Zaidan que enxergam na tradução um possível caminho de encontro entre os estudos da linguagem e os literários.

Breno Rafael M. P. R. Rezende, tendo como *corpus* uma notícia veiculada na *Folha de S. Paulo*, investiga uma questão discursiva em torno dos movimentos “Vem pra rua” e “Fora Dilma” à luz da Análise do Discurso de linha francesa no trabalho “Polêmica discursiva e intertextualidade: em pauta o compartilhamento de notícias na rede social”.

Em “Os Eu(s) e seus outros: os sujeitos da linguagem estabelecidos na interligação semiolinguística EUc/TUi no filme *Bicho de Sete Cabeças*”, João Benvindo de Moura, Jonnia Maria Aguiar Magalhães e José Magno de Sousa Vieira focalizam seus estudos no sujeito dentro dos pressupostos teóricos da Semiologia de Charaudeau a partir de um filme brasileiro.

Gabriela Pacheco Amaral investiga os desdobramentos do “Eu” na obra *Infância*, de Graciliano Ramos, propondo um estudo sobre o discurso de desigualdade na narrativa, guiada pelo dialogismo e polifonia de Bakhtin, pelas Formações Discursivas de Pecheux e pela Semiologia de Charaudeau em “Um ‘Eu’ de Graciliano Ramos que se desdobra em diversos ‘Eus’ no romance”.

“Intertextualidade, Crônica, Mídia Impressa”, de Losana Hada de Oliveira Prado, é uma investigação que explora na crônica futebolística suas possibilidades de intertextualidade, dentro de uma relação dialógica com a Análise do Discurso, Linguística Textual e a Teoria Literária.

A investigação da definição de variantes regionais por diferentes dicionários é feita por Rodrigo Alves Silva em “Marcas diatópicas das variantes de *cabra-cega* e *amarelinha*: o que dizem os dicionários eletrônicos *Houaiss* e *Aurélio* e o *ALiB?*”, que nos propõe uma discussão em torno da dialetologia e do léxico.

Giovane Fernandes Oliveira, em “A linguagem da criança: uma herança cultural”, discute a relação entre língua, cultura e intersubjetividade no processo de aquisição da linguagem através de um diálogo entre uma criança e seus pais, dentro da Teoria da Enunciação de Benveniste e da Teoria Enunciativa da Aquisição da Linguagem.

Por fim, Patrick Rezende investiga processos tradutórios em uma pintura ameríndia de Debret e ilustrações de Hans Staden na perspectiva de discutir a questão das identidades nacionais e suas traduções histórico-ideológicas em “Atos de tradução intersemióticos, performatividade e constituição de identidades”.

Que as leituras sejam enriquecedoras e que essa edição possa facilitar os diálogos em torno daquilo que vem sendo desenvolvido nos estudos da linguagem.

Vitória (ES), 05 de dezembro de 2016

Guilherme Brambila

Patrick Rezende

## **POR UMA OUTRA PEDAGOGIA PARA LÍNGUA ADICIONAL E LITERATURA: TRADUÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA CISÃO TECNICISTA**

Fernanda Nali de Aquino<sup>1</sup>

Junia Zaidan<sup>2</sup>

### **Resumo**

Buscando problematizar a separação histórica entre língua e literatura na esfera educacional, faremos neste trabalho reflexões a partir do fio condutor da tradução interlingual como possibilidade de superação dessa dicotomia. Argumentamos que a naturalização da cisão entre língua e literatura tem sedimentado processos educacionais comprometidos com o tecnicismo e, assim, subtraído da pedagogia de língua adicional sua dimensão humanista, através da ênfase exclusiva na cognição e no texto como materialidade referencial. Nesse cenário, a tradução de textos literários e referenciais entre línguas distintas se apresenta como espaço de confluência de práticas que solicitam das tradutoras i. a ruptura com o representacionismo na concepção de língua/linguagem; ii. a ressignificação da língua em face das potencialidades linguísticas que o texto literário inscreve; iii. a constante reformulação e expansão do repertório de estratégias tradutórias e iv. a assunção de seu papel como agente/interventora na produção e circulação de textos.

**Palavras-chave:** Língua e literatura. Tradução e ensino. Tradução e Letramento Crítico.

### **Abstract**

Seeking to problematize the historical detachment of language and literature in education, we reflect upon interlingual translation as a possibility to overcome this dichotomization. We contend that the naturalization of the separation between language and literature has brought about educational processes committed to technicism, thus subtracting from additional language pedagogy its humanistic dimension by exclusive emphasis on cognition and on texts as always possessing a referential nature. In this scenario, the translation of literary and referential texts between different languages is presented as a space for the confluence of practices in which translators i. break with representationalism in their conceptualization of language; ii. re-signify language in face of the linguistic potential of literature; iii. constantly reformulate and expand their repertoire of translation strategies and iv. understand their role as intervening agents in the production and circulation of texts.

---

<sup>1</sup> Professora de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica. Licenciada em Letras Portugêses (UFES) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras, Ufes. [fernandanali@gmail.com](mailto:fernandanali@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora adjunta de língua inglesa e linguística aplicada do Departamento de Línguas e Letras/CCHN/UFES. Doutora em Linguística (UNICAMP) e mestre em linguística aplicada (UFF). Coordenadora do Observatório de Tradução: arte, mídia e ensino. [junia.zaidan@ufes.br](mailto:junia.zaidan@ufes.br)

**Keywords:** Language and literature. Translation and education. Translation and Critical Literacy.

### **Contextualização da divisão entre língua e literatura**

No conhecido ensaio intitulado “Linguística e Poética”, Jakobson afirma: “Um linguista surdo à função poética da linguagem e um especialista em literatura indiferente aos problemas linguísticos e ignorante dos métodos linguísticos são, um e outro, flagrantes anacronismos” (1970). O poeta da Linguística já se incomodava com a falsa dicotomia – língua/literatura –, que se fortaleceu ao longo da história e que ainda perdura, embora não se possa pensar a literatura fora dos quadros da língua e embora a língua só goze de seu potencial pleno na literatura.

Se é, portanto, enquanto linguagem poética que a língua comporta a plenitude da funcionalidade da linguagem, compreender a prática histórica de cindir da língua a literatura é um empenho que nos conduz para além da discussão das questões estritamente linguísticas e literárias, levando-nos à análise das políticas linguísticas e educacionais que estão em jogo para que essa separação seja entendida como natural ou necessária. A naturalização dessa cisão é curiosamente reforçada pelo binômio (língua e literatura), no qual língua e literatura são distintas e, ao mesmo tempo, inseparáveis; está na divisão das áreas do CNPQ; está nos departamentos das universidades, linhas de pesquisa, nas perguntas que nos fazem, nos formulários que preenchemos. As práticas institucionais têm a distinção na ordem do dia e dela se valem para tornar “produtiva” a “gestão” das pessoas e das coisas. De que falamos neste ensaio, ao indicar como problemática a separação entre esses domínios? Trata-se menos de um incômodo com a organização prática da vida e mais de uma insistência em indicar as determinações que, naturalizando relações com o texto a partir dessa dicotomia, impedem que o processo educativo se constitua como "ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens", como nos lembra Saviani (1995, p. 17).

Em sua tese de doutorado de 2007, Elisabeta Santoro (orientada pelo Professor Luiz Fiorin) faz uma comparação entre o tratamento dado à língua e à literatura no curso de letras da USP. Ela afirma que os cursos de Letras sempre refletiram essa “cultura da divisão” e da “convicção da superioridade dos estudos literários em relação aos estudos linguísticos” (Anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

1937 a 1952). Além de apresentar excertos de relatórios em que professores de literatura se queixavam do tratamento exclusivamente instrumental que, em sua opinião, os linguistas davam ao texto e de que não valorizavam as “propriedades literárias das obras”, a pesquisadora também afirma que a língua estrangeira, por exemplo, “estava a serviço da literatura [e] era pensada como conhecimento prévio das formas, do léxico, da gramática, que pudesse permitir compreender os textos de literatura estrangeira, estes sim, vistos como a essência do curso, como aquilo que realmente contava na formação.” Presumia-se, portanto, que o conhecimento de línguas estrangeiras era pré-requisito para estudos mais nobres e elevados de literatura.

Mais resignada do que afirmativamente, as universidades foram, aos poucos, encarregando-se do ensino das línguas estrangeiras, que passaram a ser obrigatórias no currículo da Educação Básica, tendo efeito retroativo na formação para a docência nos cursos de Letras.

Por falta de uma concepção discursiva de língua para o campo do ensino de línguas adicionais – ainda incipiente em meados do séc. XX –, uma concepção discursiva que informasse teoricamente o campo de ensino de línguas, aprender língua estrangeira era sinônimo de aprender sua gramática, fonologia e vocabulário. A abordagem disponível para o ensino de língua estrangeira se denominava *Grammar Translation Method*, traduzido como Método Gramática-Tradução, que se destinava a verter textos de línguas estrangeiras para a língua do aprendiz. Textos literários. De uma prática riquíssima – que é a tradução literária – nasceu um equívoco, que até hoje perdura: o da tradução como processo supostamente pernicioso para a aquisição de língua. Mas o que nos interessa agora, nesse sentido, é o fato de o texto literário, como a materialidade discursiva-mote para o ensino de línguas, como a referência que deveria ser entendida e imitada, passar a ser associado a uma visão tradicional, ultrapassada de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. Naturalizou-se, no ensino de línguas, a ideia de que o recurso ao texto literário exibiria certo prescritivismo, purismo, elitismo, devido à forma como esse campo o inscreveu inicialmente. A divisão entre língua e literatura se acentuou ainda mais na medida em que a Abordagem Comunicativa (LITTLEWOOD, 1981; RICHARDS & RODGERS 1986) se espalhou por todo o mundo. Esta, embora se valha de uma concepção de língua como discurso e promova um ensino pautado na comunicabilidade, em nenhum dos textos teóricos que lhe dão base reconhece a necessária relação entre a língua materna da aprendiz com a

estrangeira – e, na medida em que é praticada, tampouco reconhece que uma visão discursiva de língua inscreve a linguagem poética.

Ressalte-se que o Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (um guia que estabelece parâmetros para avaliar a proficiência linguística) reproduz o distanciamento entre língua em literatura, inserindo o item avaliativo “conhecimento e habilidades em relação à literatura” apenas nos níveis mais altos de proficiência linguística, o que reforça certo formalismo e postura de veneração em relação ao texto literário.

### **Língua, literatura e tradução**

Sem querer esgotar uma análise nem apresentar uma cartografia da dicotomização língua/literatura, consideremos por ora suficiente a contextualização que fizemos para refletir sobre a possibilidade de superação desta divisão através da atividade tradutória.

Tanto a tradução quanto a literatura ensejam tratamentos do linguístico que superam o tecnicismo na pesquisa e ensino de língua. Traduzir, assim como acolher o texto literário, não permite o alinhamento com o verificacionismo e o encapsulamento do sentido. Logo, não interessam à cultura imediatista que se presta mais a preparar para o mercado do que para a vida. A tradução desafia o reducionismo da língua a uma função referencial na medida em que a tradutora se depara, por exemplo, com deslizos de sentido que cada escolha lexical e sintática implicam.

Traduzir, como modo de afirmar a indissociabilidade entre língua e literatura, na esfera educacional possibilita problematizar e romper com equívocos tais como:

- O uso da literatura: *Vamos “usar” a literatura no ensino / usar o texto literário para...*
- literatura como apêndice – ou seja, uma visão liberal da inclusão da literatura na abordagem de ensino, a partir de uma racionalidade instrumental;
- A concepção sobre eficácia e eficiência em relação às funções comunicativas desempenhadas pelo adquirente de língua estrangeira;
- O informacionismo – esse ‘uso’ da literatura como oportunidade para saber mais, reduzindo o texto literário, de novo, a uma função utilitária;
- A insistência na reificação da “autenticidade”, que, no campo das línguas estrangeiras, investiria de autoridade apenas o texto literário e os falantes de variedades hegemônicas

da língua (por exemplo, o inglês britânico ou americano seriam epítomes da autenticidade do inglês e não o inglês indiano);

- Contribuição para tornar os alunos “cultos”: Literatura como *objet d’art* inscrita em uma concepção elitista de cultura que ignora sua natureza antropológica.

A instauração e o fortalecimento do *zeitgeist* neoliberal em nossa estrutura acadêmica (GIROUX, 2014; FERRAZ, 2015), seja através das agências externas, seja das internas, tem não só suprimido as culturas locais, com suas vivências e perspectivas do que significa produzir conhecimento, como também ocasionado a desvalorização sistemática dos campos que não apresentam resultados imediatos que possam se converter em produtos para manter em funcionamento a grande máquina produtiva, como, por exemplo, o campo da linguagem. Nesse contexto, uma educação linguística que se queira emancipatória deveria não apenas dar conta de preparar “capital humano” – como é o jargão neoliberal na academia – para o mercado, mas, sobretudo, de formar sujeitos para a vida, o que inclui, necessariamente, recuperar a dimensão humanista da formação há muito abandonada em face das demandas por rapidez, sistematização, metodologização, tecnologização dos processos educacionais.

Em nossa experiência na universidade, a tradução tem sido espaço de confluência de atividades de ensino, pesquisa e extensão, que oportuniza a formação técnica (linguística, didática, metodológica) sem que se resvale para um tecnicismo, escamoteando assim a potência politizadora e emancipatória da formação no campo da linguagem. A partir da promoção do letramento crítico (LUKE, 1997), a atividade de tradução põe em convergência problemas languageiros e modos de produzir conhecimento que solicitam das tradutoras i. a ruptura com o representacionismo na concepção de língua/linguagem; ii. o questionamento do tecnicismo tanto na formação para a docência em língua adicional, quanto na relação da universidade com a comunidade externa, sobretudo em seu desejo de internacionalização; iii. a constante reformulação de estratégias e modos de lidar com o texto e com o ensino de língua adicional e iv. a assunção de seu papel como agente/interventor na produção e circulação de textos. Assim, a tradução constitui um *locus* em que essas rupturas, questionamentos, reformulações e agência são gestados, provocando uma práxis educacional emancipatória.

Já dissemos que, assim como a literatura, a tradução sempre enfrentou resistência junto às metodologias voltadas ao ensino de línguas estrangeiras, seja pela alegação dos supostos efeitos deletérios que teria sobre o processo de aquisição de

língua adicional (BARCELOS, 2004), seja pelo desejo de distanciamento da cultura local e identidade dos adquirentes, um reflexo incontestado do neocolonialismo cultural angloamericano. Observe-se, nesse sentido, que a afirmação de que a tradução inviabilizaria a aquisição de uma língua estrangeira convém, sobretudo, à indústria internacional de ensino de línguas estrangeiras, para a qual valorizar as milhares de línguas-mães dos aprendizes pelo mundo significaria ter que alocar financiamento para as propostas metodológicas de cada nacionalidade, o que resultaria em problemas logísticos inimagináveis. Tem sido, portanto, mais conveniente tratar a tradução como a gata borralheira do ensino de línguas ao invés de promovê-la e continuar exotizando o texto literário.

Contudo, o fortalecimento do campo dos Estudos da Tradução na última década pôs a lume a relevância da tradução na aprendizagem pelas razões que indicamos a seguir:

- i- O manuseio de textos na língua materna e na língua estrangeira possibilita comparações, cotejos, análises estruturais (lexicais, sintáticas, prosódicas e fonológicas – no caso de textos orais) que nem sempre podem ser feitas em abordagens monolíngues (BRANCO, 2009); A disponibilidade de um mesmo texto literário em diversas línguas também reforça essa viabilidade;
- ii- A tradução da língua estrangeira para a língua materna promove o aprimoramento da escrita/fala do adquirente na língua materna, possibilitando a simultânea aquisição de itens lexicais e gramaticais da língua estrangeira (DEPAULA, 2014);
- iii- A tradução (literária ou não) está relacionada à valorização da cultura e identidade do aprendiz, o que fortalece sua autonomia e autoconfiança, contribuindo para que sua inserção no mundo acadêmico, no mercado de trabalho e na comunidade mundial se dê a partir de negociações e não de submissão e negação de sua procedência (RAJAGOPALAN, 2009, 2012);
- iv- Ao traduzir, o aprendiz de línguas é levado a refletir sobre o fenômeno linguístico e a desenvolver a metalinguagem do campo da linguagem; se traduz literatura, expande ainda mais a possibilidade de deslocamentos que redundam em crescimento e amadurecimento.
- v- A atividade tradutória solicita da tradutora um papel ativo, de produtor de texto e não meramente reprodutor, o que sublinha o caráter político da linguagem e a possibilidade de se vetorializarem transformações sociais (ARROJO, 2007, RAJAGOPALAN, 2006). A agência da tradutora no



espaço educacional também se potencializa pela escolha de textos a serem traduzidos. O que se traduz se torna tão importante quanto o modo de se traduzir.

A tradução contribui para essa formação, constituindo-se como prática de letramento crítico e também porque se apresenta como uma possibilidade de expandir a perspectiva que as aprendizes têm do grande texto que é a escola, que é a universidade, que é a sociedade e que é a vida. Traduzir, nesse sentido, é também tomado em seu sentido *lato*, ou seja, perceber o mundo circundante, a própria escola, a universidade em sua relação com o mundo e também perceber-se como parte integrante e ativa deste cenário. O tradutor não traduz apenas sentidos “contidos” em textos oriundos de sistemas de signos (línguas) distintos. A prática da tradução recobre processos intralinguais (na própria língua), intersemióticos (entre materialidades e sistemas semióticos distintos) e interlinguais (o sentido comumente disseminado do que é traduzir). Assim, se traduzir significa dizer novamente em outra língua ou repetir de outro modo, ao traduzir textos orais, verbais e verbais e ao explorar as formas variantes, alternativas de replicar um sentido, o tradutor/pesquisador expande não apenas o seu repertório linguístico e de estratégias e procedimentos de tradução, mas expande, sobretudo, as perspectivas a partir das quais pode perceber o mundo e também produzi-lo. Em textos literários escritos, o mesmo se dá desde textos de narrativa linear e linguagem objetiva e mais direta a obras literárias com sintaxe e pontuação inusuais, o recurso abundante de onomatopéias, aliterações, jogos sonoros carregados de sentidos, marcas de oralidade, neologismos que combinam arcaísmos, tal como “Grande Sertão: Veredas”.

Tendo esta obra, inclusive, sido traduzida para diversas línguas, gerou discussões que resultaram em uma vasta correspondência entre João Guimarães Rosa e seus tradutores, que pode ser encontrada no Arquivo Guimarães Rosa, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) como exemplares do processo dialógico e político que é a prática tradutória.

Com a criação de palavras com ritmos e sons, que produzem diferentes sentidos e interpretações, foram grandes os desafios para a tradução da obra de Guimarães Rosa. As soluções, muitas vezes relacionadas à tradução das inúmeras palavras criadas e recriadas pelo autor para expressar a visão de mundo de Riobaldo, revelam por sua vez, também, uma visão de mundo do tradutor, determinante para expressar também sua

experiência de leitura na língua do texto fonte. O tradutor alemão Curt Meyer-Clason, por exemplo, optou por não recriar em seu texto muitas das inovações formais do escritor brasileiro e justificou: “Se ousasse dar as mesmas bicicletas e gingados linguísticos e as mesmas piruetas sintáticas como Rosa, cairia com o traseiro no chão”. Ainda nas suas narrativas epistolares a Rosa, pontua que, na Alemanha, não há sertão nem a “fala do matuto” e, seria, portanto, um equívoco “projetar num dialeto de qualquer região rural da Alemanha o linguajar infantil, o enlevo lúdico, a mistura inconfundível de familiaridade e desconfiança, de melancolia e arbitrariedade”. Daí sua opção por um narrador que se expressa com objetividade e fala o “alto Alemão”, que materializaria a decisão tradutória comprometida com a leitura de aspectos da cultura e identidade alemãs na perspectiva desse tradutor. É interessante notar também como o tradutor afirmou ter tentado ainda preservar três elementos criativos de Rosa, como as aliterações, as expressões idiomáticas e os “trechos de elevada poesia”, e conseguiu soluções, tais como quando no texto fonte os jagunços galopando “feito flecha, feito faca, feito fogo”, foram retratados por Meyer-Clason “*wie der Welle, wie der Wille, wie der Wind* [como a onda, como a vontade, como o vento]”.

Nas cartas, Rosa tece um número sem fim de elogios à tradução de Meyer-Clason, chegando a dizer que o alemão fizera a tradução definitiva. Numa carta de dezembro de 1964, se referiu ao trabalho de Meyer-Clason e de Edoardo Bizzarri como “traduções superadoras, premiadoras, para a gente ler no Juízo Final.” Meyer-Clason, em resposta numa carta de abril de 1965, lembrou que traduções têm prazo de validade e para ele, a única coisa que havia de eterno em seu ofício era o caráter irrealizável, definindo-se como “um maldito iniciado na utopia do ato de traduzir que continuará sendo uma utopia e uma impostura até o dia do Juízo Final”.

Como ofício de caráter irrealizável e ao mesmo tempo com prazo de validade, o comentário de Clason evidencia a contingência histórica de qualquer tradução e também o caráter político da linguagem. Fabio Cecchetto, em artigo de 2010 sobre a tradução de Meyer-Clason, argumenta que, nela, alguns elementos metafísicos do romance ficaram perdidos, com um sertão reduzido a mero cenário da trama e que, ao privilegiar uma dada interpretação em detrimento da gama de leituras possíveis, o texto tornou-se menos polifônico. A construção de um glossário favoreceu a “noção de um sertão geograficamente localizado, direcionando o olhar do leitor alemão mais no meio físico, em vez de funcionar como uma alavanca que o impulsiona para dentro do texto” (2010). Em 2011, o filólogo, linguista e tradutor Berthold Zilly iniciou uma nova tradução do

romance para o alemão, prevista para 2015, mas ainda não lançada. Se o tradutor alemão Meyer-Clason recorria à ajuda do autor para dirimir as diversas dúvidas com que se deparava na tradução, como atesta a correspondência entre ambos, que se estendeu por uma década e foi lançada em livro em 2003, Zilly tem facilidades com as quais ele não pôde contar, a começar pela possibilidade de cotejar suas soluções com as de seus antecessores e, por comparação, recuperar elementos considerados ausentes no que há disponível.

A despeito da discussão sobre a razoabilidade nas escolhas feitas pelas tradutoras e das críticas que lhes sucedem, o que nos interessa é abrir espaço para a compreensão das relações dinâmicas que constituem a tradução e suas dimensões políticas, que rompem com uma visão da tradução como diálogo pacífico e que permitem reflexões e deslocamentos de todo tipo. As decisões tradutórias não se restringem ao léxico ou à sintaxe, mas recobrem as formas de representação social e cultural. Assim, a perspectiva de tradução como reescrita abrange questões de ideologia e das relações de poder, em que comumente restam subjacentes os problemas inerentes à língua enquanto materialização do comprometimento com um modo de conceber e produzir o mundo. Como consequência da instauração desses diálogos, é possível compreender o modo pelo qual as relações linguístico-culturais e de poder se concretizam no campo próprio da língua – escolhas lexicais, construções sintáticas, padrões retóricos, estilos etc. – como processo político e como potencialidade contestatória e que, portanto, são fecundos para serem pensados enquanto projeto pedagógico e de sociedade.

Afirmar a indissociabilidade entre língua e literatura é afirmar um projeto educacional, um projeto de sociedade – esse projeto não é alinhável à doxa neoliberal vigente. É um projeto de resistência, por natureza; que opera por rizoma, destituído de força molar (para usar alguns conceitos deleuzianos), sem o amparo institucional na vida social. Forjar uma *outra pedagogia* para língua adicional e literatura, como propomos neste ensaio, tem sido uma forma de diluir a dicotomia, borrar as inventadas fronteiras e criar caso com a hierarquização epistemológica, segundo a qual língua tem sinal de menos e literatura tem sinal de mais.

## Referências

- ARROJO, R. *Oficina de Tradução: a Teoria na Prática*. 5ª edição. São Paulo: Ática, 2007.
- BARBOSA, F. C. Leituras de *Grande Sertão: Veredas*. Sua tradução alemã e a correspondência de Guimarães Rosa com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason. In: *Signótica*, vol. 22, nº 1, Assis: UNESP, jan./jun. 2010, p. 57-68.
- BARCELOS, A. M. F., Beliefs on Language Learning, Applied Linguistics, and language teaching. *Linguagem & Ensino*, Vol. 7, n. 1, 123-156, 2004.
- BRANCO, S. O. *Teorias da tradução e o ensino de língua estrangeira*. 2009.
- DEPAULA, L. et ali (Org). *Tradução: sobre a quintahabilidade na língua, no outro, na arte*. 1ª ed. São Carlos: Pedro e João, 2014.
- FERRAZ, D. M. *Educação Crítica em Língua Inglesa: neoliberalismo, globalização e novos letramentos*. CRV, São Paulo, 1ª ed., 2015.
- GIROUX, H. A. *Neoliberalism's War on Higher Education*. Haymarket, 2014.
- JAKOBSON, R. *Linguística. Poética*. Cinema. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- LITTLEWOOD, W. *Communicative Language Teaching - An Introduction*. Cambridge University Press.1981.
- LUKE, A. Critical approaches to literacy. In V. Edwards & D. Corson (Eds.), *Encyclopedia of Language and Education*, Volume 2: Literacy. (pp. 143-152). 1997.
- RAJAGOPALAN, K. Traduza-me ou te Devoro: A atividade tradutória como prática de desconstrução. In: FERREIRA, E. e OTTONI, p. (Org.). *Traduzir Derrida: políticas e desconstruções*. Campinas: Mercado de Letras. 2006 pp.61-8.
- \_\_\_\_\_. For the umpteenth time , the 'Native Speaker': Or, why the term signifies less and less in the case of English as it spreads more and more throughout the world. In: Lima, Diógenes Cândido de. (Org.). *Language and its Cultural Substrate: Perspectives for a Globalized World*. Campinas-SP: Pontes, v., p. 37-58, 2012.
- \_\_\_\_\_. Arundhati Roy: Translation as a way of resistance and self-affirmation in postcolonial writing. *Revista Tradução & Comunicação*. 2009 .
- RICHARDS, J. C.; RODGERS T. S. *Approaches and Methods in Language Teaching: A description and analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- ROSA, J. G. *Correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason (1958-67)*. Maria Aparecida Faria Marcondes Bussolotti (edição, organização e notas); Erlon José Paschoal (tradução), Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SANTORO, E. *Da indissociabilidade entre o ensino de língua e literatura: uma proposta para o ensino do italiano como língua estrangeira em curso de Letras*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2007.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações*. 5ª ed. São Paulo, Autores Associados, 1995.

ZILLY, B. Entrevista: *Os Sertões e Grande Sertão: Veredas: reflexões do tradutor*. Entrevistadora: Carolina Selvatici. In: Germana Sales; Roberto Acízelo de Souza (org.). *Literatura brasileira: região, nação, globalização*. Campinas. São Paulo: Pontes, 2013, p.311-331.

## **POLÊMICA DISCURSIVA E INTERTEXTUALIDADE: EM PAUTA O COMPARTILHAMENTO DE NOTÍCIAS NA REDE SOCIAL**

Breno Rafael Martins Parreira Rodrigues Rezende<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo analisar uma polêmica discursiva que se instaurou em torno do “compartilhamento” de uma notícia da *Folha de S. Paulo*, sobre o apoio do movimento “Vem pra rua” ao “Fora Dilma!”, em uma página pública do *Facebook*, a partir do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa. Nessa análise, verificamos o funcionamento dos planos da discursividade da intertextualidade e do *ethos*. Além disso, constatamos a “presença” de três posicionamentos distintos no embate sobre o *impeachment*. Para proceder à análise, foram mobilizados os conceitos de semântica global dos discursos, polêmica discursiva, intertextualidade e *ethos*, conceitos com que trabalha D. Maingueneau.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso, polêmica discursiva, intertextualidade, *ethos*, *Facebook*.

### **Abstract**

This article aims to analyze a discursive controversy which has been established around the "sharing" of a news from *Folha de S. Paulo*, about the support of the movement "Vem pra rua" to "Fora Dilma!", in a public page on *Facebook*, using the theoretical and methodological framework of the Analysis of Discourse in French line of research. In this analysis, we verify the functioning of the plans of the discourse: intertextuality and *ethos*. In addition, we found the "presence" of three different positions about the impeachment. To perform the analysis, were mobilized concepts like global semantics of discourse, discursive controversy, intertextuality and *ethos*, which are used by D. Maingueneau.

**Key-words:** Discourse Analysis, discursive controversy, intertextuality, *ethos*, *Facebook*.

### **Introdução**

A rede social tem se mostrado um lugar privilegiado para que sujeitos de diferentes posicionamentos debatam sobre os mais variados assuntos. Prova disso é que em inúmeros “posts”, das milhares de páginas do *Facebook*, notícias de outras mídias são postas a circular sob a forma de “compartilhamentos”.

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras português/espanhol pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Suas pesquisas relacionam texto, discurso e internet.

Numa dessas páginas, que ganhou mais seguidores/repercussão após os “posts” relativos às manifestações de maio e junho de 2013, a *Anonymous Brasil*, constatamos, a partir de um “compartilhamento” de uma notícia da *Folha de S. Paulo* na página em questão, uma polêmica em torno do apoio do movimento “Vem pra rua” ao movimento “Fora Dilma!”.

Com base no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha Francesa, a AD, analisaremos, neste trabalho, os efeitos de sentido produzidos a partir do “compartilhamento” dessa notícia da *Folha de S. Paulo* na página pública do *Anonymous Brasil* no *Facebook*.

Nessa análise, propomo-nos a compreender como textos de outras mídias são postos a circular na rede social e como são recebidos pelos sujeitos que acessam as páginas em que esses textos são “compartilhados”. Para tal, observaremos como a notícia e os comentários que a publicação recebe de outros usuários da rede são introduzidos pelo *Anonymous Brasil*.

A notícia que é objeto de nossa análise trata do apoio do movimento “Vem pra rua” ao “Fora Dilma”, que surgiu no início do ano de 2015 como resposta de alguns brasileiros à reeleição da presidente Dilma Rousseff. Nossa hipótese é que a discussão entre os interlocutores da página engendra três posicionamentos: um que defende o *impeachment* da presidente, outro que se opõe à ideia de *impeachment*, e outro que defende uma reforma política sem, necessariamente, atribuir à Dilma Rousseff todos os problemas de corrupção do Brasil.

Para procedermos à análise, serão mobilizados os conceitos de semântica global, simulacro, polêmica discursiva e *ethos*, postulados por D. Maingueneau.

### **Pressupostos teóricos**

Neste trabalho levaremos em conta algumas postulações de D. Maingueneau em *Gênese dos discursos* (2008). Em primeiro lugar, voltamo-nos para a noção de interdiscurso que é definida pelo autor, *grosso modo*, como a(s) relação(ões) de um discurso com seu Outro.

De acordo com o analista, são as relações de troca entre vários discursos que podem nortear a análise daquilo que pode ou não ser dito do interior de uma *formação*

*discursiva* (FD)<sup>2</sup>, já que o interdiscurso, ainda de acordo com o autor, precede o discurso.

Para Maingueneau (2008, p. 37), o Outro não está para o Mesmo discurso como efeito de uma constituição autocentrada e externa, mas está “na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio”. Ou seja, o Outro faz parte da constituição própria do discurso do Mesmo. Ainda de acordo com o autor, o Outro é lido pelo Mesmo sempre como o avesso de si, sempre como um simulacro.

Para explicar o funcionamento das relações interdiscursivas, Maingueneau (2008) postula que o interdiscurso pode ser “apreendido” no interior das categorias de *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. De acordo com o autor, é no universo discursivo que se encontra o número finito (embora impossível de ser apreendido em totalidade) das formações discursivas e é ele que define uma extensão máxima que norteia os domínios que podem ser estudados: os campos discursivos.

De acordo com Maingueneau, a noção de campo discursivo é definida como um conjunto de FD que tem a mesma função social, embora estejam sempre numa relação de concorrência. O autor ressalva que essa “concorrência” deve ser pensada como as formações discursivas delimitando a si e às outras mutuamente dentro de um campo, em relação de confronto, neutralidade aparente, aliança, etc.

Além disso, como postula Maingueneau, é no interior de um campo discursivo que um analista pode recortar os espaços discursivos em que as FD serão postas em relação, de acordo com o propósito investigativo que tal analista assuma. Ao estudar a polêmica, Maingueneau (2008, p. 99) postula que o espaço discursivo, quando considerado como rede de interação semântica, é definidor de “um processo de *interincompreensão* generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas”.

É por efeito dessa interincompreensão que um discurso introduz o Outro com base nas categorias do Mesmo, sempre sob a forma de simulacro (MAINGUENEAU, 2008). Isto é, a partir de seu próprio sistema de restrições, o Mesmo reivindica para si os semas positivos e atribui a seu Outro os semas negativos do discurso. Segundo Maingueneau, o simulacro pode ser entendido como uma tradução do Outro com base no Mesmo, uma vez que é fruto do confronto de posicionamentos discursivos distintos,

---

<sup>2</sup> Assumimos neste trabalho a noção de formação discursiva como equivalente à noção de posicionamento, à maneira do quadro teórico-metodológico apresentado em *Gênese dos discursos* (2008).



próprio da natureza da polêmica. Essa noção de polêmica discursiva é também tratada pelo autor em outro texto, em que ele a considera como um tipo de registro.

Em *As três facetas do polêmico*, Maingueneau (2010, p. 187) postula que o polêmico, assim como o épico ou o fantástico, é um registro e que nisso não há nada de extraordinário, já que o termo “registro” em um sentido mais abrangente pode “designar qualquer conjunto de traços linguísticos regularmente associados em um discurso, mas que não se caracterizam por ocorrerem em um único gênero”. O autor levanta um postulado de Halliday (1978, *apud* MAINGUENEAU, 2010) em que o registro é, em linhas bastante gerais, definido como escolhas linguísticas que se faz frente a determinadas situações de comunicação.

Para explicar a noção de registro, Maingueneau distingue três tipos: os registros linguísticos, os funcionais e os comunicacionais. Segundo o analista, os registros linguísticos são as sequências de um texto ou as marcas linguísticas que se pode observar nele; para o autor esse tipo de registro é de ordem enunciativa, está associado à estrutura linguística de um enunciado. Já os registros fundados em critérios funcionais estão atrelados às funções de um texto, que pode ser “lúdico, informativo, prescritivo, ritual” (p. 189). Por fim, o especialista distingue os registros comunicacionais que combinam traços linguísticos e funcionais e dessa combinação emerge, por exemplo, o discurso cômico, o discurso didático, etc.

Ainda de acordo com Maingueneau (2010), o polêmico está relacionado a esse terceiro tipo e a ele pode ser associado um “repertório” de traços linguísticos considerados verbalmente violentos. Contudo, o autor deixa claro que, em análise do discurso, o polêmico não pode ser reduzido a uma definição tão vaga.

Para Maingueneau, o termo polêmico abrange apenas os gêneros instituídos. Isso quer dizer que, segundo ele, a polêmica nunca emerge, por exemplo, de uma conversa espontânea já que está além da interação entre sujeitos. Dessa maneira, uma “briga entre bêbados” ou “entre vizinhos” não pode ser considerada uma polêmica, é antes uma discussão, um “bate-boca”. Além disso, Maingueneau deixa claro que as discussões ou os “bate-bocas” podem se findar neles mesmos, enquanto a polêmica se estende cronologicamente e tem três dimensões: enunciativo-pragmática, genérica e semântica.

A primeira delas, a dimensão enunciativo-pragmática, tem como principal característica as marcas linguísticas de “polemicidade” do texto, com as quais o sujeito tenta integrar ou desqualificar seu adversário por meio do discurso. A dimensão

sociogenérica se segue de uma prática que envolve a história, o interdiscurso, um gênero e um suporte. Para Maingueneau (2010), o registro polêmico não apresenta necessariamente uma “preferência” por um gênero ou outro, mas está ligado à condição em que os enunciados são produzidos e postos a circular. Já a dimensão semântica envolve questões da própria identidade do discurso e a construção dessa identidade em diferentes enunciações.

Diferentemente das outras dimensões, para Maingueneau, na dimensão semântica não são as marcas enunciativas ou as práticas discursivas com as quais se constrói um enunciado que garantem o conflito. O polêmico é fruto da própria identidade discursiva e do choque entre identidades discursivas diferentes. A dimensão semântica da polêmica é, dessa forma, relativa à maneira como dois posicionamentos atribuem sentidos ao Outro:

Se se admite que a relação com o outro é constitutiva, segue-se que as modalidades do polêmico variam em função dos posicionamentos concernidos. Alguns posicionamentos são destinados a produzir incessantemente textos polêmicos; outros se esforçam, ao contrário, para evitar os conflitos, mas tanto em um caso como no outro, este traço é parte integrante de sua identidade (MAINGUENEAU, 2010, p. 196).

Dessa perspectiva, para Maingueneau, desloca-se o interesse em conceber “o” polêmico para compreender a identidade dos posicionamentos dos sujeitos em debate, que mutuamente se pressupõem e constroem a polêmica.

Dessa maneira, é possível observarmos que, para o autor, é na dimensão semântica da polêmica, em que as identidades discursivas se confrontam, que o interdiscurso pode ser “apreendido” e observado a partir das categorias de análise que um analista mobiliza.

O sistema de restrições de cada posicionamento envolvido na polêmica define a semântica do discurso. Essa semântica, de acordo com Maingueneau (2008), é de caráter global na medida em que estrutura todos os planos da discursividade, tais como os temas, o modo de coesão dos discursos, o modo de enunciação, o *ethos* e até o próprio vocabulário mobilizado na construção dos discursos. Um desses “planos” da semântica global dos discursos, apresentados por Maingueneau (*op. cit.*), é o da intertextualidade, cujo estudo, assim como o do plano do *ethos*, se torna imperativo para a análise que apresentaremos neste trabalho, já que objetivamos mostrar qual a

“recepção” de uma notícia compartilhada na rede social e qual o *ethos* que emerge de *Anonymous Brasil* em decorrência de tal compartilhamento.

De acordo com Maingueneau (2008, p. 77), a intertextualidade na semântica de um discurso de tal ou tal posicionamento delimita aquilo que pode ser considerado citável ou não. O autor diferencia o que considera intertexto, “o conjunto de fragmentos que [um discurso] cita efetivamente”, daquilo que considera intertextualidade, a saber, “os tipos de relações textuais que a competência discursiva define como legítimas”.

Para o autor, a noção de intertextualidade tem um duplo funcionamento categorizado como *intertextualidade interna* e *intertextualidade externa*. Ainda de acordo com ele, um mesmo campo discursivo dispõe de uma memória interna que pode ser citada de diferentes maneiras por discursos de um mesmo campo, é o caso da intertextualidade interna.

Em análise em torno da polêmica dos jansenistas e dos humanistas devotos, por exemplo, Maingueneau (2008) observa que, embora ambos os discursos se assumam católicos, o discurso do jansenista, em matéria de Tradição, sempre se volta para textos mais próximos, cronologicamente, ao tempo de Cristo, enquanto que o humanista devoto “aceita” outros textos além daqueles mais próximos do “Ponto-de-origem”. O autor ainda explica que essa condição de “citabilidade” que o discurso jansenista incorpora é autorizada pelo conjunto de restrições “imposto” pela FD de que se origina.

No entanto, de acordo com Maingueneau, é possível observar que um discurso também pode “lidar” com “dados” provenientes da relação com discursos de outros campos, configurando, assim, o que o autor chama de intertextualidade externa. Neste caso, tomamos como exemplo a análise que o estudioso faz em torno da “citabilidade” do Naturalismo e de autores pagãos no discurso humanista, que não são introduzidos como avessos à verdade cristã, mas como uma forma de “Ordem” diversificada no interior do posicionamento do humanista devoto em torno da polêmica de “cristandade” instaurada entre eles e os jansenistas. No caso do jansenista, de acordo com Maingueneau, a única intertextualidade “possível” é própria de um *corpus* cristão, rejeitando qualquer referência ao Naturalismo e aos textos pagãos e, assim, não propagando uma “mistura ímpia” dos ensinamentos sagrados.

Em relação à noção de *ethos*, Maingueneau (2013), em *Ethos, cenografia, incorporação*, postula que tal noção permite refletir sobre o processo de adesão dos sujeitos a um certo posicionamento discursivo. Para o autor, esse processo é mais evidente em discursos como o da publicidade e o da política, por exemplo, em contraste

com discursos que se relacionam a gêneros mais funcionais, como os manuais ou os formulários administrativos.

De acordo com o analista, a noção de *ethos* tem importância no quadro teórico-metodológico da AD por manter um “laço” com a reflexividade enunciativa e pela relação entre corpo e discurso que ela implica. Para o autor, o *ethos* é uma instância subjetiva que se manifesta como “voz” e como “corpo enunciante”, historicamente especificado, e que é validado no e pelo discurso progressivamente. Maingueneau ainda postula que, apesar de o *ethos* estar estritamente ligado à enunciação, o público pode construir representações do enunciador antes mesmo que ele fale. Para resolver a problemática em torno dessa noção, o autor propõe uma distinção entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo; a associação entre esses dois *ethé* constitui o que o autor chama de *ethos* efetivo: “aquele que, pelo discurso, os coenunciadores, em sua diversidade, construirão, resulta assim da interação entre diversas instâncias, cujo peso varia segundo os discursos” (MAINGUENEAU, 2013, p. 82).

Enunciadores que ocupam a cena midiática, mesmo antes de falar, têm associado a si um *ethos* pré-discursivo que, de acordo com Maingueneau, pode ser firmado ou infirmado no momento em que a enunciação ocorre, é o caso dos políticos, por exemplo. Não obstante, segundo o autor, ainda que não se saiba nada sobre o enunciador, pode-se criar expectativas sobre o *ethos* a partir de um gênero discursivo ao qual o texto pertence ou a partir de um posicionamento concernido. Já o *ethos* discursivo, ainda segundo o autor, diz respeito à representação que o coenunciador faz do enunciador no momento em que a enunciação ocorre.

Maingueneau afirma que, em matéria de *ethos*, todo discurso possui uma vocalidade específica relacionável a uma fonte enunciativa por meio de um tom. Para o autor, é a determinação dessa vocalidade específica que permite determinar o “corpo do enunciador”, que é diferente do corpo do autor efetivo do discurso. Dessa maneira, de acordo com o analista, a leitura faz emergir uma instância subjetiva encarnada que atua como o fiador do discurso. Esse fiador, para Maingueneau, é construído por meio de diversos índices textuais e investido de um “caráter” e de uma “corporalidade” que variam conforme os textos.

Segundo o autor, o caráter é constituído de um conjunto de traços psicológicos, enquanto que a corporalidade é associada a uma “construção” corporal, à forma de se vestir e de se mover no espaço social. Dessa maneira, “o *ethos* implica assim um

controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global” (MAINGUENEAU, 2013, p. 72).

O caráter e a corporalidade do fiador, segundo o analista, apoiam-se sobre um conjunto indefinido de representações sociais valorizadas ou não, sobre estereótipos culturais em que a enunciação se apoia, que são reforçados ou transformados no discurso.

Aparentemente, as relações de intertextualidade, que o compartilhamento da notícia da *Folha de S. Paulo* na página do *Anonymous Brasil* evoca, introduzem dados que podem ser analisados com base na noção de *ethos* proposta por D. Maingueneau e, por essa razão, esse plano da semântica global dos discursos compõe, com a intertextualidade, o enfoque que daremos na análise deste trabalho.

### **Facebook e corpus de análise**

Em *Hipergênero, gênero e internet*, Maingueneau (2010, p.132) afirma que a Web “transforma as condições de comunicação, o que se considera gênero, e a própria noção de textualidade”.

Na rede social *Facebook*, por exemplo, são diversas as ferramentas com que um enunciador pode operar para construir os enunciados que deseja veicular em sua(s) página(s). Uma dessas ferramentas é a de “compartilhar”, que permite ao enunciador publicar na rede social notícias (entre outros tipos de texto) de outras páginas da própria rede ou de outras mídias online por meio de hipertextos<sup>3</sup>.

Para a análise deste trabalho, como já esclarecido, procedemos à coleta de dados em uma página pública, que não impõe, portanto, a nenhum usuário da rede, nenhuma restrição de acesso aos conteúdos publicados. Nessa página coletamos comentários que foram postados em torno da notícia da *Folha de S. Paulo*, compartilhada por *Anonymous Brasil*.

Recolhemos um total de 55 textos, sendo 53 comentários, a notícia da *Folha* e o “compartilhamento”<sup>4</sup>. Para empreendermos a análise, selecionamos os dados que consideramos mais efetivos para responder aos nossos objetivos.

<sup>3</sup> Assumimos a noção de *hipertexto* postulada por Paulino et. al. em *Tipos de textos, modos de leitura*: grosso modo, um conjunto de nós interligados. Os nós são palavras, páginas, notícias, imagens, efeitos sonoros e etc., que se “reportam” a outros nós compondo, com eles, uma rede de hipertextos.

<sup>4</sup> Os exemplos que apresentaremos na seção de análise podem ser acessados na página em que os recolhemos no *Facebook*: <https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil?fref=ts> – Acesso em: 04/04/2015. Os comentários, tomados como dados de análise neste texto, serão reproduzidos à maneira

Discurso, intertextualidade e *ethos*: análise de uma polêmica no *Facebook*

Como já salientamos, a notícia que é objeto desta análise e fora compartilhada na página de *Anonymous Brasil*, trata do apoio do movimento “Vem pra rua”, definido pela *Folha* (30/03/2015)<sup>5</sup> como “um dos principais mobilizadores dos atos contra o governo federal”, ao “Fora Dilma”, que surgiu no início deste ano de 2015 como resposta opositiva à reeleição da presidente.

O *software* do *Facebook* permite a seus usuários que se introduza um hipertexto, associando ou não, a ele, um enunciado avaliativo, que pode vir a adiantar informações sobre o posicionamento do usuário em relação ao que está sendo compartilhado. No caso de *Anonymous Brasil*, não se introduz, ao compartilhar a notícia da *Folha*, nenhum enunciado que indique o posicionamento da página. Essa suposta neutralidade é apenas aparente, uma vez que o compartilhamento de *Anonymous Brasil* gera efeitos de sentido que podem ser explicados com base na noção de intertextualidade.

Essa noção, proposta por Maingueneau (2008), permite observarmos que ao compartilhar a referida notícia, *Anonymous Brasil* passa a considerar esse texto como citável, alinhando-se à posição que emerge da notícia, que é favorável às manifestações *pró-impeachment* da presidente. Nessa perspectiva, observamos que o “compartilhar” funciona como um intertexto na construção do posicionamento de *Anonymous Brasil* e nos permite supor que, apesar da “neutralidade aparente”, a posição da página está alinhada à posição expressa na notícia compartilhada. Não obstante, esse alinhamento da página, à notícia do jornal paulistano, parece ser força motriz de uma polêmica que é travada nos comentários que a publicação recebeu na rede social.

Desse compartilhamento decorre a emergência de três posicionamentos específicos no debate observado através dos comentários em torno da publicação: um, alinhado ao posicionamento da notícia e da página, que defende o *impeachment* da presidente, outro que vitupera a posição da página e da notícia e outro em favor de uma reforma política, sem atribuir à Dilma todos os problemas administrativos que o país enfrenta.

Para exemplificar as relações de intertextualidade que foram identificadas no *corpus* de análise, primeiro precisamos assumir que a discussão decorrente do

---

como foram postados no *Facebook*. Desse modo, podem subsumir “desvios” ortográficos e gramaticais em relação à norma padrão, cuja ocorrência parece representar uma característica da linguagem na Web; característica de textos menos “formais”, como os comentários de rede social.

<sup>5</sup> Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1610208-vem-pra-rua-vai-defender-oficialmente-o-fora-dilma.shtml?cmpid=facefolha> – Acesso em: 04/04/2014

compartilhamento de *Anonymous Brasil* está “localizada” no campo discursivo da política. A partir disso, podemos observar que do interior da FD favorável ao *impeachment*, as relações intertextuais são internas, ou seja, voltadas para a própria memória discursiva do campo político. Exemplificaremos com base nos seguintes exemplos:

- (1) <http://veja.abril.com.br/.../conheca-o-foro-de-sao-paulo.../>  
Conheça o Foro de São Paulo, o maior inimigo do Brasil  
O maior inimigo do Brasil e do continente nas...  
VEJA.ABRIL.COM.BR
- (2) (...) em 64 assim como agora em 2015 os Comunistas estão fazendo de tudo para implantar o comunismo no Brasil

Em (1) podemos observar que é introduzido, sob a forma de comentário, um intertexto que veicula uma reportagem publicada pela revista *Veja* (24/03/2015) sobre o “Foro de São Paulo”. Na reportagem<sup>6</sup>, é veiculada a ideia de que Lula, ex-presidente do Brasil e partidário da atual presidente, juntamente a Fidel Castro, este último que é conhecido, sobretudo, por sua participação na Revolução Cubana e sua imagem, geralmente, está associada ao comunismo, criou o chamado “Foro de São Paulo”.

Esse “Foro”, ainda de acordo com a publicação da *Veja*, diz respeito a uma organização política da qual participam todos os governantes esquerdistas do continente americano. Mais que isso, na reportagem, é dito que além da associação de governantes e partidos políticos “legais”, o “Foro” é associado também a organizações criminosas como as “FARC” e o “MIR” chileno.

À maneira de (1), (2) atualiza uma memória discursiva do campo da política brasileira: a luta dos militantes de esquerda contra o “Golpe de 64”, militância, inclusive, da qual participou a atual presidente do país, que é tida por essa FD como comunista. Aparentemente, essa memória é retomada para creditar à imagem do governo petista o status de “criminalidade”. Isso pode ser inferido com base no texto da reportagem de *Veja* trazida ao *Facebook*, por meio de um hipertexto, como comentário. Associar a imagem de Lula e Dilma (como participante da luta contra o “Golpe”) ao “Comunismo”, por meio da associação com Fidel Castro, por exemplo, veicula a ideia

---

<sup>6</sup> Que pode ser acessada em: <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/2014/03/24/conheca-o-foro-de-sao-paulo-o-maior-inimigo-do-brasil/> – Acesso em 29/03/2015.

de que o atual governo é criminoso, assim como, para a FD *pró-impeachment*, aquele regime político que fora instaurado em Cuba também o era.

Em nenhum dos dados que reunimos para esta análise identificamos, a partir do discurso da FD *pró-impeachment*, o funcionamento daquilo que Maingueneau (2008) chama de intertextualidade externa. Tal constatação abre espaço para que façamos uma reflexão: para o posicionamento *pró-impeachment*, somente as informações de dentro do campo da política são relevantes para que se possa discutir sobre a medida de impedimento para o atual governo.

O tom que emerge de (1) e (2) é um tom acusatório/sapiente, que parece defender que se vá às últimas consequências para “derrotar” o mal que o PT (Partido dos Trabalhadores) representa para a organização política da nação. Esse tom faz com que emergja um *ethos*, uma instância enunciativa que atua como o “fiador” desse discurso: trata-se de um *ethos* “sabichão”, que parece fazer valer dados da memória do campo discursivo da política para “combater” o atual e criminoso governo brasileiro; com base nas relações intertextuais e na imagem que emerge do discurso desse posicionamento, é possível inferir que, para ele, somente essa FD pode opinar sobre o cenário e as discussões que se instauraram em torno da política brasileira; por se remeter aos “dados” do campo da política, esse discurso é “autorizado” a falar sobre ela e exigir uma medida como o *impeachment*.

Por outro lado, foi possível identificarmos, no discurso dos sujeitos que se posicionam contra a ideia de *impeachment*, a presença de relações intertextuais externas, como podemos observar no seguinte exemplo:

(3) "Tucanos Apeloes Clube"



Em (3), observamos o brasão do clube de futebol brasileiro Botafogo em que, no lugar da comum estrela dourada central, aparece o símbolo do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), segundo colocado nas eleições presidenciais de 2014, antecedido pelos dizeres “Tucanos Apeloes Clube”. O discurso de (3) opera com a memória discursiva do campo do esporte e retoma o episódio em que o time carioca



Botafogo perdeu a final do Campeonato Estadual de 2007 para o Flamengo e tentou justificar a derrota pelos erros de arbitragem da partida, segundo notícia da seção de esportes do site do *Uol* (05/09/2014). Podemos caracterizar o funcionamento da intertextualidade, nesse exemplo, como externa, já que para “vituperar” a comoção da FD contrária em torno do *impeachment*, esse discurso considera legítimo trazer à tona um evento, como o descrito acima, a partir da memória de um campo fora do qual se insere.

No entanto, os efeitos de sentido que essa intertextualidade externa provoca vão além da mera lembrança da derrota do Botafogo. É possível observar que, ao associar o PSDB ao Botafogo e relacioná-los por meio do termo “apelões”, expressão popular que designa um mau perdedor, o sujeito em (3) constrói um simulacro do discurso rival. De acordo com Maingueneau (2008), o simulacro é próprio da polêmica e visa rebaixar seu adversário por meio de uma “tradução” às avessas que se faz do discurso opositor. Isso é justamente o que acontece nesse exemplo: para o sujeito que enuncia do interior da FD contrária ao *impeachment*, a comoção em torno dessa medida não passa de uma tentativa ilegítima daqueles que foram derrotados; seu Outro não passa de um “mau perdedor” que, à maneira do Botafogo, não cessa o “xororô”, já que tenta deslegitimar o processo democrático que levou à reeleição de Dilma Rousseff.

O simulacro que se criou do discurso da FD pró-*impeachment*, nesse exemplo (3), permite observarmos que o tom desse enunciado é satírico, que vitupera as convicções do adversário. Esse “vitupério” possibilita que um “corpo enunciante” emerja desse discurso dando origem a um *ethos*: como o futebol é comumente associado ao “homem macho”, por meio de estereótipos em nossa sociedade, a relação entre a figura do segundo colocado das eleições ao clube de futebol derrotado no campeonato Carioca faz com que desse discurso emerja um *ethos* “torcedor”, que não tem, aparentemente, pretensão de discutir a política, senão de satirizar e derrotar, por meio de tal estratégia, seu opositor. É como se esse discurso se colocasse “em campo” para “ofender” o torcedor rival de uma partida de futebol.

Em outros dados de nosso *corpus*, percebemos que outra FD parece emergir nesse debate. Para esse terceiro posicionamento, de fato, existem problemas quanto à estrutura política do país, mas, para tal FD, esses problemas não serão resolvidos a partir de uma medida que impeça o governo de terminar o mandato, já que considera todo o sistema e todos os políticos, envolvidos nele, como corruptos. Observemos o seguinte comentário:

- (4) Gente não vou pra rua pra bota pra fora só um ladrão do poder, sendo que a maioria vai ficar. Temos que mostrar que somos conhecedores de nossos direitos e não apenas OPOSIÇÃO . Ser for pra ir a rua pra RETIRAR todos e por uma reforma política que funcione aí sim!

A mobilização pró-*impeachment*, em (4), é deslegitimada, uma vez que, do posicionamento contrário ao *impeachment*, não se trata de “combater” um político e sim todo o sistema que, para o sujeito de (4), é corrupto. Desse modo, “apoiar” as mobilizações pró-*impeachment* é “interpretado” da seguinte maneira por essa FD: uma medida alienada organizada pelo partido derrotado nas eleições presidenciais; uma medida ilegítima, já que o problema de corrupção do país não pode ser resolvido apenas com a retirada da presidente da república, senão de todos os políticos eleitos.

Diferentemente do posicionamento de (3), apesar de não se aliar à posição pró-*impeachment*, da análise de (4) percebemos emergir um tom de militância, ancorado em proposições que “atestam” uma “necessidade” de oposição “real” à estrutura política brasileira como um todo, e não somente a uma figura de tal estrutura. Esse tom de “militância” dá origem a um *ethos* “revolucionário radical”, a um corpo enunciante que somente “vai às ruas” para instaurar uma reforma em torno da política do país.

Operando mais uma vez com a noção de *ethos* de Maingueneau (2008), e ainda com base nos dados reunidos para esta análise, é possível considerar que o próprio *ethos* da página que compartilhou a notícia no *Facebook* se transformou. *Anonymous Brasil* era uma página conhecida por rechaçar qualquer filiação política em torno das manifestações de maio e junho de 2013. No entanto, aparentemente, ao se alinhar à posição pró-*impeachment* que emerge da notícia da *Folha*, parece “autorizar” a atribuição a si de um *ethos* partidário já que, segundo a FD contrária ao *impeachment*, tal medida é fruto de um esforço de um partido político e dos apoiadores desse partido, no caso, o PSDB.

Essa mudança pode ser constada em alguns comentários que o compartilhamento recebeu, vejamos:

- (5) AnonymousBrasil, Conte-me, vocês apoiam impeachment de Dilma?  
(6) Decepção essa página da AnonymousBrasil.

Assim, em decorrência do compartilhamento da notícia da *Folha*, a recepção da publicação na página do *Anonymous Brasil* se transformou: aparentemente, tal página “traiu” os próprios princípios partidários e, por consequência, parte de seus leitores. A atribuição do *ethos* partidário à página decorre, pois, do funcionamento do plano discursivo da intertextualidade, já que a mudança da imagem que se atribuía à *Anonymous Brasil* se transformou em decorrência daquilo que a página assumiu como citável em seu discurso.

### **Considerações finais**

O compartilhamento da notícia da *Folha* na página de *Anonymous Brasil* permitiu que observássemos como está sendo construída uma polêmica em torno do novo panorama político que se instaurou no Brasil após as eleições de 2014. Observamos que existem, pelo menos, três posicionamentos no debate em torno dessa polêmica: um que é favorável ao *impeachment* da presidente reeleita; um que se manifesta vituperando a posição a que se opõe, sem, necessariamente, defender uma solução para os problemas da política nacional (*impeachment*, ou reforma política, por exemplo); e um que se opõe ao *impeachment*, mas defende uma reforma política radical, que transforme todos os poderes que compõem o sistema da democracia brasileira.

Além disso, com base na análise apresentada, podemos postular que a relação entre os diversos planos da discursividade, a intertextualidade e o *ethos*, por exemplo, reforçam a tese de D. Maingueneau de que os discursos são “regidos” por uma semântica global que, de dentro de cada FD, autoriza ou não aquilo que pode ser dito/citado efetivamente.

### **Referências**

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de S. Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. Hipergênero, gênero e internet. In: POSSENTI, S; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de (orgs). *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 129-138.

\_\_\_\_\_. *Ethos*, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, R. (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 69-92.

PAULINO, G. at. al. *Tipos de texto, modos de leitura*. 2 ed. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

## OS EU(s) E SEUS OUTROS: OS SUJEITOS DA LINGUAGEM ESTABELECIDOS NA INTERLIGAÇÃO SEMIOLINGUÍSTICA EUc/TUi NO FILME *BICHO DE SETE CABEÇAS*

João Benvindo de Moura<sup>1</sup>

Jonnia Maria Aguiar Magalhães<sup>2</sup>

José Magno de Sousa Vieira<sup>3</sup>

### Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o(s) sujeito(s) da linguagem, o contrato de comunicação e os modos de organização enunciativos à luz da perspectiva da Teoria Semiolingüística, de Patrick Charaudeau (2012, 2014), tendo como *cópus* o filme *Bicho de sete cabeças* (2000). De acordo com os pressupostos de Charaudeau, esta pesquisa concebe o EUc e o TUi, respectivamente como x e y. EUE são os roteiristas (Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi) e TUd são os espectadores. O contrato de comunicação é estabelecido no momento em que os autores tornam os espectadores conhecedores dos propósitos do filme: chamar atenção quanto ao tratamento manicomial dos hospícios brasileiros. Como procedimento de análise, foram selecionados cinco recortes (doravante sequências discursivas a serem abreviadas como SD) que materializaram discursiva/enunciativamente no *cópus* os sujeitos enunciadores, interlocutores e destinatários das enunciações analisadas. O modo de organização enunciativo tem os protagonistas como foco enunciativo e Os concebe como seres de fala (da palavra), internos à linguagem (EUE - Neto e TUd - demais personagens). A análise atesta que os sentidos discursivos da fala de Neto apresentam dimensões argumentativas impactantes em seus interlocutores.

**Palavras-chave:** Semiolingüística. Sujeito da Linguagem. Ethos. Filme Bicho de Sete Cabeças.

### Abstract

The object of this study is to analyze the subject (s) of language, the communication agreement and the enunciation organization in the light of the perspective of Patrick Charaudeau's (2012, 2014) semiolinguistics Theory having as *cópus* the movie *Animal of seven heads*. According to Charaudeau assumptions, this research conceives the EUC

---

<sup>1</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí-UFPI onde exerce a função de Professor Adjunto no Centro de Ciências Humanas e Letras-CCHL em nível de graduação e Mestrado acadêmico.

<sup>2</sup> Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Piauí, na área de Estudos de Linguagem (Aquisição de Linguagem). Possui graduação em Psicologia (2014) e em Pedagogia (2007) pela mesma universidade. Tem experiência na área de Educação e de Psicologia, com ênfase em ambas.

<sup>3</sup> Tem graduação em Licenciatura Plena em Letras - Português (2014) e Especialização *Lato Sensu* em Linguística e Ensino (2015) pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. É integrante do Grupo de pesquisa em Linguística Textual da Universidade Estadual do Piauí (GETEXTO). É membro associado do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso da Universidade Federal do Piauí (NEPAD).

and tui respectively as x and y. EUE are Screenwriters (Lais Bodansky and Luiz Bolognesi) and TUD are the spectators. The communication contract is established at the time that the authors make knowledgeable viewers of the film's purposes: to draw attention on the Brazilian asylums mental care. As analysis procedure, we selected five cutouts (hereinafter discursive sequences to be abbreviated as SD) that materialized discursive/enunciation the corpus, utterances subjects, partners and recipients of the analyzed utterances. The enunciation organization so has the protagonists as enunciation focus. The conceives as speaking beings (the word), the internal language (EUE - Neto and TUD - other characters).

**Keywords:** Semi linguistics. Subject Language. Ethos. Movie Animal of seven heads.

## Introdução

A linguagem se expressa por meio de modalidades como a fala, a imagem ou o gesto. Em todas essas modalidades surge um tipo de linguagem em que se pode analisar o recurso discursivo. Dentre os tipos de expressão da linguagem, o presente trabalho se deteve à análise dos recursos discursivos presentes nas cenas enunciativas da linguagem expressa no cinema, entendido enquanto linguagem a ser constatada nos meios de expressão cinematográfica.

Nesse contexto, o presente estudo analisou os recursos discursivos verbais presentes no *corpus* *Bicho de Sete Cabeças*, com foco analítico-discursivo em Neto, personagem protagonista do filme. O enfoque foi dado a aspectos verbais de situações expostas no filme, com base teórica na Semi linguística de Charaudeau, nos pressupostos da Análise do Discurso Francesa e na Reforma Psiquiátrica (AMARANTE, 1998).

Laís Bodanzky, roteirista do filme, pensou em produzi-lo quando participava de uma pesquisa sobre a saúde mental no Brasil. Foi nesse momento em que ela teve contato com a obra literária original e seu autor, Austregésilo Carrano Bueno. O livro narra os abusos, a que foi submetido à sua revelia, dentro do hospital psiquiátrico em que fora internado. Através da leitura do livro, Bodanzky produziu todo o discurso realizado na encenação cinematográfica. Pensando nos discursos do filme, por tratar da questão dos abusos praticados nos hospitais psiquiátricos, o presente estudo torna-se relevante por focar um tema bastante atual, a saber: a reforma psiquiátrica que vem sendo feita no Brasil com mudanças significativas na realidade dos hospícios e por

levantar a discussão sobre o tratamento que fere os direitos humanos realizado nos manicômios<sup>4</sup>.

Com isso, na tentativa de observar os discursos produzidos no *córpus*, surgiram as perguntas que motivaram este artigo: quais os efeitos produzidos pelo discurso do sujeito de linguagem proferido por Neto<sup>5</sup>? Qual o contrato de comunicação e o modo de organização enunciativo estabelecido entre ele e os demais personagens do filme *Bicho de Sete Cabeças*?

### Os sujeitos da linguagem

A teoria Semiolinguística é uma das perspectivas epistemológicas do âmbito dos estudos discursivos que intenta descrever o que venha a ser “*Discurso*”. Seu formulador é Patrick Charaudeau, que começou a desenvolvê-la partir de 1979. Charaudeau defende que o *Discurso* não deve ser assimilado como a expressão verbal da linguagem, nem compreendido apenas como a unidade que ultrapassa a frase, conforme descrevia a tradição linguística. O discurso ultrapassa os códigos de manifestação languageira, na medida em que é o lugar da encenação da significação, que está relacionado ao fenômeno da encenação da linguagem, do ato da linguagem<sup>6</sup> e a um conjunto de saberes construído de modo inconsciente pelos indivíduos (CHARAUDEAU, 2001). Em linhas gerais, ao tentar conceituar *Discurso*, Charaudeau procurou evidenciá-lo através do que não seja, para, por fim, mostrar dois sentidos possíveis para o termo. Com isso, ele delimitou o território em que o discurso é conceituado.

É através dos discursos que se percebe se determinadas estruturas são mais recorrentes do que outras. Não se deve confundir discurso com texto, porque se o discurso for associado somente ao texto, a fala, a imagem e o sujeito, enquanto

---

<sup>4</sup> Segundo Amarante (1998) a “Reforma Psiquiátrica” é uma consequência natural de uma transformação da própria ciência. Essa faz revisão dos principais referenciais teóricos e uma reatualização de um olhar histórico crítico sobre os paradigmas fundantes do saber/prática psiquiátrico. No Brasil, teve início no final dos anos 70, logo após começar o movimento da Luta Antimanicomial, através do “movimento sanitário” que visava mudanças no modelo de atenção e gestão nas práticas de saúde pública (BRASIL, 2003).

<sup>5</sup> Neto é o personagem principal do filme, interpretado por Rodrigo Santoro, ator brasileiro. Este vive a de um jovem que é internado em um [hospital psiquiátrico](#).

<sup>6</sup> Ato de Linguagem diz respeito exclusivamente a encenação do dizer, por meio de qualquer formula verbal que seja, desde que ela assinale um ato enunciativo dando um determinado papel ao EUE e ao TUD. O ato de fala não representa o todo do ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2001).

personagem, serão descartadas, o que impediria a análise de um filme. Ressaltamos que o texto tem a característica da materialidade discursiva. Um texto, assim como um filme, pode ter um discurso, que pode indicar uma intertextualidade e/ou uma interdiscursividade.

Na encenação discursiva a noção de sujeito, inserida nos estudos de linguagem por Benveniste havia sido deixada de fora das discussões que afloraram no campo da Linguística no Estruturalismo e no Gerativismo. A partir da Teoria da Enunciação e da Pragmática, esse elemento linguístico, ou seja, o sujeito propagador da enunciação, é levado em conta e ganha o estatuto languageiro de sujeito falante para explicar os performativos<sup>7</sup>. A performatividade não está inscrita na língua. A própria palavra carrega uma ação, porém a palavra em si não tem o poder de fazer as coisas. Quando eu faço uma promessa, dependendo que o outro acredite ou não. Se eu cumprir a promessa a performatividade estará sendo cumprida, caso contrário, essa não será estabelecida. Com isso, percebe-se que existe uma relação contratual nas falas, e quando não há correspondência podem surgir ruídos. O autor considera que os sujeitos se comportam de maneira distinta nas diversas possibilidades comunicativas (CHARAUDEAU, 2001).

É no fazer languageiro que a discursividade se faz. Quando eu falo algo, estou no campo do dizer, quando o ato de linguagem é mais amplo, estou no campo do fazer, ou seja, aquilo que se materializa por meio da linguagem é mais imediatista e de mais fácil percepção e entendimento, é nesse campo que os sentidos podem emanar. No entanto, como nos postulados de Austin, o ato de dizer desemboca em um ato de fazer algo físico juntamente com o ato languageiro. É preciso ressaltar que existe uma distinção entre *O Dizer e O Fazer*. Sendo que o fazer está no lugar da instância situacional, que é definida pelo lugar que ocupam os responsáveis por esse ato (parceiros), e *O Dizer* é o lugar da instância discursiva da qual participam os protagonistas (FREITAS, 2009). A função de qualquer tipo de discurso, entre eles o fílmico, é causar um determinado impacto sobre o público (ALVES, 2013). O discurso fílmico é um processo de interação generalizada que toma as formas de intertextualidade e interdiscursividade, como qualquer discurso, é uma realidade sócio-histórica de condições de produções que é ao mesmo tempo condicionado por ela. (DALMASSO, 2001).

---

<sup>7</sup> Performatividade é um fenômeno que diz respeito à encenação do ato de linguagem como o circuito interno e externo e seus sujeitos correspondentes – parceiros e protagonistas (CHARAUDEAU, 2001).



Charaudeau (2001) afirma que existem quatro sujeitos dentro de qualquer discurso ou enunciação, a saber: o sujeito comunicante (parceiro que detém a iniciativa no processo de interpretação); o sujeito enunciador – EUC (o que produz) e o sujeito destinatário – TUI (o que interpreta), ambos protagonistas, seres de fala, da encenação e que estão no circuito interno do dizer, interagindo diretamente; há, por fim, o sujeito interpretante (o parceiro que tem a iniciativa no processo de interpretação). Para existir interação é necessária uma relação contratual entre os sujeitos comunicantes e para isso é preciso o encontro entre parceiros que se reconheçam e que sejam dignos uns dos outros e estabeleçam uma relação de fazer valer recíprocas na construção de sentidos (CHARAUDEAU, 2001).

Compreender o sentido é uma forma de partilhar saber. É na interação que se compreende determinado sentido, mas isso só é possível se existir saberes comuns entre os comunicantes. O conjunto de saberes partilhado entre os sujeitos em relação ao mundo é que lhes faz atribuir significado. E este diz respeito a um conjunto de informações que se tem sobre um determinado objeto, evento ou situação. O saber partilhado muitas vezes ocorre inconscientemente, de forma automática. Os discursos sociais ou imaginários sociais se estruturam em torno desses valores compartilhados consciente ou inconscientemente, produto das crenças. Com isso, pode-se afirmar que a comunicação nem sempre é transparente porque na fala de um sujeito existem várias vozes falando. Às vezes, o saber partilhado não é simétrico, existe desentendimento quanto ao que se quer dizer, gerando com isso discórdia quanto ao sentido que se quer produzir. Existe uma relação contratual nas falas, e quando não há correspondência podem surgir desacordos.

Além de compreender os sentidos produzidos, outro fator importante para qualquer análise discursiva é perceber os modos de organização discursiva. Esses podem ser o enunciativo ou o narrativo. Segundo Charaudeau (1992, 2008), é considerado modo de organização enunciativo quando tem o foco voltado para os protagonistas, que são os seres de fala (da palavra), internos à linguagem (EUC e TUI). Ele é uma categoria do discurso que testemunha a forma como o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação. Segundo Freitas (2009), o modo de organização enunciativo é um fenômeno que se ocupa do sujeito falante em relação ao interlocutor, ao que ele diz e ao que diz do outro, enquanto o modo de organização narrativo permite a construção de uma realidade a partir do desenrolar de ações sucessivas. O modo de organização sobre o qual iremos debruçar nossa análise é o enunciativo, tendo em vista

que mesmo o narrativo não pode ser realizado nem materializado sem passar por um processo de enunciação. Além disso, o enfoque deste trabalho busca verificar a materialização do sujeito por meio da enunciação que ele profere e os efeitos que seu dizer vai surtir no outro.

### **O *ethos* enquanto um EU**

Utilizando a perspectiva enunciativa ainda ancorada em Benveniste (2009), mais especificamente no que tange ao seu aparelho formal da enunciação, poderíamos remodelar a máxima do EU com a noção da imagem que esse mesmo EU faz de si em sua constituição discursiva, bem como em elementos outros que o permitem legitimar-se por meio do próprio discurso.

A noção de *ethos* está estreitamente vinculada com a reflexividade enunciativa, o que segundo Maingueneau (2015, p. 17):

[...] permite articular corpo e discurso para além de uma oposição empírica entre oral e escrito. A instância subjetiva que se manifesta no discurso não se deixa conceber apenas como um estatuto (professor, profeta, amigo...) associado a uma cena genérica ou a uma cenografia, mas como uma “voz” indissociável de um corpo enunciante historicamente especificado[...].

Os sujeitos, sob análise neste trabalho, por serem representados imagetivamente, haja vista tratarmos do discurso fílmico, e estarem inseridos sobremaneira em uma cenografia psiquiátrica que materializa o *ethos* de Neto como alguém que não se enquadra nem no grupo familiar nem no grupo característico dos manicômios. Mais importante que a localização física dos sujeitos da enunciação são as vozes que emanam desses sujeitos no processo em que eles se instauram enquanto sujeitos comunicantes. Corpo e voz estão imbricados um ao outro e por conta disso Maingueneau (2015) prefere identificar dentro da configuração do *ethos* o elemento que representa o “fiador” constituído por uma parte verbal e uma corporeidade. A parte verbal apresenta enunciativamente características mais psíquicas que atribuem ao sujeito enunciante um caráter. A parte corpórea é uma espécie de *ethos* mostrado. O modo como o sujeito se mostra ao vestir-se de uma determinada forma permite ao seu interlocutor uma imagem prévia que pode ou não ser constatada quando corpo e voz entrarem em cena na enunciação.

## **Análise e discussão**

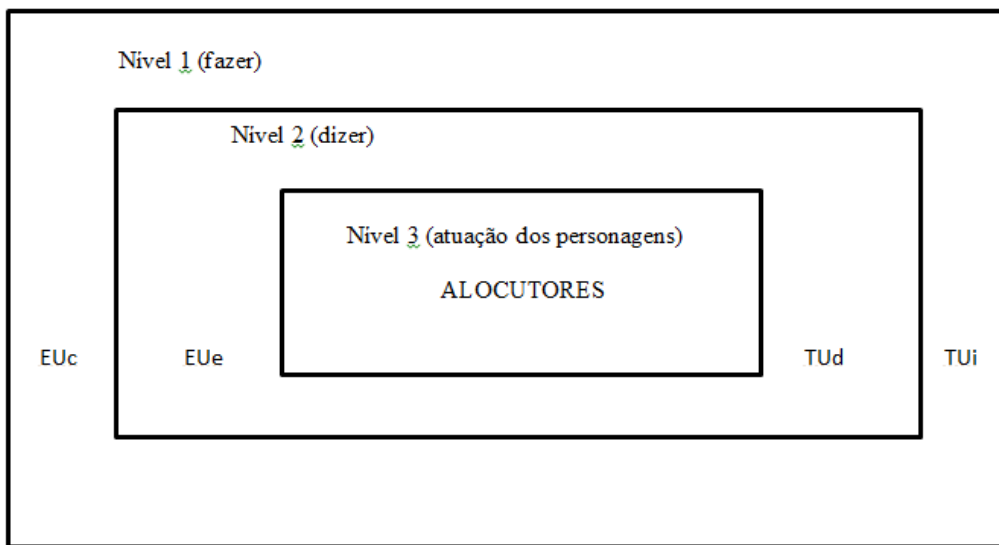
O filme *Bicho de Sete Cabeças* é um drama brasileiro, lançado no ano de 2000, dirigido por Laís Bodanzky e com roteiro de Luiz Bolognesi, baseado no livro autobiográfico de Austregésilo Carrano Bueno, *Canto dos Malditos*. O livro, que serviu de inspiração ao filme, foi lançado em março de 1990 pela Universidade Federal do Paraná, mas pouco tempo depois foi retirado de todas as livrarias de Curitiba. O livro teve a comercialização proibida, de 2002 a 2004, porque, no texto, Carrano cita o nome de médicos e hospitais psiquiátricos por onde serviu de cobaia durante três anos e meio. Ele foi judicialmente obrigado a mudar os nomes das pessoas e das instituições para que o livro voltasse a ser vendido. Como foi um livro vetado, o próprio Carrano vendia, em universidades e shoppings, com o fim de propagar sua história. Ele tinha o desejo de que outras pessoas não vivenciassem o que ele sofreu. Bueno era um militante na luta antimanicomial. (PRADO, 2008).

O protagonista do filme *Bicho de Sete Cabeças* é Neto. Este se constitui como um típico adolescente da periferia de São Paulo que passa o tempo entre a rotina do lar, os bancos da escola e as reuniões com amigos para fumar maconha e pichar muros. Em casa, enfrenta a autoridade ditatorial do pai, Sr. Wilson, e o descaso da acuada e submissa mãe, Meire, que não o ajuda e aceita tudo, com o mais puro silêncio, o que o pai do personagem dita. Nesse filme, tem-se desvelado o poder da linguagem cinematográfica. A produtora, ao utilizar a produção cinematográfica para captar e representar as mazelas que extrapolam os limites do descaso humano com relação ao personagem Neto consegue mostrar, através da organização enunciativa, como os sujeitos de linguagem estabelecem o contrato de comunicação.

A diretora, através das falas de Neto, construiu discursivamente o que Carrano Bueno vivenciou dentro do hospital psiquiátrico. Bueno, após sair do manicômio, tornou-se um militante contra as instituições psiquiátricas, chegando a se tornar o representante dos pacientes na Comissão de Reforma Psiquiátrica do Ministério da Saúde (PRADO, 2008). A diretora utilizou-se da vivência deste para mostrar a realidade dos manicômios brasileiros. Por meio dos discursos, trazidos por parte do protagonista em interação com os demais personagens que atuam no hospital manicomial, seja no papel de interno ou no papel de um dos funcionários, percebem-se as práticas desumanas cometidas nos manicômios e a importância de se fazer a reforma psiquiátrica. A gravação, de forma dura, chocante e cruel, retratou, apesar de ser um

produto da ficção cinematográfica, a realidade dos hospícios manicomiais com uma transparência estarrecedora. Para a análise do *corpus*, identificamos os diferentes sujeitos existentes nas condições de produção. Estes sujeitos podem ser melhor compreendidos pelo esquema abaixo:

**Quadro do Fazer Situacional do “Filme Bicho de Sete Cabeças”**



**Legendas:**

- EUC** – Roteirista (Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi);
- TUI** – Espectadores;
- EUE** – Personagem Neto;
- TUD** – Demais Personagens;
- Alocutores** – Personagens presentes no filme;

Uma das funções do discurso é causar um determinado impacto sobre o público, e isso o filme de Laís Bodanzky consegue, porque ele é portador de uma dimensão argumentativa que consegue abalar as expectativas de seus expectadores através das imagens, das vozes e/ou do som utilizado na produção (ALVES, 2013). Logo no início do filme, a diretora mostra o quão terrível foi à vivência do protagonista. Na cena em que o pai de Neto lê a carta enviada por seu filho, em que diz:

*“Pai as coisas ficam muito boas quando a gente esquece, mas eu não esqueci o que você fez comigo, eu não esqueci a sua covardia. Agora você vai me ouvir!... Estou te mostrando a porta da rua para você sair sem eu te bater.”*

Neste trecho, percebe-se que o sentido construído discursivamente e o contrato de comunicação estabelecido entre pai e filho foi falho quanto à performatividade. Não

que neste contrato comunicacional exista ausência de performatividade, mas apenas contradição. Contradição essa que impossibilitou o entendimento entre os parceiros que são os alocutores do quadro acima, pois no diálogo entre os sujeitos, no qual cada personagem tem uma expectativa de significação particular há interação. A construção de sentido presente nesse discurso chama a atenção para o fato do erro do pai em ter confiado apenas no saber médico, confiança essa que faz parte do imaginário social, e que terminou por destruir a adolescência de seu filho, fazendo com que este se revoltasse contra o pai ao ponto de querer bater nele. A contradição também é de caráter social, haja vista que em nossa cultura, bem como em outras, é inadmissível um filho ameaçar um pai de agressão. O comportamento de Neto causa estranhamento ao mesmo tempo em que gera certa inquietação por parte dos TUi que passam a querer saber o que originou o conflito entre pai e filho. Inicia-se a narrativa com um suspense que será revelado aos poucos por meio das cenas apresentadas.

O componente da interação no nível situacional se caracteriza também pela ausência de credibilidade nos argumentos de Neto enquanto interno do manicômio. Quando analisamos a sequência de cenas em que os funcionários do hospital não acreditam nele quando diz não ser viciado em maconha, podemos perceber que este, desde o início do tratamento, quando foi levado ao hospital, até o momento em que tenta se suicidar, não é ouvido pelos que detêm a autoridade dentro do manicômio. Isto posto, constata-se que o discurso e a imagem da identidade do locutor (EUE) não corresponde à imagem do possuidor do saber; ele não tem o poder e o estatuto para fazer seu discurso validado diante de seus familiares e da equipe da clínica. Através da encenação produzida pela diretora, verifica-se que a fala do personagem Neto não era considerada. Para a semiolinguística, o personagem central enquanto sujeito comunicante, não conseguiu se comunicar, isso no sentido proposto por Charaudeau (2001), ou seja, ele não conquistou o direito à palavra tendo em conta a restrição de sua autoridade enquanto ser de linguagem para a atualização do seu discurso. Quem teria o poder languageiro de legitimar o dizer de Neto era o médico, caso este lhe atribuísse o caráter de recuperado psiquicamente, mas a intenção do médico era manter seus pacientes no manicômio para que este continuasse em funcionamento. A saída de Neto representava para o médico uma verba a menos, embora não adentremos nessa questão, percebemos que uma pessoa mais corrupta que Neto é detentora da legitimação que permite a ele sair ou não da clínica em que está internado.

Percebe-se, conforme a transcrição abaixo, no diálogo entre Neto e um enfermeiro, logo após ser enganado pelo próprio pai e levado ao internato por ser viciado em maconha, que o protagonista não é ouvido e recebe uma injeção de calmante contra sua vontade.

Enfermeiro: *“O caso é o seguinte: o seu pai internou você aqui para fazer um tratamento...”*.

Neto: *“Eu não sou viciado...”*

Enfermeiro: *Isso é o que todo mundo diz, mas não o que a medicina diz...*

Neto: *Eu não sou viciado, você não me examinou... você não tem esse direito. Para com isso, eu não vou tomar injeção, para com isso, para com isso...”*.

Observa-se, na ação descrita acima, que Neto está numa situação desfavorável, e que sua posição desconfortável irá se repetir em outros momentos do filme evidenciando uma característica constante na relação ao estatuto de poder e de saber baseado na posição hierárquica e experiência profissional do outro; Vê-se a posição de superioridade do locutor em relação ao interlocutor, no mesmo instante que o implica e lhe indica um comportamento a ter. O pai de Neto tem o poder “constituente” de privar o filho do convívio social até que remodele sua conduta via internação mesmo contra sua vontade, que, com o passar do tempo, se conscientizará da inquebrantável relação patriarcal entre ele e seu pai, que tem “todo o direito”, por ser investido de poder institucional, de retirá-lo da liberdade que desfrutava. Como o comportamento do interlocutor é de rebeldia, este termina tendo seu desejo de ser ouvido negado. A imagem que o locutor tem do interlocutor (TUd) é a imagem de alguém que supostamente não tem autoridade para poder executar o ato que ele descreve em sua enunciação, é a imagem de alguém que se encontra numa situação desfavorável, que não pode explicitar sua posição de beneficiário da proposição “dizer-fazer” para melhorar sua situação e ser ouvido, enquanto ser de palavra.

Em outra cena, a diretora chama a atenção para a má avaliação do ato médico em relação às atitudes ou/e sintomas dos internos e, também, ao uso descomedido da medicação, como na parte em que o protagonista dialoga com um veterano do internato, em que este fala o que vai acontecer a ele caso se rebele contra o poderio médico.

*“Se você contestar vai direto para a “Tutuia tomar um sossega leão””*.

Termo este que eles utilizam para designar uma injeção de Haloperidol, injeção que tem reações adversas nefastas. Nesse diálogo se percebe o contrário do que acontece quando ele conversa com um funcionário da clínica ou com seu pai. Neto, nesta conversa com o interno do manicômio, estabelece uma interação em que é ouvido e entendido enquanto sujeito comunicante. Os personagens, nesse momento de fala, são parceiros e tem-se estabelecida uma relação de *fazer-valer* recíprocas (CHARAUDEAU, 2001).

Em várias encenações, a diretora mostra aos espectadores do filme o impacto do tratamento da medicina manicomial e do poderio médico. As cenas de violência desumana em nome de um tratamento psiquiátrico mostram sem alegorias ou metáforas como o homem pode ser o algoz do próprio homem, como também uma forma de chamar atenção para que reformas sejam feitas quanto ao funcionamento dos manicômios. Esse impacto pode ser percebido pela forma como o Sujeito Comunicante, que no presente filme são os Roteiristas (Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi) e os Sujeitos Interpretantes, que são os espectadores, seres empíricos (históricos, psicossociais), estabelecem um contrato de comunicação em que o Comunicante (Pai de Neto) aciona um Sujeito Enunciador (Neto) em virtude da imagem de Sujeito Destinatário que ele projeta a respeito do Interpretante.

A imagem dos profissionais da saúde envolvidos no ambiente manicomial mostra-se sobremaneira autoritária haja vista que o ponto de vista evidenciado é o de um interno. Como a intenção do sujeito comunicante é denunciar uma realidade, não seria coerente utilizar-se da oportunidade de propagador do discurso para sair como vilão, mas mostrar o sistema como o opressor e os internos como os oprimidos. O acesso à realidade retratada não nos é dado pelos médicos, mas por um de seus pacientes e os roteiristas do filme tem como propósito comunicativo apresentar justamente esse lado. Dentro de toda a cenografia construída por meio da enunciação materializada, as prioridades são trazer à tona denúncias contra os manicômios e as atrocidades cometidas dentro dessas instituições sociais. Os maus tratos ocorridos dentro de tais instituições são legitimados pelos que tem o poder dado pelo estado, e estes cometem atos que, a depender do ponto de vista defendido, ferem os direitos humanos.

Em linhas gerais, percebe-se que no filme há uma transformação dos *ethoi* apresentados. No caso de Neto, figura central que incorpora uma experiência real vivida

pelo autor do livro que originou o discurso fílmico, o *ethos* mostra-se como uma constituição oriunda de diversas agressões e sequelas que o marcaram como sujeito e que, por meio de suas enunciações, deixa transparecerem as cicatrizes.

A apatia de sua mãe, Meire, deixa de ser plena quando ela se torna a “heroína” que tira Neto do manicômio. A tirania de seu pai, Wilson, deixa de ser o mais evidente de seus caracteres. As personagens não são mais as mesmas. No processo, todas sofreram sangrias, fato perceptível quando Meire visita Neto no manicômio. Para não ver Meire mais depressiva, Wilson muda de posicionamento e retira Neto do hospício.

As imagens das personagens aparecem junto com suas vozes. Os sujeitos que comunicam no discurso fílmico não são semelhantes, mas há um elemento narrativo sobejamente presente e que delinea toda a cadeia significativa. O caráter de denúncia do filme representa tal elemento e as vozes das personagens estão, de certa forma, à mercê dele. A denúncia do livro e a denúncia do filme são balizadas pela denúncia de Neto que materializa a denúncia de Austregésilo Carrano Bueno. No discurso fílmico, a denúncia recebeu a adesão de Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi e é por conta disso que pode ser feita. Todos esses sujeitos dão voz ao discurso. Todos são sujeitos da enunciação e cada um é delineado dentro dos moldes semiolinguísticos.

Após Neto sair do manicômio em que foi internado, pela primeira vez, ele aparece de terno e gravata. Seu *ethos* nessa cena destoa das duas outras configurações imagéticas com as quais ele havia se revestido antes. Entretanto, seu ar desgostoso, insatisfeito com a sua situação atual continua mostrando-se por meio de suas atitudes, embora não em suas falas. Primeiro, ele aparecia como um adolescente usuário de drogas e que não tinha um bom convívio com a família. Nesse período, Neto conheceu Leninha e os dois vivenciaram uma experiência amorosa. A segunda “metamorfose de seu *ethos*” se deu quando foi internado no manicômio pela primeira vez. A terceira mudança foi quando Neto saiu do manicômio e aparece trabalhando e usando o estilo de roupas acima exposto. Em uma cena do filme, Neto reencontra Leninha e antes de ir falar com ela deixa sua pasta de executivo em um canto, tira o paletó, tentando apresentar um *ethos* despojado para ela. O que pode ser deduzido da atitude de Neto é que ele acreditava que aparecendo de uma maneira tão diferente, tão formal na frente de Leninha, poderia espantá-la e seria impossível reestabelecer a relação de outrora com ela. Assim, o personagem principal prefere aparecer mesclando a imagem original Leninha que tinha dele com sua atual imagem. Porém, a relação dos dois não pode mais ser reestabelecida, já que Leninha está em outro relacionamento. Com isso, presume-se



que o *ethos* de Neto passa a não mais se mostrar frustrado, mas a materializar-se como tal.

### **Considerações finais**

Em suma, no filme selecionado, os conceitos aqui apresentados nos ajudaram a compreender os sentidos dos discursos presentes na fala de Neto. Vimos que sua fala é uma expressão de sofrimento, não apenas dele como também a dos demais, enquanto interno de um manicômio, ou seja, a formação discursiva da fala é tanto uma denúncia de seu sofrimento e dos demais pacientes que foram e são tratados de forma desumana, como uma forma de ressaltar a importância da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que teve início por volta do final dos anos 1970 (QUEBRA e CHAVES, 2016). A diretora do filme, ao perceber que o cinema pode ser visto como fonte de representação do real, procurou demonstrar da forma mais real possível o dia a dia de um manicômio, através das vivências de Carrano, na tentativa de chamar atenção para o tema.

Em linhas gerais, quanto aos aspectos discursivos, lembrando que é Charaudeau quem se atém ao discurso midiático, o que foi acima, na análise discursiva do filme *Bicho de Sete Cabeças*, serviu de base para perceber os sentidos do discurso presente na fala do personagem principal, já que este apresentou dimensões argumentativas que serviram para causar impacto sobre o público. A diretora do filme, para alcançar esse objetivo, foi perspicaz ao observar as particularidades do dispositivo audiovisual, em que imagens, sons e outros elementos da linguagem cinematográfica atuaram em conjunto com a parte textual, a coletividade da criação e as circunstâncias situacionais específicas.

### **Referências**

ALVES, C. A. *Imagens de si na tela do cinema: reflexões sobre o Ethos Fílmico*. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 55, n. 2, 2013. Pesquisado em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3979>, no dia 15 de junho de 2015.

BRASIL. *Saúde mental na atenção básica: o vínculo e o diálogo necessários*. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

AMARANTE, P. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. SciELO-Editora FIOCRUZ, 1998.

CHARAUDEAU, P. Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem. In: MARI, Hugo; DALMASSO, M. T. *Discurso fílmico y construcción de identidades: figuras de mujer*. *Revista Latina de comunicación social*, n. 44, p. 7, 2001. Pesquisado em: <http://www.revistalatinacs.org/2001/latina44septiembre/4402dalmaso.htm> no dia 17 de junho de 2015.

FREITAS, E. C.. *A semiolinguística no discurso: práticas de linguagem em situações de trabalho*. *Revista Desenredo*, v. 4, n. 2, 2009 p. 262-283. Pesquisado em: <http://www.perguntaserespostas.com.br/seer/index.php/rd/article/view/693> no dia 16 de junho de 2015.

MACHADO, I.; MELLO, R(orgs.). *Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001, p. 23-38.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2015.

MOREIRA, R. F. *Um olhar sobre a representação da figura do professor no cinema*. 2015. Pesquisado em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117500/000966895.pdf?Sequence=1>, no dia 15 de junho de 2015.

QUEBRA, S. C. F.; CHAVES, E. *A Loucura entre a Psiquiatria e a sua Reforma: uma relação de continuidade*. *Clínica & Cultura*, v. 4, n. 2, p. 3-16, 2016. Pesquisado em: <file:///D:/Meus%20Arquivos/Downloads/4033-14222-1-PB.pdf>, no dia 26 de setembro de 2016.

## UM “EU” DE GRACILIANO RAMOS QUE SE DESDOBRA EM DIVERSOS “EUS” NO ROMANCE

Gabriela Pacheco Amaral<sup>1</sup>

### Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar como ocorre o discurso de desigualdade na narrativa de vida, *Infância*(1945), de Graciliano Ramos. Como também, buscaremos compreender como esse discurso pode acarretar em desdobramentos dos “eus” de Ramos em seu romance. Nossa perspectiva metodológica parte dos pressupostos da Análise do Discurso, mais especificamente, tentaremos realizar um diálogo entre os conceitos de dialogismo e polifonia de Bakhtin (1970) com os postulados de Pêcheux (1990) sobre as formações discursivas e também com o modo de organização do discurso enunciativo da Semiologia de Charaudeau (1983), este último que irá nos possibilitar a apreensão dos pontos de vista do romancista nordestino. Compreendemos, pois, que os desdobramentos dos “eus” de Graciliano podem ser verificados a partir de posicionamentos ideológicos que o mesmo expõe em sua autobiografia, *Infância*.

**Palavras-chave:** Desdobramentos. Vozes. Análise do Discurso.

### Abstract

The objective this paper is to analyze how is the inequality discourse in the life narrative, *Infância* (1945), of Graciliano Ramos. We seek, too, understand how this discourse can do a dividing of “I” of Ramos in his novel. Our theoretic perspective is about the prepositions of the Discourse Analysis. More especially, we will try do a dialogue with the concepts of dialogism and polyphony of Bakhtin (1970), with the concepts of Pêcheux (1990) about discursive formations and with the method of organizing discourse enunciation of the Semiolinguistics theories of Charaudeau (1983), this last concept we will allow the understanding of the viewpoints of novelist. We understand that the dividing of “I” of Graciliano can be analyzed in view of the ideological positions that the Graciliano shows in the autobiographic, *Infância*.

**Keywords:** Dividing. Voices. Discourse Analysis.

### Introdução

Graciliano Ramos nasceu no Alagoas em 1892, em um período de transição da política brasileira, nessa época, a República tinha sido proclamada somente há três anos, em 1889. A situação do Brasil era de muitas crises econômicas, disputas políticas e

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, na área da Análise do Discurso, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais/ Brasil. Contato eletrônico: gabriela-pa-169@hotmail.com.

muitas incertezas quanto ao futuro dos brasileiros. Com o surgimento da República desencadeou-se uma descentralização econômica e financeira que foi propícia para a emergência do capitalismo no país, beneficiando principalmente as oligarquias cafeeiras.

O pai do romancista, Sebastião Ramos de Oliveira, estava bem distante do império dos canaviais, já que era um senhor do engenho arruinado e mantinha uma loja de tecidos. Posteriormente, deixou o ramo do comércio para começar a trabalhar com a criação de gado e comprou uma fazenda, onde foi morar com a família. Porém, veio a seca e com ela várias mortes dos animais da propriedade. Então, a solução encontrada pelo patriarca foi de abandonar a fazenda e voltar para o comércio.

Dito isso, percebemos como se deu o contexto social e histórico de Graciliano Ramos: cheio de crises, incertezas, secas, mortes. Situações essas que podem ter contribuído para o estilo literário e o posicionamento ideológico nos romances do autor, pois, como bem afirma Brunacci (2008, p. 27): “O escritor é, antes de tudo, um ser social”. Isso significa entender que o escritor pode deixar escapar em suas obras o seu posicionamento quanto a assuntos da sociedade que pode ser percebido devido a algumas pistas no fio do discurso e do estilo adotado por ele. No caso do escritor nordestino, notamos que aborda em seus romances questões de desigualdade social, injustiças e pessimismo quanto ao país.

Já em suas primeiras obras, o autor deixava-se revelar o posicionamento ideológico em seus escritos. Aos doze anos ele fazia parte da fundação do jornal infantil *Dilúculo*, e a estreia do jornal contava com o primeiro conto de Ramos, *Pequeno Mendigo*. No primeiro protagonista e na temática do conto já percebemos o viés ideológico e literário dele. O que convenhamos, trata-se de uma abordagem literária um pouco incomum para a faixa etária do autor, mas de qualquer forma, mostra a sensibilidade da visão de mundo do pequeno escritor para as desigualdades sociais e financeiras.

No período da ditadura militar, mais especificamente em 1936, o romancista é preso por alegações políticas de participar do comunismo. Contudo, não existiam provas da participação dele nesse movimento, em *Memórias do Cárcere* (1953) o escritor revela que não era comunista no período da ditadura, o que só veio acontecer em 1945 quando ingressa no Partido Comunista do Brasil. Antes de ser preso, ela já havia publicado *Caetés* (1933) e *São Bernardo* (1934), diante disso, cogitava que sua prisão ocorrera devido à abordagem da desigualdade social em suas obras e em seus artigos publicados na imprensa, uma vez que não havia motivos concretos para a prisão, tanto

que não fora processado nem acusado posteriormente; “ele foi preso por questões ideológicas” (ABEL, 1999, p. 100 – 101).

Nesse sentido, o autor ao escrever seus romances e sua autobiografia deixa transparecer, consciente ou inconsciente, seus posicionamentos ideológicos que foram adquiridos ao longo de sua vida. Uma forma de se perceber esses traços ideológicos é a análise de algumas formações discursivas que estão presentes na narrativa de vida, *Infância*<sup>2</sup>. Antes disso, porém, convêm discorreremos brevemente sobre as formações discursivas e sobre a heterogeneidade constitutiva do discurso.

### **As Vozes na Formação Discursiva**

Pêcheux, nos anos 1960, postula as teorias que culminaram com a fundação de uma disciplina, nomeada Análise do Discurso (doravante AD), a qual em sua base e primórdios vê-se uma estreita relação entre o discurso, a ideologia e o sujeito.

Os estudos ideológicos de Althusser (1985) influenciaram diretamente os trabalhos de Pêcheux na constituição dessa disciplina, o que pode ser visto, mais especificamente em seu livro *Ideologia e aparelhos ideológicos* publicado em 1971. Neste, o autor considera que as ideologias que interpelam os sujeitos são produzidas nos aparelhos ideológicos do estado.

Entre as instituições que produzem tais aparelhos podemos citar a igreja, a escola, a família, o sistema jurídico, entre outras. A igreja, com seus dogmas acaba por influenciar a mente dos indivíduos que a frequentam e levam demasiadamente a sério tudo o que ouvem de padres, pastores, rabinos, etc.; a escola, por sua vez, também tende a reproduzir um sistema inibitivo ou na melhor das hipóteses, uniformizado, que visa passar conhecimentos, mas, se houver por parte dos alunos, obediência e disciplina, para melhor apreensão das ideias transmitidas. O sistema jurídico dita leis que regulam o Estado e os cidadãos. A família é também um local onde se produzem os aparelhos ideológicos do estado que podem marcar seus membros, de maneira positiva ou negativa, conforme os casos.

Citemos um exemplo, reproduzido por Pêcheux (1995), no qual a ideologia interpela os sujeitos: o comportamento de um soldado. Segundo ele, é de conhecimento

---

<sup>2</sup> O romance *Infância* é uma autobiografia de Graciliano Ramos no qual ele conta sobre as suas experiências de vida até os 14 anos de idade. Nessa obra, deparamos com memórias do jovem escritor sobre diversos aspectos de sua infância, como o início da escolarização, a timidez, as agressões do pai, as injustiças que o romancista presenciava.

da maioria das pessoas que o soldado “precisa” ser corajoso, sério, comportado e não pode recuar diante do perigo e da guerra. Assim, é por meio do hábito e do uso desses saberes sobre a atitude e o modo de ser do soldado que a ideologia determina o que é e o que deve ser de algo ou alguém na sociedade.

Uma ideologia, em resumo, seria uma forma de pensamento, um credo, que visa influenciar/dominar um indivíduo ou um grupo de indivíduos e pode ter um aspecto religioso, moral, jurídico, político, de posição de classe, etc.

Um dos conceitos desenvolvidos por Pêcheux que está restritamente relacionado às ideologias é o de formação discursiva (doravante FD), a qual consiste em determinar o que numa dada conjuntura social deve e pode ser dito.

Nas FD's – e no uso geral da língua – o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, pois ele é determinado pelas posições ideológicas que atuam no processo social e histórico no qual as palavras são produzidas. As mesmas palavras podem mudar de sentido ao passar de uma FD para outra, e, do mesmo modo, as palavras “literalmente diferentes” podem ter o mesmo sentido no interior de uma mesma FD. De acordo com Orlandi (2001), o discurso adquire algum sentido na medida em que o dito do sujeito se inscreve em uma FD e não em outra. Por consequência, será o contexto que determinará o sentido de um enunciado.

Consideramos, com Pêcheux (1995), que ideologia não é algo constituído somente por ideias; implica também uma prática significante que aparece como o efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história. Esse conceito, segundo o autor supracitado, fornece os saberes em que todos os sujeitos conhecem “o que é” e “como deve ser” algo ou alguém que ocupa uma posição social. Será por meio dela que o sujeito sabe as diferenças entre patrão e funcionário, entre professor e aluno, sobre a diferença de comportamentos na casa, na escola, na igreja. Diante dessas reflexões, poderíamos considerá-la como um conjunto de conhecimentos referentes às questões de identidade, comportamento e posição social.

No entanto, concordamos também com a adoção do conceito de Charaudeau (2006) quando este considera que a ideologia poderia ser pensada em termos de *imaginários*, já que esse sintagma carregaria um sentido histórico marxista de luta de classes. Na perspectiva dele, os *imaginários sociodiscursivos* podem ser compreendidos por meio dos mais diversos saberes compartilhados nas representações socioculturais de um grupo sobre o mundo, o espaço, o tempo, os indivíduos, os comportamentos e os valores.

As crenças e os costumes nos rodeiam a todo o momento em nosso cotidiano e, de certo, fazem parte da sociedade e da cultura de um determinado conjunto de pessoas. É por meio deles que é possível identificar a identidade de um povo, de um país e de uma classe social. Assim, as práticas e os costumes de um grupo de sujeitos acarretam em uma ideologia, a qual consideramos tratar-se de um conjunto de crenças, saberes, pontos de vista, costumes e visão de mundo de um dado conjunto de sujeitos. Por conseguinte, existem diversas ideologias nas quais o sujeito se enquadra, uma vez que ele as considera compatíveis com sua identidade e com sua visão de mundo. Isto posto, as ideologias têm sentidos para os sujeitos, já que elas representam as identificações que o sujeito tem de si e do mundo.

Para se pensar nos efeitos de sentido da FD há que se levar em conta a posição do sujeito e as condições de produção, pois a posição social e a identidade do sujeito-falante podem determinar a relação de força do discurso entre os sujeitos presentes na comunicação (PÊCHEUX, 1995). As condições de produção são constituídas por duas dimensões, uma restrita e a outra, ampla, desse modo, na dimensão restrita vemos o contexto de enunciação imediato, em que temos os sujeitos-falantes em uma dada situação. Na dimensão ampla são inseridos elementos relevantes no que diz respeito aos dados sociais, históricos, aos imaginários sociais e ideológicos (ORLANDI, 2001). Em suma, para interpretar os sentidos de uma FD, se faz necessário levar em consideração a identidade do sujeito, o explícito e o implícito do enunciado, bem como as informações contextuais da produção do discurso.

Ainda sobre as FD's, para Pêcheux, “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas[...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 148). Esse “todo complexo com dominante” é o interdiscurso. Este representa algo que já foi dito antes e em outro lugar (PÊCHEUX, 1995, p. 148). Orlandi considera o interdiscurso como a memória acionada na produção do discurso, ou seja, ele é “[...] aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído” (ORLANDI, 2001, p. 31).

O interdiscurso é reproduzido pelos sujeitos por meio de paráfrases, que representariam a mesma concepção e formulação discursiva de um mesmo tema, ou seja são palavras ou formulações diferentes para se dizer a mesma coisa. Com o uso discursivo da polissemia há uma ruptura e um deslocamento sobre o tema, é um

caminho inverso da paráfrase. Poderíamos considerar que são palavras parecidas que em dados enunciados se inscrevem em FD diferentes.

Com esse pressuposto de que o interdiscurso consiste nos já ditos, evocamos os estudos de Bakhtin em torno da linguagem. Ao apresentar a noção de dialogismo, o autor corrobora sobre os diversos já-ditos que compõem o discurso. Nesse âmbito é possível compreender que os discursos não são originais e homogêneos, mas sim, constituídos de diversos dizeres que foram e são proferidos em diferentes situações e épocas.

Ao refletir sobre a natureza dialógica bakhtiniana do discurso, Fiorin (2006), relata que o discurso ocorre pelo entrelaçamento de dois ou mais enunciados, dessa maneira, ele sempre é atravessado pelo discurso alheio. Quando o sujeito-falante produz um discurso, automaticamente são produzidos diversos outros já ditos sobre o assunto, tema ou problematização. Por conseguinte, todo enunciado é heterogêneo, já que é transpassado por múltiplas vozes.

Se o discurso é dinâmico e dialógico, assim também são as FD's, pois não são fechadas em si. Pelo contrário, dialogam e se contradizem, de modo a não existir uma FD pura que não se contamina ou não seja atravessada por diversas outras perspectivas, como Pêcheux argumenta:

É necessário [...] definir a relação interna que ela [*formação discursiva*] estabelece com seu exterior discursivo específico, portanto, determinar as invasões, os atravessamentos constitutivos pelas quais uma pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas se organiza [...] (PÊCHEUX, 1990, p. 254).

O sujeito pode ocupar algumas modalidades de tomada de posição referente a uma FD, no qual pode haver uma identificação plena ou uma contraposição ao sujeito universal. Na identificação plena, Pêcheux o denomina como modalidade do “bom sujeito”, na contraposição será o “mau sujeito”. Há também uma terceira modalidade, no qual “ocorre um deslizamento e uma desidentificação com uma FD, para depois haver uma identificação com outra” (ELICHIRIGOITY, 2007, p. 80). Cabe lembrar que na ótica da heterogeneidade da FD, não se pode pensar em uma homogeneidade em tomadas de posições, pois o sujeito sofre um desdobramento em diversas posições ao se relacionar com as ideologias, assim, podemos pensar em uma fragmentação na forma do sujeito se posicionar diante de uma FD.



Em síntese, compreendermos que no íntimo de um sujeito há uma oposição, uma luta de pensamentos, de ideologias, de pontos de vista. No discurso, podemos analisar essa heterogeneidade e a presença de discursos que ora se assemelham, ora são conflitantes. Visto que não há um ponto de vista ou uma posição ideológica unificada e homogênea, já que o discurso é tomado e atravessado por posições e ideologias semelhantes e contraditórias.

Segundo Mesquista e Rosa (2010) a heterogeneidade das FD's pode ser analisada pelo funcionamento dos elementos interdiscursivos no discurso, assim uma FD pode ser atravessada por outras vozes, outros sujeitos, outros discursos sociais e históricos e outras ideologias. Dessa maneira, o sentido de um enunciado depende da interação desses elementos. Chegamos, nesse sentido, aos estudos de Bakhtin sobre o dialogismo.

### **O Dialogismo no Discurso e no Sujeito**

A concepção do dialogismo na perspectiva de Bakhtin trata-se da compreensão de que quando o sujeito-falante produz um discurso, automaticamente são evocados diversos outros já ditos sobre o assunto, tema ou problematização que é enunciado. Por conseguinte, todo enunciado é heterogêneo, já que é transpassado por múltiplos discursos e são, portanto, essencialmente dialógicos.

O enunciado não existe exteriormente às relações dialógicas dos discursos, dado que ele é constituído justamente por esse diálogo. Nele, sempre, estarão nuances, alusões e lembranças de outros enunciados, com os quais ele concorda, confirma, completa, refuta, isola e/ou contradiz. Com essa perspectiva de que o discurso se constitui a partir de outro discurso, há que se considerar que existem, no mínimo, duas vozes em sua existência. Por mais que elas não estejam explícitas no fio do discurso, estarão sempre nele presentes. Isso porque o enunciado revela duas posições, a que se enuncia e a oposição ao qual é construída (FIORIN, 2006).

O discurso se apresenta como um produto da inter-relação entre os discursos e os sujeitos. Todo enunciado é penetrado pelo exterior, de modo que não existe palavra neutra, já que é carregada de outros dizeres e de imaginários que são adquiridos ao longo de sua existência, são carregadas de sentidos. De tal maneira, o dialogismo é a base do sentido, pois este se dá justamente pelo entrecruzamento de diversos discursos (ARAÚJO, 2015).

Segundo Bakhtin (2002), existem vários outros dizeres sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo tema que circulam na sociedade. O objeto do discurso está “amarrado” e “penetrado” por amplas ideias, por pontos de vista, por julgamentos alheios. Assim, o enunciado adquire múltiplos “fios dialógicos” que surgem de vários momentos sociais e históricos, que se evoluem, se repassam, se transformam e se repetem ao longo de sua existência. Nesse sentido, há uma interação complexa entre os diversos pontos de vista, de ideias e julgamentos. Eles se entrelaçam, se contradizem, alguns se isolam, alguns se amalgamam, outros se cruzam. Por conseguinte, todo esse “jogo” complexo entre os dizeres é que forma substancialmente e constitutivamente o discurso.

Uma outra forma do dialogismo se manifestar no discurso será por meio da polifonia, já que nos pressupostos de Fiorin (2006), este conceito pode ser pensado como um dialogismo que se apresenta de forma composicional, explícita no fio do discurso.

Em síntese, o dialogismo e a polifonia são as múltiplas vozes que estão na natureza constitutiva do sujeito e do discurso. Ambos os conceitos estão inter-relacionados, não há uma dicotomia entre eles. Poderíamos pensar que a polifonia é a heterogeneidade de vozes marcadas e explícitas no fio do discurso, no qual o sujeito tem a consciência da alteridade do discurso alheio. Assim, a polifonia é o dialogismo circunscrito, nítido, claro na conjuntura do enunciado. O dialogismo, por sua vez, é inerente, é próprio do discurso, e em sua maioria, o sujeito desconhece essa heterogeneidade constitutiva, mas ela sempre está ali presente, velada, aludida, implícita no seio do enunciado.

A subjetividade do sujeito é construída pelo e no conjunto da interação social do qual ele participa. Do mesmo modo que o discurso, o sujeito é essencialmente constituído pelo outro, ou seja, o sujeito e o discurso são naturalmente heterogêneos. O sujeito é instituído pelas múltiplas vozes que se interagem no meio social que o circunda, e impregna-se não somente de uma voz, mas de diversas delas. No âmago do sujeito há uma heterogeneidade de vozes sociais que podem estar em relação de concordância ou discordância. Todavia, ele não é totalmente assujeitado a essas vozes, visto que cada sujeito tem seu modo único de interagir e participar do dialogismo. A heterogeneidade das vozes na sociedade “permite a constituição de sujeitos únicos” (FIORIN, 2006, p. 55 -58).

Machado, à luz dos pensamentos bakhtinianos, afirma que nos sujeitos-comunicantes aflora uma polifonia interna que os comanda. Na narrativa de vida, essa

polifonia interna pode ser percebida quando ao narrar sobre seu passado inevitavelmente estarão ali presentes e em constante diálogo o “eu” do passado com o “eu” do presente. Também em uma narrativa de vida, e até mesmo em enunciados “[...] vozes ou sujeitos que se desdobram: um sujeito fala de sua vida íntima enquanto um outro explica um percurso de sua vida profissional” (MACHADO, 2014, p. 111).

O sujeito é heterogêneo por natureza, e por isso sempre em seu íntimo haverá uma multiplicidade de vozes, de “eus” que dialogam, que refutam, que se opõem, que se complementam. Algumas vezes, será no silêncio do sujeito que esse embate pode se desvendar com mais força.

Dito isso, percebemos que o sujeito estará sempre em constante relação com o seu exterior e com o interior. Essa também é a natureza constitutiva do discurso, o dialogismo é quem vai criar as possibilidades das emersões dos discursos nos sujeitos e na sociedade.

### **Como Captar a Imagem Que o Sujeito Tem do Outro e do Mundo?**

O sujeito está sempre em relação com o outro, seja o outro como discurso, ou o outro como sujeito. Será, pois, na concepção do modo de organização do discurso enunciativo elaborado por Charaudeau, na Semiologia, que acreditamos existir uma metodologia de análise que simplifica uma avaliação do modo linguístico de como o sujeito cria uma imagem do outro, de si e do mundo. A Semiologia é uma corrente da AD que surgiu com o objetivo de analisar e desvelar as condições de produção e de existência dos enunciados, em geral.

Nas considerações dessa corrente, são analisados os princípios de organização da matéria linguística dependentes da finalidade comunicativa do sujeito, quais sejam: enunciar, descrever, contar, argumentar. Os procedimentos em utilizar determinadas categorias de língua com o intuito de agrupá-las em função da finalidade comunicativa podem ser agrupados em quatro modos de organização: o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo (CHARAUDEAU, 2014, p.74).

Sob a ótica do modo de organização do discurso enunciativo podemos compreender como ocorrem as relações de força na enunciação. Ao analisar os monólogos internos ou diálogos do protagonista, intencionamos verificar a polifonia interna que ocorre nos pensamentos dele; a polifonia interna por sua vez pode resultar em desdobramento de “eus” que sustentam posições ideológicas diferentes ou similares

(MACHADO, 2014/2015). Nosso propósito será, então, analisar as relações de força entre os múltiplos “eus”, as múltiplas vozes e como eles podem estar associados aos discursos de desigualdade sociais. Em suma, os objetivos do referido modo consistem em:

- ✓ Entender a relação de influência entre o locutor e o interlocutor em um comportamento alocutivo;
- ✓ Estabelecer o ponto de vista do locutor em um comportamento elocutivo e;
- ✓ Retomar a fala de um terceiro em um comportamento delocutivo.

### **Procedimentos de Análise**

Antes de passarmos à análise do *corpus* desta pesquisa, qual seja, o romance *Infância*, gostaríamos de esclarecer/mostrar alguns dos passos metodológicos que nos guiarão nesta análise.

A metodologia empregada nesta pesquisa será realizada por meio de um constante movimento teórico de vai-e-vem que empreenderemos entre alguns conceitos de Pêcheux (1995), Charaudeau (1992) e Bakhtin (2002). Não se trata de um proceder aleatório, mas de operar uma bricolagem (em seu bom sentido) que reúna certos pontos incisivos de teorias discursivas, pois, acreditamos, uns podem vir a complementar outros.

Partiremos para o estudo da perspectiva polifônica e dialógica, de Bakhtin, que acreditamos estar presente nas formações discursivas, de Pêcheux, que contêm nos discursos de G. Ramos, em *Infância*. Adotaremos, aliás, conceitos vindos do *Modos de organização do discurso enunciativo* postulada por Charaudeau (1992, 2008)

Iremos, pois, atentar-nos ao comportamento elocutivo, do modo supracitado, que pode ser observado no fio do discurso com o intuito de analisar como o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo. Os pontos de vista, de acordo com o linguísta francês, podem ser especificados como (CHARAUDEAU, 2014, p. 83):

1. O ponto de vista do modo de saber que demonstra a maneira que o locutor tem o conhecimento sobre determinado assunto.
2. O ponto de vista de avaliação no qual se tem a maneira de como o sujeito julga determinado assunto e/ou o enunciado.

3. O ponto de vista de motivação que especifica a razão pela qual o sujeito é levado a realizar alguma atitude ou enunciado.
4. O ponto de vista de engajamento que mostra o grau de adesão do sujeito.
5. O ponto de vista de decisão que especifica o estatuto do locutor e o tipo de decisão que o ato de enunciação realiza.

### **A desigualdade social narrada nas memórias de vida de Graciliano Ramos**

No romance autobiográfico de Ramos, *Infância* (2008), o autor narra as suas lembranças de quando era uma criança. É possível perceber que essa narrativa de vida se torna um discurso sobre as injustiças que ocorriam com ele e com outras pessoas em seu convívio. Nas memórias narradas, compreendemos haver um entrecruzamento das memórias infantis com o ponto de vista, a visão de mundo do autor em tempo atual da escritura do romance. Somos levados a inferir que, possivelmente, o autor se utiliza das memórias do passado para (re) afirmar – ou até mesmo, analisar – seus posicionamentos atuais acerca de determinado tema, que por sua vez, observamos manifestações de diversas vozes sociais.

Nas afirmações de Machado (2014), em uma autobiografia ou narrativa de vida há um encontro entre o “eu” do passado com o “eu” do presente. Nesse entrelace entre os dois “eus” do autor, observamos múltiplas vozes que dialogam no discurso narrativo, vozes sociais que são incorporadas no âmago do sujeito e que podem revelar consciências ideológicas do autor.

Em alguns fatos narrados, notamos como a identidade do romancista se desdobra em diversos “eus” que são repletos de outras vozes. Trata-se de uma experiência vivida por Ramos quando foi com um amigo ver um cadáver de uma mulher negra que morreu queimada em sua choupana quando tentou salvar uma imagem de santa dentro de casa. Muito angustiado com a imagem, ele narra o acontecido para sua família:

Arrepiava-me, repetia a descrição, excitava-me tanto que meus pais tentaram acalmar-me, reduzir o sinistro. Não havia motivo para a gente se aperrear. Fora uma infelicidade, sem dúvida. Mas era a vontade de Deus, estava escrito. E podia ser pior, muito pior. Se se tivesse queimado a igreja, ou a loja de seu Quinca Epifânio, a mais importante da vila, o dano seria tremendo. Deus era misericordioso: contentava-se com uma habitação miserável, situada longe da rua, e com o sacrifício de uma preta anônima. Não me convenci. A loja de seu Quinca Epifânio e a igreja não tinham nada com o negócio. Eu não vira incêndio na igreja nem na loja de seu Quinca Epifânio:

vira uma choupana destruída, e a choupana crescia, igualava-se às construções de tijolo. Seu Quinca Epifânio e padre João Inácio estavam vivos. Se tivessem morrido no fogaréu, não seriam mais nojentos que a negra (RAMOS, 2008, p. 80).

No excerto acima notamos que a morte da mulher negra causou grande emoção no autor, porém, ao chegar a casa e contar sobre o ocorrido, os pais tentaram acalmar o menino, dizendo que podia ter sido pior, poderia ter sido alguém “mais importante” como o padre ou o dono da vendinha da cidade. Nos argumentos utilizados pelos pais de Ramos, estamos diante de uma FD que acredita que o ocorrido somente aconteceu pela vontade de Deus, assim deparamos com uma FD religiosa.

Essa FD religiosa discursiva que a morte da mulher fora de vontade divina, não tendo, portanto, nenhuma relação com as atitudes humanas. Nessa FD podemos inferir diversas vozes que a atravessam, como por exemplo, as vozes da igreja que defendem que tudo só ocorre por decisão divina. Como a FD é heterogênea, podemos compreender, aliás, uma voz contraditória que enuncia sobre a responsabilidade humana nas consequências das ações dos sujeitos. Com o intuito de elucidar essa última voz, podemos assimilar que a desigualdade social está relacionada com o ocorrido, já que a mulher morta morava em uma casa que não era feita de tijolos, já que era uma choupana. Se ela morava em uma casa simples feita de folhas, um dos possíveis motivos era a falta de bens financeiros para conseguir adquirir uma propriedade feita de tijolos. Dito isso, o ambiente ao qual ela vivia tinha indícios de perigo: material de fácil combustão associado com o uso de velas, já que nessas propriedades não havia eletricidade.

Porém, pode ser mais viável para a sociedade adotar uma FD que coloca a responsabilidade de algumas mortes em Deus, do que assumir que são as próprias ações dos homens que influenciam nas vidas dos outros. Nesse sentido, a FD de desigualdade social também aponta para um desdém dos pais sobre a morte da mulher, pois se tratava de uma “preta anônima” em uma “habitação miserável”. Fato esse que não provoca empatia pelo ocorrido, pois era uma pessoa “invisível”, “insignificante” para eles, estava à margem da sociedade. Por outro lado, se pessoas “importantes” morressem, como o padre ou o comerciante, e se seus estabelecimentos fossem incendiados, aí sim, provavelmente acarretaria em comoção pública.

Contrapondo às ideias dos pais, surge a voz de Graciliano para afirmar que a choupana da mulher se igualava às construções de tijolos. Ou seja, para ele, a casa

simples da mulher teria o mesmo valor que a igreja e o comércio. E mais, se o padre ou o comerciante tivessem morrido, os cadáveres deles não são seriam superiores aos da mulher: seriam iguais. Nesse sentido, verificamos outra FD no fio do discurso que evoca uma voz social que é internalizada pelo autor, no qual considera a igualdade entre os seres humanos, não importando a classe social ao qual eles pertencem, afinal, na morte, todos se igualam.

Nesse excerto, percebemos como as vozes sociais estão presentes em formulações de pensamentos sobre o outro: para os pais do autor, a mulher é menos importante que outras pessoas; já para Ramos, a mulher tem valor igual. Pensando na Semiologia, estamos diante de um comportamento elocutivo, no qual o autor expõe o seu ponto de vista sobre o ocorrido e demonstra que tem conhecimento da desigualdade social que o rodeia, visto que o romancista sabe que as pessoas são tratadas conforme sua posição social. Outro ponto de vista que inferimos no excerto é o de avaliação, pois o autor julga os discursos dos pais e se contrapõe ao pensamento deles, não concordando com a desigualdade entre os homens. Isto posto, é possível delinear a emergência de um “eu” empático de G. Ramos quanto ao incidente que ocorreu com a mulher.

Com essa perspectiva, o autor ao narrar sobre as suas memórias de vida, estão ali presentes um “eu” do presente que carrega em si diversas crenças, experiências, ideologias que se associam ao “eu” do passado. Um outro exemplo, no qual podemos inferir sobre o desdobramento do autor se dá em:

Espantaram-me a desconsideração e a frieza que envolviam essas criaturas. Não me capacitava de que a moça bonita, cheirosa, engomada, fosse de qualquer maneira inferior a d. Águeda de seu Acrísio, magra e pontuda. Também me parecia injusto dar ao velho Quinca Epifânio, engelhado e faminto, mais valor que a seu Afro, robusto e alegre. O juízo dos homens era esquisito. Bem esquisito.

Contudo esse julgamento absurdo acompanhou-me. Fixou-me, ganhou raízes. Indigno-me, quero extirpá-lo, reabilitar seu Afro e d. Maroca. Duas pessoas normais [...] (RAMOS, 2008, p. 49).

Levando em consideração os conceitos da Semiologia, encontramos no excerto acima com um ponto de vista do modo de saber e um ponto de vista de avaliação. No primeiro, observamos que o modo de saber é construído pelo conhecimento que o autor tem dos discursos de desigualdade que circulam na sociedade. No segundo, a avaliação pode ser percebida devido ao modo de julgamento

que G. Ramos adota diante desse modo de saber, já que o romancista se posiciona diante dos preconceitos das pessoas com os personagens d. Maroca e Afro. Estes personagens que são casados, mas vivem um romance triplo com outro homem, que no livro é identificado apenas como “compadre”. Por apresentarem um comportamento que vai contra aos costumes dos outros na sociedade, eles acabam se tornando vítimas da hostilidade praticada por alguns indivíduos.

Consideramos que, sob a ótica do ponto de vista de avaliação, o autor repugna a discriminação das pessoas com o modo de vida do casal. Entretanto, esse não é o primeiro nem o último discurso que refuta o preconceito, vários outros dizeres já foram ditos em situações e épocas diferentes. Em contrapartida, esse discurso também é atravessado por outro que considera que o padrão de uma família deve ser formado por um casal: esposo e esposa. Inferimos também outro discurso que considera que não importa a forma que a família é constituída, todos os homens devem ser respeitados de maneira igual. Diante desses discursos que compreendemos estar presentes no trecho extraído do romance, mesmo que de maneira velada e aludida, o autor se posiciona ao preconceito com os seguintes dizeres:

“[...] fosse de qualquer maneira inferior [...]”  
 “Também me parecia injusto[...].”  
 “O juízo dos homens era esquisito. Bem esquisito.”  
 “[...] julgamento absurdo[...].”  
 “Indigno-me [...]”  
 “Duas pessoas normais.” (RAMOS, 2008, p. 49).

Esses discursos não foram criados por Ramos, em algum dado momento e em algum lugar, esses ditos já foram usados por outros sujeitos. Porém, os enunciados sozinhos, sem seu contexto não adquirem sentido, mesmo já tendo sido pronunciados anteriormente. Desse modo, esses dizeres que circulam socialmente foram internalizados por Ramos e tem um sentido específico para um dado momento. Dentre as múltiplas opiniões que existem sobre o padrão familiar, o autor recruta para si o ponto de vista de avaliação de que é injusto julgar as pessoas pela decisão de seus relacionamentos e faz uso dessas paráfrases para expressar seu posicionamento.

Nessa perspectiva, há uma FD que aparece sob a forma da família tradicional com seus valores arcaicos, FD esta que se entrecruza com outra mais liberal quanto à estrutura familiar. Atravessando essas formações discursivas percebemos alguns discursos que já foram enunciados e ainda circulam na sociedade. Pensamos, pois, na



ideologia, ou na crença de que os seres humanos são iguais e não seria a sua orientação sexual ou seu gênero que determinaria a inferioridade do sujeito, e que geraria seu desprezo diante dos demais. Também podemos inferir o ponto de vista que considera que não é justo nem bom, o ato de realizar julgamentos morais de outrem.

Nesse sentido, somos levados, então, a analisar que essas ideologias surgiram em contraponto a uma ideologia existente. Ou seja, a existência de uma crença de que não há seres humanos inferiores a outros, pressupõe que em algum dado momento, houve, ou há, uma prática discursiva sobre a inferioridade aplicada à etnia, ao gênero ou à orientação sexual.

Como ilustração de discursos nos quais suas práticas consistem em enunciar sobre a inferioridade de alguns em detrimento de outros, podemos pensar na crença de que a mulher é inferior e por isso deve ser submissa ao homem, ou que os homossexuais são desprezíveis em relação aos heterossexuais. Podemos ainda fazer uma alusão às práticas discursivas que envolveram o holocausto, na Segunda Guerra Mundial, onde os judeus foram considerados inferiores a uma raça pura, a dos alemães (não judeus).

Enfim, são milhares de fios ideológicos que sustentam uma posição, um ponto de vista e/ou uma FD. Daí, compreendemos o todo complexo do dialogismo que é constitutivamente do discurso. Seria impossível pensar na linguagem como um sistema fechado em si mesmo, pois toda palavra é carregada de sentidos e ideologias que o outro transporta.

Nas lembranças de Ramos, os discursos que existem sobre o preconceito são transportados para um contexto específico que envolvem Seu Afro e D. Maroca. Os discursos sociais não individualizados para expor o ponto de vista do romancista sobre esse momento. Podemos entender que esse posicionamento se dá na idade da escritura da autobiografia, não necessariamente no dado momento da infância narrado.

Em alguns outros fatos narrados, notamos como a identidade do romancista se desdobra em diversos “eus”, que são repletos de outras vozes. Trata-se de uma experiência, ainda na fase escolar inicial, sobre a leitura de um livro de literatura do Barão de Macaúbas, que contava a história de um menino que, a caminho da escola, conversa com passarinhos. O jovem personagem do livro questiona a linguagem utilizada no livro:

Forma de perguntar esquisita, pensei. [...] O que ele intentava era elevar as crianças, os insetos e os pássaros ao nível dos professores. [...] Infelizmente um doutor, utilizando bichinhos, impunha-nos a linguagem dos doutores.

– Queres tu brincar comigo?

O passarinho, no galho, respondia com preceito e moral. E a mosca usava adjetivos colhidos no dicionário. A figura do barão manchava o frontispício do livro – e a gente percebia que era dele o pedantismo, atribuído à mosca e ao passarinho. Ridículo um indivíduo hirsuto e grave, doutor e barão, pipilar conselhos, zumbir admoestações (RAMOS, 2008, p. 108).

Notamos que os dois “eus” do romancista aí se imbricam: o “eu” do passado, da infância, e o “eu” do presente. O Graciliano Ramos do passado relembra as histórias que lia e a dificuldade de aceitar a linguagem que, até então, era desconhecida para ele. Já o Graciliano Ramos do presente analisa e faz reflexões sobre essa dificuldade. Inferimos, assim, que em seus escritos, mostram-se vozes ideológicas advindas do social e do coletivo<sup>3</sup>.

O posicionamento do “eu” do romancista é uma reflexão que se baseia no seu trabalho, o de escritor, e, portanto, possui e mostra uma ideologia que pertence ao “eu” do presente. Nesse caso, percebemos como o trabalho está imbricado nas memórias de vida do romancista, pois, ao passo em que ele vai contando os fatos passados, neles se misturam o contexto social e histórico do presente. Trata-se de uma voz ideológica que vai contra o uso de uma linguagem que o povo em geral, em seu dia a dia, não usa e que, por consequência, o menino G. Ramos pensa que poderá dificultar o ensino/aprendizagem da língua. Não é que o escritor defenda que não se deva ensinar gramática na escola, pelo contrário, ele é um autor que preza por uma escrita impecável em termos gramaticais. Mas, ao mesmo tempo, ele acredita que a linguagem ensinada deve se aproximar do uso cotidiano das pessoas e não de uma forma idealizada pelo escritor do livro que o menino-personagem de *Infância* lia, exemplificada aqui pela frase “Queres tu brincar comigo?”.

Em outros momentos na narrativa de vida de G.Ramos, também é possível identificar a crítica que o romancista faz acerca da linguagem usada para o ensino do Português, na escola. São enunciados que lhe causam muitas dúvidas:

---

<sup>3</sup>Alguns escritores sustentam o posicionamento de que a escrita literária deve se aproximar da linguagem utilizada no mundo real, como Graciliano Ramos, por exemplo. Outros acreditam que a escrita deve se pautar na língua culta.

[...] ‘A preguiça é a chave da pobreza – Quem não ouve conselhos raras vezes acerta – Fala pouco e bem: ter-te-ão pro alguém.’

Esse Terteão para mim era um homem, e não pude saber que fazia ele na página final da carta. As outras folhas se desprendiam, restavam-me as linhas em negrita, resumo da ciência anunciada por meu pai.

– Mocinha, quem é o Terteão? (RAMOS, 2008, p. 93).

Como se vê, Ramos serve-se de um sujeito-enunciador irônico para criticar a linguagem utilizada nestas aulas, e para isso relembra a dificuldade que teve para entender o significado da estrutura “ter-te-ão” em sua infância. Pelo fato de não ter presenciado o uso de tal expressão em seu cotidiano, ele acreditava se tratar de um nome próprio, o que, narrado no romance *Infância*, pode causar risos no leitor. Estamos, portanto, diante de uma situação de comunicação que não alcançou seu objetivo. O sujeito-enunciador utilizou uma expressão linguística que ele acreditaria ser entendido pelo seu sujeito-destinatário. O enunciado, porém, não foi interpretado pelo aluno, o que causou a falha comunicativa. Desse modo, na esteira da Semiologia, podemos verificar um ponto de vista de engajamento no qual G. Ramos expõe uma recusa quanto ao modo de ensino que lhe foi oferecido na escola.

É evidente que tais memórias podem ter sido reais ou não. Entretanto, o que importa é o posicionamento do romancista sobre o assunto e a imagem que ele constrói para si e para o outro deixando transparecer sua visão de mundo. Nesse sentido, percebemos que tanto o “eu” escritor crítico, quanto o “eu” professor e também um “eu” aluno de Ramos fazem parte dos trechos de *Infância* por nós destacados neste segmento. Vale ressaltar que durante alguns anos Ramos foi professor de Francês. Assim, as experiências de vida do professor que se torna escritor podem ter se misturado ou pelo menos influenciado os fatos narrados sobre sua infância.

O escritor nordestino também conta no mesmo livro as diversas violências que os negros sofriam nas mãos de seus empregadores. São várias as situações narradas dentro desse tema e nelas percebemos uma ideologia racista e de propriedade dos patrões brancos em face dos empregados negros. O pai de Ramos era um dos vários agressores que havia na cidade, como era também a figura de Chico Brabo. Este último, porém, foi uma surpresa para Ramos, pois ele o via como uma pessoa bondosa, mas que, em casa, se revelava um ser bastante agressivo. Como em uma situação, descrita

em *Infância*, na qual o menino-personagem presencia uma agressão feita por Chico Brabo ao seu jovem empregado, João. Diante disso, o romancista faz a seguinte reflexão sobre as máscaras de identidade que o sujeito manipula quando está na rua e quando está em casa:

Duas figuras me perseguiram na doença prolongada: o sujeito amável, visto na rua, e a criatura feroz da sala de jantar. As discrepâncias avultavam, acumulavam-se – e era difícil admitir que alguém fosse tão generoso e tão cruel. [...] Onde estava Chico Brabo? Qual dos dois era o verdadeiro Chico Brabo? Estarrecia-me esse desdobramento. [...] Chico Brabo parecia-me dois seres incompatíveis. Em vão tentei harmonizá-los. As lembranças multiplicavam-se, exageravam-se. Arriado na cama de lona, as pálpebras coladas, via distintamente um deles. Os ouvidos excitados na cegueira fixavam-me na imaginação o segundo (RAMOS, 2008, p. 129).

Nas memórias juvenis do autor, compreendemos sua aflição ao presenciar tamanhas violências contra o ser humano e as mudanças de atitudes/personalidades de certos seres que ele até apreciava. Desse modo, estamos diante de um “eu” julgador que expõe um ponto de vista de avaliação, pois realiza um julgamento e faz críticas às máscaras utilizadas por alguns indivíduos que constroem uma imagem benevolente de si, sociável, amigável, mas que, conforme as situações em que não precisam mais sustentar tal imagem, deixam aflorar outros “eus” contraditórios, violentos.

### **Considerações Finais**

Na medida em que o escritor tem um projeto de escritura de uma narrativa de vida, pode haver alguns traços da realidade atual do autor implícitos ou explícitos no fio discursivo que deixam transparecer o contexto social e histórico contemporâneo, bem como as posições ideológicas do mesmo.

Nesse sentido, há um constante diálogo entre as vozes da memória do passado e as vozes do ponto de vista atual de Ramos. Ao fazer emergir as vozes da infância no romance, essas vozes são atravessadas pelas vozes do posicionamento atual. Esse posicionamento que, por sua vez, é perpassado de vozes alheias, já ditos que constituem o discurso do autor.

As desigualdades e as injustiças que são denunciadas em *Infância* deixam transparecer um “eu” de Ramos que questiona as ações na sociedade, prevalecendo, pois, um ponto de vista de conhecimento e de julgamento sobre as desigualdades que o

circundam. Denuncia, também, o fato de as pessoas de classe sociais menos favorecidas serem consideradas como objetos pelos demais, não importando quantos são mortos, assassinados, já que eles não têm valor para alguns indivíduos. E é isso que o romancista denuncia em suas memórias. É a desigualdade social, a desigualdade de valores, a desigualdade de justiça, a desigualdade na moradia.

Diante das análises apresentadas é possível verificar como “eu” do romancista nordestino se desdobra em diversos “eus” em *Infância*. Em uma ótica mais ampla, podemos inferir uma divisão entre “eu” do passado e “eu” do presente que se misturam para recontar as memórias de infância. Nesse jogo entre os “eus” na memória narrada de Ramos, identificamos outros “eus” que podem ser percebidos no fio do discurso. Estes que podem ser compreendidos como posicionamentos ideológicos, morais ou sociais. Nesse sentido, observamos nos excertos selecionados o desdobramento do autor supracitado em: um “eu” empático, que reflete e questiona as desigualdades alheias; um “eu” escritor e um “eu” professor que faz críticas aos métodos de ensino e aprendizagem; um “eu” aluno que expõe seu ponto de vista sobre a dificuldade de assimilar expressões que não fazem parte de seu cotidiano; um “eu” engajado que recusa as ideologias de preconceito e de hostilização com pessoas que não se enquadram em dados padrões da sociedade e; um “eu” julgador que avalia e delibera sobre as desigualdades, as violências e os valores.

Enfim, o diálogo entre as teorias usadas neste trabalho pode ser construído a partir de reflexões sobre o dialogismo e a polifonia, de Bakhtin, que contribuem em grande valia para a compreensão da heterogeneidade constitutiva no discurso, na FD e, principalmente, sobre a polifonia interna no sujeito, no campo da AD. Ademais, a Semiologia nos permitiu uma apreensão dos pontos de vistas “eus” de G. Ramos que são construídos tendo em base as FD produzidas nos discursos.

## Referências

ABEL, C. A. S. *Graciliano Ramos: cidadão e artista*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, 128p.

ARAÚJO, L. M. B. M. *Discurso político, derrisão e heterogeneidade dissimulada na mídia contemporânea*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística

da Universidade Federal de São Carlos. Orientador: Professor Dr. Roberto Le Baronas. São Paulo, 2015.

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec Annablume, 2002.

BRUNACCI, M. I. *Graciliano Ramos: um escritor personagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CHARAUDEAU, P. Da ideologia aos imaginários sóciodiscursivos. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 185 – 208.

\_\_\_\_\_. Linguagem e discurso: modos de organização– 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2014. Nº 1 -2, 1992, p. 26-31.

ELICHIRIGOITY, M. T. P. Análise do Discurso na área de Letras. *Cadernos do IL*. Edição 34. Estudos Linguísticos. Jun. 2007.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

MACHADO, I. L. A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa. *Bakhtiniana*, São Paulo, Número 9 (1): 108-128, Jan./Jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Percursos de vida que se entremeia a percurso/ s teóricos. In \_\_\_\_\_ SANTOS, S.P. & MENEZES, W. A. *Discurso, Identidade, Memória*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015, p. 83-96.

MESQUITA, D. P. C.; ROSA, I. F. As heterogeneidades enunciativas como aporte teórico-metodológico para a Análise do Discurso de linha francesa. *Veredas Análise do Discurso*. V.2. 2010.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. Remontemos de Foucault à Spinoza. In \_\_\_\_\_ ; MALDIDIER, D. *D' inquietude du discours*. Paris: Cendres, 1990, p. 245 – 260.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

RAMOS, G. *Infância*. 41ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

## INTERTEXTUALIDADE, CRÔNICA, MÍDIA IMPRESSA

Losana Hada de Oliveira Prado<sup>1</sup>

### Resumo

O presente estudo aborda o fenômeno da intertextualidade na constituição da crônica esportiva futebolística “Os aflitos”, de José Geraldo Couto, publicada em 28 de abril de 2007, no jornal *Folha de S. Paulo*. Como base teórica, procedemos ao tratamento da intertextualidade sob a perspectiva de pontos de vista de teóricos distintos, tanto da Análise do Discurso e da Linguística Textual quanto da Teoria Literária, na qual o conceito teve sua origem. Na perspectiva analítica, procuramos demonstrar que as crônicas futebolísticas estabelecem relações dialógicas com o leitor presumido por meio de um diálogo cumulativo entre os diversos “eus” e os diversos “outros” (Bakhtin, 2006), ou seja, os enunciados são povoados e constituídos por pedaços de enunciados de outros para produzir sentidos.

**Palavras-chave:** Intertextualidade. Dialogismo. Crônica esportiva. Mídia impressa. Jornal.

### Abstract

This study addresses the phenomenon of intertextuality in the constitution of chronic sport football "When the poor", Jose Geraldo Couto, published on April 28, 2007 in the newspaper *Folha de S. Paulo*. As a theoretical basis, we proceed to the treatment of intertextuality from the perspective of views of different theoretical, both the Analysis of Speech and Language Textual as Literary Theory, where the concept originated. In analytical perspective, we try to demonstrate that football chronic establish dialogic relations with the presumed reader through a cumulative dialogue between the various "selves" and the various "others" (Bakhtin, 2006), ie the statements are populated and constituted a set of bits to produce other directions.

**Keywords:** Intertextuality. Dialogism. Sports chronic. Print. Newspaper.

### Introdução

Um dos gêneros textuais que mais nos chama a atenção é a crônica porque, segundo Pereira (2004), no jornalismo, a crônica pode ser definida como um gênero de autonomia estética que abriga as várias manifestações da linguagem, cuja característica principal é reescrever os acontecimentos cotidianos de forma que os seus significados não sejam impostos ao leitor.

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Brasil; [losanaprado@hotmail.com](mailto:losanaprado@hotmail.com).

A crônica é um texto que pode ser produzido tanto por um jornalista quanto por outra pessoa, que é contratada pelo jornal para escrever em um espaço específico. A crônica analisada é assinada e publicada no caderno de esportes e expressa a visão do seu autor a respeito do tema futebol, modalidade esportiva e fenômeno cultural na sociedade brasileira.

Na perspectiva analítica e tendo em vista que a imprensa desempenha papel essencial de veículo das diferentes ideologias que formam uma sociedade, nosso estudo baseia-se na análise da crônica intitulada “Os aflitos”, veiculada no jornal *Folha de S. Paulo*. Embora os grandes jornais tenham se pautado pela defesa da objetividade jornalística, é possível notar que, na escolha do assunto à redação, o jornalista toma decisões subjetivas, uma vez que é suscetível às tendências sociais, políticas e culturais de sua época. Podemos afirmar, assim, que a linguagem é uma forma de ação e, essencialmente argumentativa, constituindo-se como um elemento básico de qualquer discurso.

No processo de leitura de uma crônica, por exemplo, a exigência não é apenas a decodificação do material linguístico compartilhado pelos interlocutores, mas a percepção da intertextualidade que depende, em grande medida, do conhecimento do leitor sobre a temática abordada e desta com o gênero textual que lhe serviu como veículo interativo, comunicativo e expressivo. A intertextualidade está ligada ao chamado “conhecimento de mundo”, comum ao produtor e ao receptor de textos, que pressupõe um universo cultural de identificação e reconhecimento de remissões a obras ou a textos que exigem, do interlocutor, a capacidade de interpretar a função de uma dada citação ou alusão em questão. A leitura de um jornal requer a atenção do leitor para que este não explore o texto somente em sua superfície, mas que desenvolva um olhar crítico-interpretativo para captar o sentido implícito do texto, bem como interpretações possíveis.

Para compreensão mais abrangente acerca do fenômeno da produção de textos, importa entendermos previamente o que caracteriza o texto, escrito ou oral, como unidade linguística comunicativa básica, uma vez que o que as pessoas têm para dizer umas às outras não são frases isoladas, são textos. Nesse sentido, de acordo com Beaugrande (1980, p. 10), podemos definir texto como “evento comunicativo no qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais”. Trata-se, necessariamente, de um evento dialógico (BAKHTIN, 2003), de interação entre sujeitos sociais –



contemporâneos ou não, co-presentes ou não, do mesmo grupo social ou não, mas em diálogo constante.

No presente estudo, partimos da concepção de texto como “lugar de interação de sujeitos sociais, os quais dialogicamente, nele se constituem e são constituídos” (KOCH & ELIAS, 2006, p. 7) e que operam escolhas significativas entre as múltiplas formas de organização textual e lexical por meio de ações linguísticas e sociocognitivas. Assim, em todo texto há implícitos que são identificados pela mobilização do contexto sociocognitivo.

O contexto sociocultural em que se insere o texto também constitui elemento condicionante de seu sentido na produção e na recepção, na medida em que delimita os conhecimentos partilhados pelos interlocutores.

Segundo Beaugrande e Dressler (1981), o princípio de intertextualidade é aquele que concerne aos fatores que fazem a utilização de um texto dependente do conhecimento de outros textos. Inúmeros textos só fazem sentido quando entendidos em relação a outros, que funcionam como seu contexto. Essa afirmação é válida tanto para a fala coloquial, em que retornam conversas anteriores, quanto para os pronunciamentos políticos ou o noticiário dos jornais, que requerem o conhecimento de outros textos já divulgados, os quais são tomados como ponto de partida ou são respondidos.

O estudo da intertextualidade, dada a sua importância para a construção de sentidos, justifica-se pela necessidade de se perceber a prática da leitura intertextual, o diálogo entre textos, a importância do contexto e a influência de leituras realizadas para a compreensão de leitura de textos em geral e, especificamente, para o caso de nossa pesquisa, leitura de crônica esportiva.

Nosso estudo tem como tema o futebol e sua delimitação se explica pelo fato de esse esporte representar um dos paradigmas brasileiros e constituir-se como elemento de identidade da cultura nacional.

Devido às relações intertextuais e à importância de se aprofundarem conhecimentos acerca do fenômeno da intertextualidade, questionamos: de que forma se manifesta esse fenômeno na crônica esportiva em análise e qual a importância da sua identificação para a produção de sentidos?

## A crônica esportiva

Desde o início do século XX, literatos de renome na sociedade brasileira, como Lima Barreto, Coelho Netto, “João do Rio”, Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, Graciliano Ramos, Monteiro Lobato e Gilberto Amado, principais referências até a década de 1920, esporadicamente se dedicavam à temática futebolística.

Entretanto, não existia uma periodicidade em relação ao assunto esporte, ainda mais no tangente ao futebol que, ainda disputava a preferência do público com outras modalidades como o turfe, o remo e o ciclismo. Não havia também cronistas especializados no assunto. Eles abordavam em seus textos temas gerais, associados ao cotidiano, ou seja, tratava-se ainda do colunismo social. Contudo, podemos afirmar que, entre os gêneros literários, a crônica é o que tem uma proximidade mais remota em relação ao futebol.

Foi com a atuação de Mário Filho e seu círculo de influências, centrado no *Jornal dos Sports*<sup>2</sup>, que surgiu a crônica esportiva propriamente dita:

O percurso do futebol entre o amadorismo e o profissionalismo tem sua similaridade na trajetória da imprensa esportiva. Até o início da década de 40, o cronista esportivo ocupava a posição mais baixa na hierarquia dos jornais. Com a atuação de Mário Filho, houve a valorização do *métier* do analista e do repórter esportivo, a partir de seu trabalho com a promoção de competições, eventos, notícias e fatos – em suma, do próprio espetáculo. A invenção do profissional, donde temos uma múltipla simbiose: o jornal a criar a demanda para a produção do evento, e este a fornecer elementos para a atuação do homem na imprensa esportiva (MELO, 2003, p. 17).

Diante disso, a crônica esportiva passa a ser, provavelmente, o subgênero mais popular e o que mantém a mais estreita relação com o seu público, logo, é estabelecida uma relação em que o autor é influenciado pelo seu público leitor, mas também é um forte formador de opinião. Essa relação pode ser considerada um indício do compromisso do cronista com um contexto histórico próximo do real.

As crônicas sobre o futebol ou as crônicas esportivas exercem o mesmo sentido simbólico da crônica social, ou seja, proximidade com o objeto e com o cotidiano.

Proença (1981, p. 28) afirma:

A crônica esportiva, em resumo, oferece campo de trabalho que nos permite uma visão global, ampla, do mundo popular/democrático, de nossas gentes e de nossos hábitos, favorecendo a quem as escreve, de uma forma ou de outra, aproximar-se do conceito de *atuante*, do fazer artístico [...]; chances, assim, à

---

<sup>2</sup> Periódico especializado em esportes, mas com ênfase no futebol.

aproximação do realismo crítico – dimensão e força social, participante, humanista (no sentido de “com os pés no chão”), que se pretendem íntimos de quem exerce o ofício de escritor.

No decorrer do século XX, o cronista se especializou e, nesse período, surgem as crônicas esportiva, literária, cinematográfica, política, social, entre outras mais específicas. Com isso, percebe-se uma sensível oscilação de conteúdo e estilística entre as diversas classificações. Não se trata de um rompimento dentro da crônica brasileira, mas de sutis diferenças.

A crônica esportiva que só se consolidou a partir da década de 1940, sofreu um tipo de cisão entre os chamados *racionalistas*, que preferiam escrever sobre a parte técnico/tática da modalidade, e os *apaixonados*, mais preocupados com os aspectos subjetivos ligados à dinâmica do esporte, em detrimento à estatística e dados mais precisos. No entanto, muitos cronistas não se enquadravam nesse modelo e a abordagem de seus textos encontrava outras formas, justamente para fugir do convencional, buscando a adesão do público leitor que ganhava um repertório cada vez maior de crônicas e escritores nos periódicos brasileiros e, conseqüentemente, esses leitores tornavam-se mais críticos e seletivos.

Dentre esses escritores, o irmão mais novo de Mário Filho, o dramaturgo Nelson Rodrigues, mantinha uma autonomia literária. No entanto, foi um dos primeiros intelectuais a sentir e trabalhar em suas crônicas a dicotomia entre racionalidade/paixão manifesta na prática do futebol.

Por meio de suas crônicas, mescla de ficção e realidade cotidiana, Nelson Rodrigues tornou-se uma referência para o entendimento de mudanças ocorridas na sociedade brasileira, como a busca intensa da formação de uma identidade nacional, em que o brasileiro deixa de ser visto como um fracassado, passando a ter a imagem positiva e celebrada. Nelson costumava também, com suas crônicas, dialogar com seus pares. Ora elogiando veladamente um posicionamento, a seu ver, acertado, ora criticando de forma ácida algum desafeto. Foram vários seus interlocutores: seu irmão Mário Filho, José Lins do Rego, Sérgio Porto e, principalmente, um novo jornalista que estava em ascensão, Armando Nogueira.

Com a profissionalização da crônica esportiva, nos anos 80/90, Nogueira tornou-se uma referência, pois foi um dos primeiros escritores a ser reconhecido no meio literário mesmo redigindo textos exclusivamente sobre esportes.

Outros escritores consagrados, como Oswald de Andrade, Mário Prata, Ruy Castro, Mário de Andrade, Stanislaw Ponte Preta, Vinícius de Moraes, Carlos Drummond de Andrade, Luiz Fernando Verissimo, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, escreveram sobre o assunto e Nogueira não foi o único cronista especializado de destaque. Outros ganharam notoriedade, como João Saldanha, Sérgio Porto, João Máximo, Juca Kfoury, Tostão, José Roberto Torero, Xico Sá e José Geraldo Couto, autor da crônica em análise nesse estudo.

### **Intertextualidade**

O termo intertextualidade foi introduzido por Kristeva em 1966 por influência da noção de dialogicidade que Bakhtin havia desenvolvido. Para ele, cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação. Todos os enunciados são povoados e, na verdade, constituídos por pedaços de enunciados de outros, mais ou menos explícitos ou completos:

[...] nossa fala é preenchida com palavras de outros, variáveis graus de alteridade e variáveis graus do que é de nós próprios, variáveis graus de consciência e de afastamento. Essas palavras de outros carregam com elas suas próprias expressões, seu próprio tom avaliativo, o qual nós assimilamos, reatualizamos e reacentuamos (BAKHTIN, 2003, p. 89).

De modo geral, Bakhtin (2003) associa os fenômenos ideológicos às condições e às formas de interação social. Os signos ideológicos resultam da materialização dessa interação. Portanto, é impossível pensar o homem fora dessa relação com o “outro”. O sujeito só se constitui nesse processo de interação e ignorar a natureza dialógica da linguagem seria o mesmo que desconsiderar a ligação existente entre linguagem e fala.

Essa questão do dialogismo, que se constitui na medida em que um enunciado é concebido como reflexo de outro enunciado por refuta, confirmação ou complementaridade, pressupondo assim seu conhecimento prévio, é uma constante em Bakhtin. Para esse autor, qualquer enunciado, inclusive o monólogo solitário, tem seus “outros” e só existe em relação ao contexto de outros enunciados:

Pois todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. (...) O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela

consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante do diálogo social (BAKHTIN, 2003, p. 86).

Para Kristeva (1978), o processo de leitura realiza-se como ato de colher, de tomar, de reconhecer traços. Ler passa a ser uma participação agressiva, ativa, de apropriação. A escritura, então, torna-se a produção dessa leitura que se cumprirá. Um livro remete a outros livros, que, num procedimento de somatória, propicia uma nova forma de ser, ao elaborar sua própria significação.

Kristeva estende o conceito de dialogismo tanto aos sistemas não-verbais quanto à própria noção de texto. A autora considera texto quase todos os sistemas e estruturas culturais. Isso é importante para estender as fronteiras da intertextualidade para muito além do campo linguístico. Atualmente, se estuda a intertextualidade nos mais variados campos, como artes plásticas, cinema, dança e multimídia.

A linguagem poética aparece como um diálogo de textos: toda sequência se faz em relação a uma outra proveniente de um outro corpus, de maneira que toda sequência está duplamente orientada: para o ato de reminiscência (evocação de uma outra escrita) e para o ato de intimação (a transformação dessa escritura) (KRISTEVA, 1978, p. 120 - 121)<sup>3</sup>.

Um texto é voz que dialoga com outros textos, mas também funciona como eco das vozes de seu tempo, da história de um grupo social, de seus valores, crenças, preconceitos, medos e esperanças. Nesse contexto, a leitura e a produção textual devem ser abordadas sob a perspectiva da língua como instrumento de interação social, comprometida com a formação de sujeitos críticos e atuantes.

Na perspectiva bakhtiniana e também na de Kristeva, o texto é fator de mudança, porque se insere de um modo ativo e dialético na sociedade, reproduzindo e, ao mesmo tempo, transformando seus dados ideológicos num contínuo “diálogo textual”. Portanto, tanto em Kristeva quanto em Bakhtin, podemos afirmar que a intertextualidade é entendida como um fator de construção social. Assim, a intertextualidade pressupõe um universo histórico-social e cultural muito amplo e complexo, pois implica a

---

<sup>3</sup> “*Le langage poétique apparaît comme un dialogue de textes: toute séquence se fait par rapport à une autre provenant d’un autre corpus, de sorte que toute séquence est doublement orientée: vers l’acte de la reminiscence (évocation d’une autre écriture) et vers l’acte de la sommation (la transformation de cette écriture).*” KRISTEVA, J. *Semeiotike: recherches pour une sémanalyse*. Paris: Coleção Points-Essai, Éditions du Seuil, 1978, p.120/121.

identificação das referências; o conhecimento de mundo, que deve ser comum ao produtor e ao receptor de textos; o reconhecimento de remissões a obras, além de exigir do leitor a capacidade de compreender a função da presença daquela citação ou alusão a outros textos.

Fairclough (2001) defende a visão de que a intertextualidade está ligada a uma historicidade inerente aos textos, ou seja, o texto absorve e ao mesmo tempo é construído por textos passados. Nessa perspectiva, os textos são os maiores artefatos que constituem a história. “Essa historicidade inerente aos textos permite-lhes desempenhar os papéis centrais que têm na sociedade contemporânea no limite principal da mudança social e cultural”. (Ibid., p. 135)

Nesse sentido, é possível afirmar que a intertextualidade aproxima os homens, as culturas e os tempos: tudo o que produzimos está inserido num grande patrimônio em contínua evolução. Seguindo esse raciocínio, cada homem contém em si a comunidade humana.

Para Barthes (1977, p. 56), não há textos puros na medida em que “qualquer texto é um novo tecido de citações passadas” e todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em diversos níveis, sob formas mais ou menos conhecíveis. O autor se refere à leitura como sendo um ato lexicográfico, o que significa dizer que, quando lemos estamos escrevendo nossa leitura, portanto, encontrando sentidos que nos levam a outros sentidos.

Nessa perspectiva, Vigner mostra o papel da intertextualidade na construção do(s) sentido(s) do texto.

[...] pensemos que durante séculos a literatura francesa, para ficar nela, foi um sistema de troca intertextual, particularmente ativa com a literatura grega e latina e que, para o leitor de outrora que tivesse estudado Humanidades, ler tal poema de Ronsard era ler simultaneamente certa passagem de Virgílio, de Horácio ou de Píndaro. A intertextualidade definia, assim, uma espécie de horizonte de expectativa, sobre o qual o novo texto vinha inscrever-se e adquirir sentido (2002, p. 32-3).

Para o autor, mesmo reconhecendo que a intertextualidade é especialmente manifestada na literatura, é fundamental contemplar o fenômeno para além das fronteiras do discurso literário. Afinal, ela está presente em outros discursos, como o político e o científico, e pode ocorrer com a mesma intensidade. O autor afirma ainda

que, devido às relações intertextuais, todo texto propaga fragmentos de sentidos que de alguma forma são do conhecimento do leitor.

A intertextualidade ocorre em diversas áreas do conhecimento. Na literatura, estabelecendo uma relação intertextual com diversas obras literárias. Na pintura, recriando quadros de pintores famosos do século passado. No jornalismo, a publicidade de anúncios retoma obras-primas criando enunciado-slogan para campanhas publicitárias. A intertextualidade assume na publicidade a função não só de persuadir o leitor como também de difundir a cultura, uma vez que trata de uma relação com a arte (pintura, escultura, literatura *etc*).

Para Kristeva (1978, p. 72), “todo o texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de outro texto. No lugar da noção de intersubjetividade instala-se a de intertextualidade”. É exatamente essa busca de elementos novos, apoiados na assimilação e transformação, que torna relevantes os pressupostos da autora, já que possibilita leituras capazes de recuperar outros textos que, uma vez deslocados de sua origem, ganham nova significação.

A autora, assim como outros estudiosos, aproximou bastante a noção de intertextualidade da literatura. Para a pesquisadora, o texto literário permite uma grande abertura de significação porque é constituído na sua essência por um cruzamento de superfícies textuais.

Os pesquisadores da Análise do Discurso abordaram a intertextualidade como condição de existência do próprio discurso, portanto, a intertextualidade em um sentido amplo. Maingueneau (1997) afirma que um discurso não vem ao mundo numa “inocente solitude”, mas sendo construído por meio de um “já-dito” em relação ao qual toma uma posição. Segundo o autor, o intertexto é um componente importante para as condições de produção, justamente porque – sendo a leitura um processo cognitivo, resultado de informações fornecidas pelo texto – decorre de fundamentos inter e multidisciplinares.

Beaugrande e Dressler (1981) afirmam a necessidade de se evidenciar que os textos estão em constante convergência, interação e diálogo. É justamente pela relação que se estabelece entre o texto e textos anteriores que os interlocutores acionam fragmentos de sentidos já conhecidos por eles e que estão relacionados com a informação nova. Conforme os autores, a interdependência entre a produção e recepção de um determinado texto e o conhecimento que os participantes do processo de comunicação têm de outros textos ocorre por meio de um processo de mediação que

está intimamente ligado à atividade de elaboração do texto e sua relação com textos precedentes.

Segundo Jenny (1979), só se apreende o sentido e a estrutura de uma obra literária se a relacionarmos com seus arquétipos que são abstraídos de textos anteriores que constituem a constante:

Esses arquétipos, provenientes de outros tantos “gestos literários”, codificam as formas de uso dessa “linguagem secundária” (Lotman) que é a literatura. Face aos arquétipos, a obra literária entra sempre numa relação de realização, de transformação ou transgressão. E é, em grande parte, essa relação que a define (1979, p. 32).

A autora afirma que fora de um sistema a obra é impensável, ou seja, a compreensão de uma obra pressupõe a competência na decifração da linguagem literária, que é adquirida na prática de uma multiplicidade de textos. Segundo a autora, a intertextualidade se faz presente até mesmo no conteúdo formal de uma obra: uma paródia se relaciona simultaneamente com a obra que pretende caricaturar, ao mesmo tempo em que se relaciona com todas as obras parodísticas que fazem parte do seu próprio gênero textual.

Jenny (1979) distingue dois tipos de intertextualidade: a implícita e a explícita. Para conceituar a intertextualidade implícita, ela parte do pressuposto de que todo texto remete implicitamente a textos que o antecedem, apresentando-se de forma atualizada. Por sua vez, a intertextualidade explícita é a que se faz presente no conteúdo formal da obra. Nesse caso, o texto deixa transparecer a sua relação com o outro(s): “A determinação intertextual da obra é então dupla: por exemplo, uma paródia relaciona-se em simultâneo com a obra que caricatura e com todas as obras parodísticas constitutivas do seu próprio gênero” (JENNY, 1979, p. 6). Esse tipo de intertextualidade se dá por meio de citações, resenhas, paráfrases e itens lexicais que permeiam o texto, possibilitando despertar na memória do leitor informações ou textos reminiscentes.

Nossa compreensão de um texto depende de nossas experiências de vida, de nossas vivências, de nosso conhecimento de mundo, de nossas leituras. Quanto mais amplo o cabedal de conhecimentos do leitor, maior será sua competência para perceber que o texto dialoga com outros, por meio de referências, alusões ou citações, e, assim, mais ampla será sua compreensão. A competência em leitura e em produção textual não depende apenas do conhecimento do código linguístico, uma vez que para ler e escrever



com proficiência é imprescindível conhecer outros textos, estar imerso nas relações intertextuais, pois um texto é produto de outro texto, nasce de/em outros textos.

A pessoa que lê deve identificar, reconhecer e entender a remissão a outras obras, textos ou trechos. As obras científicas, os ensaios, as monografias, as dissertações, as teses, por exemplo, remetem explicitamente a autores reconhecidos, que reforçam os pontos de vista defendidos. Já a compreensão de uma charge de jornal implica o conhecimento das notícias do dia. A leitura de um romance, conto ou crônica esportiva, como é o caso do *corpus* desta pesquisa, aponta para outras obras, muitas vezes, de forma implícita.

Assim como a leitura é um ato complexo e relacionado a outros textos, podemos afirmar que escrever é a habilidade de aproveitar criticamente e de forma criativa, outros materiais interdiscursivos<sup>4</sup>, outros textos. Quem escreve não escreve do vazio, pois um texto não surge do nada. Nasce de/em outro(s) texto(s). É por isso que quem lê está em situação privilegiada para escrever, uma vez que se apropria, mediante a leitura, de ideias e de recursos de expressão.

Em sentido amplo, a intertextualidade se faz presente em todo e qualquer texto, como componente decisivo de suas condições de produção, isto é, ela é condição mesma da existência de textos, já que há sempre um já-dito, prévio a todo dizer.

### **Intertextualidade em “Os aflitos”**

Quando lemos, estabelecemos relações entre o que está escrito no texto, o que não está e relacionamos com o que temos em nossa memória discursiva. Como mencionado, a intertextualidade é a presença de um texto inserido em outro texto produzido anteriormente. Para a identificação da intertextualidade, é necessário que o texto-fonte faça parte da memória discursiva do leitor e ele seja ativado no momento da leitura. A produção de sentidos desejada na leitura em muitos casos depende da identificação da intertextualidade. Ela pode ser identificada por um intertexto de maneira implícita ou explícita. O texto-fonte pode ser ativado por um trecho, estilo, gênero ou tipo.

Pretende-se, na análise a seguir, enfatizar a busca de sentidos no texto por meio de processos cognitivos influenciados pelo contexto sociocognitivo. Nosso objetivo é

---

<sup>4</sup> Todo discurso é atravessado pela **interdiscursividade**, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no **interdiscurso**. Esse último está para o *discurso* como o *intertexto* está para o *texto* (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 286).

mostrar a intertextualidade na crônica “Os aflitos”, de José Geraldo Couto, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 28 de abril de 2007:

### Os aflitos

Salve o Corinthians.

A frase que abre o hino corintiano ganha de tempos em tempos (como agora) um sentido dramático. Em momentos assim, a torcida alvinegra fica à espera de alguém que salve seu time.

Pode ser qualquer um – um treinador tarimbado como Carpegiani ou um talento adolescente como Lulinha; um escroque com a mala cheia de dólares suspeitos ou o pai-de-santo da esquina –, pouco importa, contanto que salve.

O salvacionismo é a verdadeira religião corintiana. E o Pacaembu é o verdadeiro estádio dos aflitos. Na noite de anteontem, na derrota para o Náutico, o lugar foi palco de cenas de um grotesco desespero.

Numa delas, talvez a mais eloqüente, um torcedor embriagado invadiu o campo, enganou um par de seguranças com fintas de corpo, sob a ovação da torcida (que até então não tivera oportunidade de aplaudir uma jogada sequer), e acabou tendo a calça arrancada quase inteiramente quando tentava saltar o alambrado de volta para a arquibancada.

O detalhe é que, na sua evolução errática pelo gramado, o invasor jogou fora ou deixou cair negligentemente a camisa do clube, que trazia na mão. Foi como se dissesse que o Corinthians não interessava mais, e sim a exibição narcisista da sua própria falta de rumo, do seu desvario.

Para seguir vivo na Copa do Brasil, o Corinthians podia empatar o jogo em 0 a 0 ou 1 a 1. O placar de 2 a 2 levaria para os pênaltis. Bastava, portanto, segurar a bola, deixar o adversário se inquietar, jogar no seu erro. Mas o Corinthians, esse Corinthians espasmódico e acéfalo que emerge nos momentos de crise, não é capaz de premeditação e sangue frio. Essas qualidades couberam ao Náutico, que poderia ter saído de São Paulo com uma goleada.

É, amigos, ser corintiano é um aprendizado do sofrimento.

Manuel Bandeira, ao contrário de seu conterrâneo João Cabral de Melo Neto, não se interessava por futebol. Mas em 1906, quatro anos antes da fundação do Corinthians, compôs um poema que poderia ser o verdadeiro hino do clube, ou pelo menos a canção que todo corintiano deveria cantar para ninar seu filho.

É o soneto “Renúncia”, tão belo que merece ser transcrito na íntegra, em homenagem aos 30 mil fiéis que foram ao Pacaembu anteontem:

“Chora de manso e no íntimo... Procura/Curtir sem queixa o mal que te crucia:/O mundo é sem piedade e até riria/ Da tua inconsolável amargura.

“Só a dor enobrece e é grande e é pura./ Aprende a amá-la que a amarás um dia./ Então ela será tua alegria,/ E será, ela só, tua ventura...

“A vida é vã como a sombra que passa.../ Sofre sereno e de alma sobranceira,/ Sem um grito, sequer, tua desgraça.

“Encerra em ti tua tristeza inteira/ E pede humildemente a Deus que a faça/ Tua doce e constante companheira...”

A expressão “Salve o Corinthians” aciona dois planos de leitura. O primeiro é o termo mencionado no início do hino do time corintiano, “Salve o Corinthians,/O campeão dos campeões,/Eternamente/Dentro dos nossos corações”, que tem o significado de saudar e que nos faz lembrar a figura de César, o estadista poderoso que recebia a saudação “Salve César”, quando aparecia em público. O elemento irônico está presente nessa ideia, pois os corintianos cantam o hino do time cuja letra é composta por vocábulos como “grande” e “altaneiro” que qualificam elemento grandioso, somado à saudação feita na maioria das vezes que o time aparece para uma partida. A segunda interpretação, que é a sugerida pelo autor, tem o significado de salvar, ou seja, socorrer alguém que esteja em perigo ou necessitando de ajuda imediata. Esse trecho mostra que dependendo do conhecimento prévio do leitor, este construirá ou não novos sentidos para o texto.

A intertextualidade implícita será de maior ou menor grau de compreensão dependendo do conjunto de informações que está armazenado na memória de longo termo. Esse conhecimento consiste em uma espécie de dicionário enciclopédico do mundo e da cultura arquivado na memória, contendo experiências de vida, acontecimentos, eventos situacionais cotidianamente (ou não) vividos e adquiridos durante a vida, armazenados em blocos chamados *frames*<sup>5</sup>.

No trecho “um escroque com a mala cheia de dólares suspeitos”, o autor conta com o conhecimento enciclopédico do leitor e faz alusão ao caso do assessor de um deputado que foi preso com dólares em uma mala e na cueca, fato amplamente divulgado nos meios de comunicação. Assim, em relação à intertextualidade, podemos afirmar que conhecer o texto-fonte ou o modo de constituição é condição importante para a construção de determinado sentido pretendido e, além do conhecimento do texto-fonte, a retomada de textos em outros textos sugere a construção de novos sentidos, pois são colocados em uma outra situação de comunicação e objetivos.

Quando o autor cita “pai-de-santo da esquina”, faz referência à credice de que o Corinthians tivesse vínculo com umbandistas, remetendo ao conhecimento prévio desse episódio sabido pela maioria da torcida.

---

<sup>5</sup> *Frames* são conjuntos de conhecimentos armazenados na memória sob um certo “rótulo”, sem que haja qualquer ordenação entre eles (KOCH & TRAVAGLIA, 2008).

Segundo Bellos (2002, p. 48):

Pai Nílson foi convidado para trabalhar no Corinthians em 1982 por Vicente Matheus, presidente do clube na época. Na verdade, pela mulher dele. Marlene Matheus esteve no terreiro de Pai Nílson nos arredores de São Paulo buscando orientação espiritual. Depois ele trabalhou na sede do Corinthians, o Parque São Jorge, ganhando cerca de quatro salários mínimos. “Todo esse negócio é muito disfarçado”, diz José Eduardo Savóia, um jornalista que cobre o Corinthians. “Ninguém do clube jamais admitiria ter um pai-de-santo porque estaria desvalorizando o trabalho do técnico e dos jogadores.”<sup>6</sup>

O autor retoma o vocábulo “salve” com o sentido novamente de “salvar”, depois de relacionar as formas que poderiam proceder a esse salvamento.

No trecho “O salvacionismo é a verdadeira religião corintiana. E o Pacaembu é o verdadeiro estádio dos aflitos”, o autor, por meio do uso da metáfora, expressa a posição em que se encontra o time corintiano, comparando o salvacionismo à religião e o estádio do Pacaembu ao lugar onde devem estar os aflitos.

Nesse trecho, o vocábulo “aflitos” que aparece no título do texto ganha novo valor semântico porque passa a qualificar a palavra “estádio”, ou seja, ocorre a recontextualização do léxico. Já o termo “cena” designa uma unidade de ações num teatro e o sentido produzido por seu emprego é do espetáculo que se vê em uma peça teatral e, pressupõe também, o cidadão que assistirá à apresentação.

A intertextualidade temática é a que faz referência a outro texto da mesma área e o autor menciona o episódio ocorrido com um torcedor que, bêbado, invadiu o campo, enganou policiais e teve a calça arrancada quando voltava para a arquibancada. A notícia foi divulgada pelo mesmo jornal no mesmo caderno no dia anterior à publicação da crônica, ou seja, mesmo que o leitor não tivesse lido a matéria, estaria inserido no assunto que foi resumido pelo cronista em seu texto.

Quando o autor explica entre parênteses (*que até então não tivera oportunidade de aplaudir uma jogada sequer*), referindo-se à torcida que aguardava aplaudir a partida do seu time como fizera em outros momentos, entendemos que há intertextualidade implícita que recorre a outros textos de fonte não mencionada, porém armazenados na memória do leitor para a produção e interpretação do presente texto. A forma como o fenômeno é percebido mostra o diálogo de um texto com outro já existente. O autor recorre ao texto-fonte com a intenção de despertar no leitor o reconhecimento do texto e

---

<sup>6</sup>BELLOS, A. *Futebol: o Brasil em campo*, p. 174-175.

a realização sobre ele de alteração com o objetivo de um efeito novo de sentido e de humor.

Podemos resgatar Maingueneau (1997), que inclui nos fenômenos de heterogeneidade mostrada de imitação, dois valores opostos: a captação e a subversão. No primeiro, a imitação reflete a estrutura explorada, que é o caso do trecho em análise; no segundo, desqualifica-a no próprio processo de imitação. Koch (2001) aproxima-se dessa ideia quando propõe, então, a intertextualidade das semelhanças (o texto incorpora o intertexto para seguir-lhe a orientação argumentativa e, frequentemente, para apoiar nele a argumentação) e das diferenças (o texto incorpora o intertexto para ridicularizá-lo, mostrar sua improcedência ou, pelo menos, colocá-lo em questão como a paródia, a ironia ou a estratégia argumentativa).

O vocabulário coloquial da crônica é uma ferramenta utilizada pelo cronista para enfatizá-la como texto informal, que se vale de um vocabulário próximo do público. No entanto, o que observamos com o emprego dos termos “espasmódico” e “acéfalo” é justamente a presença mais rebuscada do léxico para a composição do parágrafo. Logo, o que notamos é a riqueza de ambas as formas de linguagem, coloquial e formal na abordagem desse gênero tão híbrido.

A linguagem coloquial, o texto informal e o uso do vocativo “É, amigos”, referindo-se ao leitor, aproximam o locutor e o interlocutor, proporcionando a familiaridade de um bate-papo, comum na crônica esportiva.

A ironia presente na metáfora “ser corintiano é um aprendizado do sofrimento” aciona o *frame* de que o corintiano só sofre, é o estereótipo<sup>7</sup> do sofredor, aliado ao mau desempenho do time no campeonato da Copa do Brasil.

A intertextualidade construída pelo colunista é irônica e intensifica o sentido jocoso da situação em que se encontra o time corintiano no campeonato da Copa do Brasil. O autor menciona um poema de Manuel Bandeira que, “ao contrário de seu conterrâneo João Cabral de Melo Neto, não se interessava por futebol”, mas compôs um poema que poderia ser um hino para ninar os filhos dos corintianos.

---

<sup>7</sup> Para a Análise do Discurso, a questão do estereótipo aparece, inicialmente, associada ao pré-construído, conceito elaborado por Henry (1975) e fixado por Pêcheux (1975) à AD. A noção de pré-construído envolve a diferenciação entre o que está inscrito no enunciado e sua representação marcada pelas ideias, valores e crenças inerentes ao discurso. Charaudeau & Maingueneau (2006, p. 401) esclarecem que o pré-construído “pode ser entendido como a marca, no enunciado, de um discurso anterior; portanto ele se opõe àquilo que é construído no momento da enunciação”.

A relação estabelecida entre o poema e a fase ruim do time é uma coincidência de semelhança temática que se configura na intertextualidade temática, ou seja, o poema ganha novas interpretações no contexto em que foi empregado.

Notamos que o autor cita dois importantes nomes da literatura brasileira esperando que o leitor tenha conhecimento senão de suas obras, pelos menos de seus nomes consagrados e de suas áreas de atuação. A única informação dada é a de que um deles, Manuel Bandeira, compôs um poema, logo, trata-se de um poeta. Espera-se que o conhecimento prévio do leitor seja ativado para que a produção de sentido pretendida pelo autor alcance seu objetivo.

A intertextualidade explícita é identificada quando o autor cita e transcreve na íntegra o poema intitulado “Renúncia”<sup>8</sup> que, inserido na crônica, propicia a destituição da poeticidade constitutiva do enunciado, enquanto parte de um livro de poemas, e produz o efeito de humor no gênero em que aparece.

O soneto, no contexto em que foi empregado, é repleto de ironia e os vocábulos “dor”, “desgraça” e “tristeza” são termos que caracterizam o torcedor corintiano e os estados de conformismo, aceitação e renúncia que restam nesse momento. Segundo Maingueneau (2008), a ironia inclui-se nos fenômenos de intertextualidade manifesta como imitação que pode assumir valor de subversão. Nela, o texto incorpora o intertexto para ridicularizá-lo, mostrar sua improcedência ou, pelo menos, colocá-lo em questão, desqualificando-o no próprio processo de imitação.

Segundo Marcuschi (2008), é comum burlarmos o cânon de um gênero fazendo uma mescla de formas e funções. No entanto, isso não causa dificuldade para a interpretabilidade, já que impera o predomínio da função sobre a forma na determinação interpretativa do gênero, o que evidencia a plasticidade e dinamicidade dos gêneros. Mas, o autor aponta a dificuldade, em alguns casos, de identificar os gêneros e, para tanto, cita como exemplo, o texto que apareceu em quase todos os periódicos semanais e jornais diários, por ocasião da despedida do autor do personagem Snoopy. O exemplo mostrava o gênero *tirinha de jornal* ou *história em quadrinho* e uma carta pessoal de despedida, ou seja, dois gêneros inseridos em um mesmo espaço, assim como ocorre no último parágrafo da crônica em estudo.

---

<sup>8</sup> Poema que faz parte da obra *A cinza das horas*, de Manuel Bandeira (1917, p. 34).

Temos o poema de Manuel Bandeira citado na íntegra na crônica esportiva, o que comprova que os gêneros se imbricam e interpenetram para constituírem novos gêneros (BAKHTIN, 2003).

## **Conclusão**

Percebemos, em nossa análise da crônica esportiva “Os aflitos”, o papel da intertextualidade como um dos elementos essenciais para a produção de sentido e verificamos como os processos dialógicos atuaram na produção e na leitura dessa crônica esportiva.

Gênero de fronteira que transita entre o jornalismo e a literatura, a crônica incorpora o coloquial da linguagem falada, alterna temas leves e mundanos à denúncia social e cria um elo com o leitor. Isso significa que todo o processo comunicativo passa necessariamente por uma relação interdependente e interindividual: meu discurso está necessariamente ligado a outros discursos. Por isso, Bakhtin (2006) concebe a linguagem como um sistema coletivo determinado por um diálogo cumulativo entre os diversos “eus” e os diversos “outros”.

Nossa pesquisa partiu de uma análise da crônica de José Geraldo Couto, verificando as marcas da intertextualidade, sua importância no momento da leitura e a produção de sentido que está diretamente ligada ao conhecimento prévio dos leitores no que diz respeito ao tema do futebol. Quanto mais informações sobre o tema, maior será a probabilidade de os leitores produzirem inferências e estabelecerem relações intertextuais, em alguns casos, essenciais para a produção de significados nos textos das crônicas.

A intertextualidade na crônica “Os aflitos” de José Geraldo Couto, passa pela mescla de gêneros, uma vez que temos poema e crônica em um mesmo espaço físico. Porém, a dificuldade não se encontra na nomeação dos gêneros, no geral, bem fixados, mas na sua identificação e, para designar esse aspecto da hibridização, segundo Marcuschi (2008, p. 164), “em muitos casos, apenas o local em que o texto aparece permite que determinemos com alguma precisão de que gênero se trata”.

Quanto à importância da leitura nesse processo, Vigner (2002) afirma que ele passa pela manipulação de textos originais, cabendo ao leitor interpretá-los a partir dos demais textos a que ele se refere. Isso significa que a leitura está estreitamente ligada ao

reconhecimento de traços e marcas presentes no texto e que, muitas vezes, são colhidos por meio de processos intertextuais.

### Referências

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARTHES, R. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

BEAUGRANDE, R. *Text, discourse and process*. London/New York: Longman, 1980.

\_\_\_\_\_; DRESSLER, W. U. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1981.

BELLOS, A. *Futebol – o Brasil em Campo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

JENNY, L. *Intertextualidade*. Coimbra: Almedina, 1979.

KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Contexto, 2007.

KRISTEVA, J. *Semiótica do Romance*. 1. ed. Lisboa: Arcádia, 1978.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. São Paulo: Pontes: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez. Trad. C. P. Souza-e-Silva e D. Rocha, 2008.

MARCUSCHI, L. A.. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MELO, J. M. *Jornalismo opinativo*. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

PEREIRA, W. *Crônica: a arte do útil e do fútil*. Salvador: Calandra, 2004.



PROENÇA, I. C. *Futebol e Palavra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

RODRIGUES, N. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VIGNER, G. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: GALVES, C. et alii (org.) *O texto: leitura e escrita*. 3ª ed. revisada. Campinas: Pontes, 2002.

## MARCAS DIATÓPICAS DAS VARIANTES DE *CABRA-CEGA* E *AMARELINHA*: O QUE DIZEM OS DICIONÁRIOS ELETRÔNICOS *HOUAISS* E *AURÉLIO* E O *ALiB*?

Rodrigo Alves Silva<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho objetiva analisar o tratamento dado às variantes de *cabra-cega* e *amarelinha* nos dicionários eletrônicos Houaiss e Aurélio, comparando as informações que os dicionários trazem com os dados do *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, a fim de perceber quais informações dos dicionários, sobretudo as marcas diatópicas, convergem ou divergem do *ALiB*. Além de confrontar os dados dos dicionários com o *ALiB*, objetiva-se propor, quando possível, um tratamento mais adequado aos regionalismos que são registrados nos dicionários e que possuem classificação divergente do atlas. A pesquisa parte da discussão já existente sobre inserção de regionalismos em dicionários, baseando-se em autores como Fajardo (1996-1997), Isquierdo (2007), e Cardoso, Castro e Isquierdo (2011). Como resultado percebeu-se que muitas informações trazidas pelos dicionários não condizem com os dados dialetológicos, o que prova a necessidade de atualização dessas obras lexicográficas.

**Palavras-chave:** Cabra-cega. Amarelinha. Dicionário Houaiss. Dicionário Aurélio. *ALiB*.

### Abstract

This paper aims to analyze the treatment given to the variants *cabra-cega* and *amarelinha* on Houaiss and Aurélio, both electronic dictionaries, comparing the information brought by these dictionaries with the data from the Linguistic Atlas of Brazil (*ALiB*), aiming at perceiving which information from the dictionaries, mostly the diatopical marks, converge or diverge from *ALiB*. Besides comparing the data from the dictionaries with *ALiB*, it is also a goal to propose, whenever possible, an adequate handling concerning regionalisms which receive divergent classification from the atlas. The research starts from the current discussion over the insertion of regionalisms on dictionaries, based on authors such as Fajardo (1996-1997), Isquierdo (2007), e Cardoso, Castro and Isquierdo (2011). As a result, it was possible to perceive that many pieces of information brought by the dictionaries are not consistent with the dialect-based data, which in turn proves the need for an update for these lexicographic works.

**Key-words:** Cabra-cega. Amarelinha. Houaiss dictionary. Aurélio dictionary. *ALiB*.

### Introdução

Este trabalho se insere no âmbito da Metalexigrafia, pois analisa dois dicionários: o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (doravante *DEH*) e

---

<sup>1</sup> Aluno do Mestrado em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina, Piauí – Brasil. E-mail: rodrigoalvessilva@hotmail.com.br.

o *Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa* (doravante *DEA*). Neles, observa-se o tratamento dado a regionalismos, mais especificamente às variantes lexicais de dois regionalismos, a saber: *cabra-cega* e *amarelinha*.

Além do caráter metalexiconográfico, esta pesquisa se ancora nos estudos dialetológicos e geolinguísticos, uma vez que se baseia nos dados obtidos em pesquisas dessa natureza e registrados em atlas linguísticos. Assim, toma-se o *Atlas Linguístico do Brasil* (doravante *ALiB*) como base para as informações dialetológicas a respeito dos regionalismos em análise.

Esta pesquisa se justifica pelos problemas existentes no tratamento dado a regionalismos em dicionários. Tal tema é discutido por autores como Isquierdo (2007), Fajardo (1996-1997) e Cardoso, Castro e Isquierdo (2011). Esses autores discutem sobre a necessidade de os lexicógrafos se basearem em dados de pesquisas dialetológicas e geolinguísticas para informar a natureza de determinados regionalismos nos verbetes dos dicionários, sobretudo quanto às marcas diatópicas, ou seja, em que região geográfica (país, região, estado ou cidade) tal regionalismo é utilizado. Dessa maneira, ao se basear nos dados de atlas linguísticos, os dicionários podem trazer informações mais seguras sobre os regionalismos, diminuindo, pois, os problemas das informações imprecisas e sem respaldo científico.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar o tratamento dado às variantes de *cabra-cega* e *amarelinha* nos dicionários *DEH* e *DEA*, comparando as informações que os dicionários trazem com os dados do *Atlas Linguístico do Brasil* (*ALiB*), a fim de perceber quais informações dos dicionários, sobretudo as marcas diatópicas, convergem ou divergem do *ALiB*. A hipótese inicial é a de que há muitas divergências entre o que afirmam os dicionários e o que afirma o *ALiB*. Além de confrontar os dados dos dicionários com o *ALiB*, objetiva-se propor, quando possível, um tratamento adequado aos regionalismos que recebem classificação divergente do atlas.

As variantes investigadas estão entre os regionalismos pesquisados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (*ALiB*), incluídas no campo semântico Jogos e diversões infantis. Há outros campos semânticos no *ALiB*, como Acidentes geográficos; Fenômenos atmosféricos; Astros e tempo; Atividades agropastoris; Fauna; Corpo humano; Ciclos da vida; Convívio e comportamento social; Religião e crenças, Alimentação e cozinha etc. O *ALiB* conceitua *cabra-cega* como “a brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tenta pegar as outras”. Já *amarelinha* é tida como

“a brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha e vão pulando com uma perna só”<sup>2</sup>.

Quanto à estrutura deste artigo, tem-se, primeiramente, a fundamentação teórica, na qual se discute sobre o conceito de léxico e como ele se constitui, bem como a discussão sobre a lexicografia e tratamento de regionalismos em dicionários. Em seguida, apresenta-se a metodologia utilizada. Posteriormente, faz-se a análise dos dados, seguida das discussões, e por fim, as considerações finais.

## **Fundamentação teórica**

### **Léxico: definição e constituição**

Segundo a perspectiva funcionalista, toda língua é composta por dois elementos essenciais: o léxico e a gramática. O léxico, objeto de estudo de várias ciências da linguagem, como a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia, consiste no acervo de palavras que uma língua possui e se caracteriza por ser um campo aberto, sujeito a modificações, uma vez que sempre surgem novas palavras, outras desaparecem ou se modificam. Para Villalva e Silvestre:

O léxico de uma língua é, pois, uma entidade abstrata que se obtém por acumulação: às palavras em uso por cada falante, no seio de uma dada comunidade de falantes, juntam-se as palavras em uso por outras comunidades linguísticas falantes da mesma língua; às palavras em uso na contemporaneidade, somam-se as que estiveram em uso em sincronias passadas, do que temos notícia pela documentação escrita e que, por vezes, ressurgem; aos dados da escrita, unem-se os da oralidade, quando é possível apreendê-la, dada a muito maior fluidez da oralidade face à escrita. (VILLALVA; SILVESTRE, 2014, p. 23).

Conforme o trecho acima, observa-se que o léxico se constitui não somente das palavras em uso em um determinado período de tempo em uma comunidade de fala, mas agrega palavras que já foram utilizadas em tempos pretéritos e que ficaram em desuso, como também as diferentes palavras utilizadas em comunidades linguísticas distintas. O léxico é constituído também de *neologismos*, que podem ser novas palavras ou novos significados agregados às palavras que já existem (ALVES, 2011), bem como *empréstimos*, que são palavras estrangeiras que passam para uma língua de chegada,

---

<sup>2</sup> Não se pretende discutir a fundo o conceito das variantes em análises nem a temática *brincadeira infantil*, uma vez que se tenciona apenas discutir como tais variantes são tratadas em dicionários quanto às marcas diatópicas.

assimilando as características fonéticas e gráficas dessa língua ou não. Quando essa assimilação não ocorre, essas palavras chamam-se *estrangeirismos* (VILLALVA; SILVESTRE, 2014). A dinamicidade do léxico é também comentada por Biderman (2001), que afirma:

O léxico é um sistema aberto e em expansão. Incessantemente novas criações são incorporadas ao léxico. Só existe uma possibilidade para o sistema lexical se cristalizar: a morte da língua. Foi o que sucedeu ao latim. Se a língua, porém, continuar a existir como meio de comunicação oral (e também escrito), seu léxico se ampliará sempre. Por essa razão, não se poderá censurar em demasia os lexicógrafos se os seus dicionários não registrarem todos os vocábulos e significados que estão em uso na língua, pois tal obra é praticamente inexequível. (BIDERMAN, 2001, p. 203).

O fragmento acima ajuda a entender que, ao ser tomado como um “sistema aberto e em expansão”, o léxico, em sua totalidade, não pode ser confundido com um dicionário, uma lista de palavras etc., uma vez que se configura como um repertório bem mais amplo e em constante mudança. Além disso, como ressalta Biderman (2001), não se pode exigir que um dicionário, por mais exaustivo que seja, inclua todas as palavras de uma língua em seu acervo.

É importante ressaltar também que nenhum falante de uma língua domina o léxico totalmente, pois cada um se apropria do léxico de diferentes maneiras, a partir dos estímulos a que são expostos e das experiências linguísticas individuais. Villalva e Silvestre (2014) denominam esse recorte do léxico de *léxico mental*. Considerando a aquisição individual do léxico, é possível afirmar que cada falante possui um *léxico mental* peculiar, uma vez que cada um tem experiências linguísticas distintas. É certo que o indivíduo tem a capacidade de cada vez mais ampliar seu repertório lexical, aprendendo novas palavras, como também, ao mesmo tempo, pode esquecer outras, por conta do desuso. O *léxico mental* de um falante pode ser dividido, segundo Villalva e Silvestre (2014), em *léxico passivo* e *léxico ativo*. O primeiro é mais extenso e é usado para o reconhecimento de enunciados linguísticos. Já o segundo é mais reduzido e é utilizado na produção de enunciados.

Outro ponto que merece atenção no estudo do léxico é sua variação, pois, devido à sua expansão e constante mudança, o léxico de uma língua nunca é homogêneo. No caso do português, por exemplo, a variação lexical não ocorre apenas entre as variedades nacionais (português brasileiro, português europeu, português moçambicano etc.), mas também dentro de uma mesma variedade. O português brasileiro apresenta

variações lexicais que atestam a vitalidade da língua e que também caracterizam as diferenças sociais e culturais de determinadas regiões.

A variação linguística é objeto de estudo da Sociolinguística e da Dialetoлогия, no entanto cada uma trata esse objeto de forma diferenciada. Enquanto que a Sociolinguística trata a variação levando em conta os fatores sociais, a Dialetoлогия se preocupa, principalmente, com o fator diatópico, ou seja, procura desvelar as especificidades linguísticas das diferentes localidades (cidade, estado, região etc.). Neste trabalho, toma-se como pressuposto a variação diatópica e suas implicações para os dicionários eletrônicos Houaiss e Aurélio.

O léxico pode ser registrado em obras lexicográficas, como o dicionário, o vocabulário, os glossários etc., e esta é a principal função da Lexicografia. Esse registro serve para garantir o patrimônio de uma língua. No tópico seguinte, faz-se uma discussão mais profunda sobre a Lexicografia e sobre como os regionalismos podem ser incluídos nas obras lexicográficas.

### **A lexicografia e os regionalismos**

Segundo Welker (2004), a Lexicografia “designa a ‘ciência’, ‘técnica’, ‘prática’ ou mesmo ‘arte’ de elaborar dicionários” (WELKER, 2004, p. 11), enquanto que a Metalexigrafia (Lexicografia teórica) envolve “o estudo de problemas ligados à elaboração de dicionários, a crítica de dicionários, a pesquisa da história da lexicografia, a pesquisa do uso de dicionários [...] e ainda a tipologia” (ibidem). Além disso, o autor afirma que o caráter de ciência não deve ser atribuído à Lexicografia prática, mas sim à teórica, conforme se vê no fragmento abaixo:

[...] a *lexicografia prática* não é uma ciência. Ela é uma técnica – e também uma prática – para a qual se precisa de muita ciência (num outro sentido, a saber, “conhecimento atento e aprofundado de alguma coisa”), pois quem elabora, ou compila, um dicionário tem que conhecer não somente fatos linguísticos, principalmente o léxico, como também as maneiras em que esses fatos podem ser apresentados num dicionário. Já na lexicografia teórica, cada vez mais chamada de *metalexigrafia*, estuda-se tudo o que se diz respeito a dicionários. Essa área, sim, pode ser considerada uma ciência (na primeira das acepções citadas). Seus produtos são os conhecimentos adquiridos e divulgados. (SEABRA; WELKER, 2011, p. 30-31 – grifos do autor).<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Ainda que esta citação seja extraída de um texto de autoria de Seabra e Welker, cada um dos autores escrevem em momentos diferentes, uma vez que o artigo, do qual fora tirada a citação, organiza-se em forma de entrevista. Sendo assim, é possível distinguir as ideias de ambos.

Neste mesmo artigo, cujo fragmento foi citado acima, Seabra (2011)<sup>4</sup>, por sua vez, reconhece a distinção entre Lexicografia e Metalexigrafia, no entanto concebe o termo *Lexicografia* como aquele que contempla as duas áreas. Além disso, a autora não considera a Lexicografia como uma técnica ou como uma ciência, mas sim como uma disciplina linguística, conforme se observa na citação a seguir:

Contemporaneamente, acredita-se que essas duas vertentes se complementam, e a *lexicografia* é vista como uma disciplina linguística de caráter científico que contempla os aspectos teóricos e práticos da elaboração de um dicionário. A *lexicografia* se insere, portanto, no domínio da linguística aplicada. (SEABRA; WELKER, 2011, p. 30).

Outra definição é dada por Barbosa (1991), a qual distingue *lexicografia* e *metalexigrafia*, e afirma que há uma relação de interdependência entre as duas áreas. Segunda ela, a lexicografia se preocupa com a “produção de dicionários, vocabulários técnico-científicos, vocabulários especializados e congêneres” (BARBOSA, 1991, p. 184) e a Metalexigrafia seria “epistemologia da ciência lexicográfica” (*idem*).

Diante das definições propostas pelos autores, é possível estabelecer os limites entre a Lexicografia e a Metalexigrafia, em que a primeira se propõe a elaborar dicionários, valendo-se de conhecimentos de outras áreas, enquanto que a Metalexigrafia se propõe a estudar, analisar e historiar os dicionários já existentes. Dessa forma, esta pesquisa se insere no âmbito na Metalexigrafia, pois analisa o *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa* e o *Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa*.

Os regionalismos podem compor uma obra específica, em um dicionário de regionalismos, ou um dicionário geral. Seja qual for o tipo de obra, o lexicógrafo precisa levar em conta algumas questões quando da classificação e da inserção de regionalismos em dicionários, como assevera Biderman (1994):

Critério ambíguo e difuso é o de regionalismos. Os dicionários são lacônicos e até contraditórios no tratamento dessa matéria. Alguns pontos para serem considerados: qual o ponto de referência para definir um termo como regional? Sendo regional relativamente a um dialeto padrão, qual é esse dialeto padrão? (BIDERMAN, 1994, p. 33).

A discussão sobre o conceito de regionalismos também é bastante complexa. Geralmente, o termo *regionalismo* pode ser entendido como os fatos linguísticos

---

<sup>4</sup> Cita-se somente Seabra, porque, mesmo o artigo sendo em co-autoria com Welker, a afirmação é apenas da autora.

específicos de uma determinada região geográfica. Isquierdo (2007) propõe um conceito para regionalismo, partindo da distinção entre vocabulário comum de caráter geral e de cunho regional. Segundo ela:

O primeiro entendido aqui como o vocabulário atualizado em praticamente todo o território onde a língua é usada como instrumento de comunicação e interação, por falantes de diferentes classes sociais e de atividades profissionais diversificadas, enfim, o vocabulário fundamental usado na comunicação cotidiana. Já o vocabulário regional remete à questão dos regionalismos, ou seja, a unidades lexicais, cujo uso é restrito a determinadas regiões, muitas delas relacionadas a atividades específicas do meio rural. (ISQUERDO, 2007, p. 198).

A partir da citação, observa-se que a autora concebe regionalismos como as unidades lexicais restritas a determinadas regiões, relacionadas a atividades específicas, diferentemente do vocabulário geral comum, que é utilizado por todos em diversas atividades profissionais. Além disso, Isquierdo (2007) concebe regionalismos em dois níveis (gerais e específicos), estabelecendo para cada um deles um ponto de referência. Os regionalismos gerais são aqueles que têm como ponto de referência a norma linguística de Portugal. Sendo assim, os fatos linguísticos do Brasil que se contrapõem ao português de Portugal podem ser considerados regionalismos gerais. Já os regionalismos específicos, segundo Isquierdo (2007), são aqueles que tomam como ponto de referência a norma padrão brasileira, e são aqueles que são utilizados em diferentes regiões do Brasil.

Ao estabelecer pontos de referência para classificar os regionalismos, Isquierdo (2007) utiliza o critério contrastivo, o qual, segundo a autora, “tem sido o critério adotado pelos maiores dicionários gerais da variante brasileira da língua portuguesa: Dicionário Aurélio e Dicionário Houaiss” (ISQUERDO, 2007, p. 200).

Os regionalismos gerais correspondem aos chamados *brasileirismos*. O conceito de brasileirismo é também complexo e tem trazido à baila várias discussões. Isquierdo (2006), ao discutir brasileirismo, cita o trabalho de Oliveira (1999), chamando atenção ao fato de que as unidades lexicais classificadas como brasileirismos no dicionário Aurélio não deveriam ser classificadas dessa forma, uma vez são utilizadas em estados/regiões específicas, e não em todo o território brasileiro, o que leva a entender que brasileirismo pode se caracterizar também por sua difusão em todas as regiões do país. Neste trabalho, utiliza-se este critério para classificar uma variante como brasileirismo. Quanto aos regionalismos específicos, toma-se como base o conceito de



Isquerdo (2007), a qual os considera como traços linguísticos específicos dos diferentes estados/regiões do Brasil.

Tendo em vista o papel do dicionário de registrar o léxico de uma língua, incluindo aí os regionalismos, é necessário observar como os dois dicionários em análise – Houaiss e Aurélio – concebem regionalismo. No primeiro dicionário, destaca-se no prefácio o seguinte excerto:

A indicação de **regionalismo** recai sobre palavra ou locução (dialetismo vocabular) ou acepção (dialetismo semântico) privativa de determinada região dentro do território onde se fala a língua e desconhecida das demais. É a informação sobre os limites geográficos da utilização de determinada unidade léxica ou acepção sua. (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 5-6 – grifo no original).

Como se vê, o *DEH* toma regionalismo como as palavras ou acepções que são exclusivas de certas regiões. Já no *DEA*, não se encontra no prefácio o que se entende por regionalismo e como a obra irá tratá-lo. A indicação a regionalismo é feita no *link Verbetes – entenda sua estrutura* na versão eletrônica do dicionário, quando se explica o que é rubrica. Nesse caso, tem-se:

A rubrica, em geral abreviada e em verde, situada antes das definições quando se refere a todas as definições do verbete, ou dentro de uma definição quando se refere apenas a esta, delimita uma área em que a palavra é usada dentro do(s) significado(s) considerado(s), seja área geográfica, de assunto ou disciplina, de uso, etc. As definições assim classificadas formam, quando associadas em uma determinada rubrica, um subdicionário especializado na área delimitada pela rubrica (regionalismos, assunto ou disciplina, etc.). A mesma definição pode estar sob mais de uma rubrica. As abreviaturas das rubricas encontram-se na lista de abreviaturas, siglas e sinais convencionais. (FERREIRA, 2010).<sup>5</sup>

Com essas menções a regionalismos nos textos introdutórios dos dois dicionários, é previsível a presença deles na nomenclatura. No entanto, como afirma Isquerdo (2011), o dicionário não deve tratar os regionalismos de forma aleatória, mas, primeiramente, deve definir o que ele entende por regionalismo e ter o cuidado de não restringir os regionalismos à determinada localização geográfica, quando, na verdade, seu uso pode ser mais amplo. Eis o grande desafio do lexicógrafo: mostrar, com precisão, as informações diatópicas dos regionalismos. Para tanto, os lexicógrafos utilizam as marcas diatópicas nos dicionários, que são as indicações de localização geográfica da variante – se se trata de um regionalismo do Nordeste, do Sul ou do

---

<sup>5</sup> A citação foi extraída de um dos *links* do Dicionário Eletrônico Aurélio, por isso não possui número de página.

estado da Bahia, Alagoas etc. São essas marcações que se pretendem analisar no presente trabalho.

Para que as marcações diatópicas em dicionários sejam dadas com precisão, Isquierdo (2007) aponta algumas fontes que podem servir para atestar a existência de regionalismos e um deles são os atlas linguísticos, os quais, resultantes de pesquisas geolinguísticas, podem contribuir para o adequado tratamento de regionalismos em dicionários.

Fajardo (1996-1997) também reconhece as falhas no tratamento de regionalismos em dicionários e também defende o uso dos resultados das pesquisas dialetológicas e geolinguísticas para fundamentar as informações trazidas nos dicionários:

As marcações geográficas, portanto, têm fundamentos teóricos fracos e uma imprecisão característica. Em Lexicografia, despreza-se a descrição impossível da extensão geográfica de cada voz e se dão unicamente “localizações”, indicações ou pistas de lugares nos quais será geralmente compreensível. No entanto, deve existir uma constante preocupação do lexicógrafo em aproveitar as contribuições da dialetologia e da geografia linguística à hora de precisar, cada vez mais adequadamente, as marcas diatópicas no dicionário. (FAJARDO, 1996-1997, p. 42).<sup>6</sup>

Partindo dessa discussão a respeito da inserção de regionalismos em dicionários e tendo em vista a necessidade de embasamento em pesquisas dialetológicas para um tratamento adequado desses regionalismos, realizou-se esta pesquisa seguindo o quadro teórico-metodológico apresentado a seguir.

## **Metodologia**

Esta pesquisa toma como objeto de análise o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (DEH)* e o *Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa (DEA)*, a fim de verificar como essas obras tratam as variantes de *cabra-cega* e de *amarelinha*, sobretudo quanto a localização geográfica. A escolha desses dicionários deve-se à importância que eles têm em meio às obras lexicográficas (WELKER, 2004).

---

<sup>6</sup> Tradução livre para: *Las marcación geográfica, por tanto, tiene débiles fundamentos teóricos y una característica imprecisión. En Lexicografía se renuncia a la imposible descripción de la extensión geográfica de cada voz y se dan únicamente “localizaciones”, indicaciones o pistas de lugares en los que será generalmente comprensible. Sin embargo, debe existir una constante preocupación del lexicógrafo por aprovechar las aportaciones de la dialectología y la geografía lingüística a la hora de precisar, cada vez más adecuadamente, las marcas diatópicas en le diccionario.* (FAJARDO, 1996-1997, p. 42).

Além disso, utiliza-se, como suporte, o *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, no intuito de comparar os dados dos dicionários com os dados dialetológicos. O *ALiB*, publicado em 2014, é o primeiro atlas de caráter nacional sobre o português do Brasil, resultante de inquéritos realizados em 25 capitais do país, e que traz dados sobre a variação linguística em vários níveis: fonético-fonológico, semântico lexical e morfossintático.

A escolha de investigar as variantes de *cabra-cega* e de *amarelinha* deve-se à grande produtividade dessas variantes em relação aos outros regionalismos do campo semântico *Jogos e diversões infantis* trazidos no *ALiB*.

No que concerne aos procedimentos de pesquisa, foram obedecidas às seguintes etapas metodológicas: 1) levantamento das variantes lexicais do Nordeste, trazidas no *ALiB*, dos regionalismos *cabra-cega* e *amarelinha*; 2) consulta das variantes lexicais selecionadas no *DEH* e no *DEA*, a fim de perceber como estão registradas as variantes e o que se diz sobre elas, sobretudo quanto à localização geográfica; 3) comparação entre as informações dadas no *ALiB* e nos dicionários e 4) elaboração de quadros para a organização dos dados comparados, classificando-os como convergentes ou divergentes. Com isso, passa-se a discutir os dados expostos na seção seguinte.

### **Análise dos dados**

Os dados obtidos foram organizados em quadros, dos quais o primeiro a ser apresentado é o das variantes de *cabra-cega*. Para leitura e compreensão do quadro, é necessário levar em conta as seguintes informações: na primeira coluna, intitulada **Regionalismos**, apresentam-se as variantes de *cabra-cega* que aparecem no *ALiB*; na segunda coluna, tem-se **Dados do ALiB**, em que são apresentadas as informações trazidas no atlas sobre a localização geográfica das variantes; na terceira coluna, intitulada **Marcação no DEH**, listam-se as marcas diatópicas presentes no dicionário Houaiss – quando a variante não é registrada no dicionário, classifica-se como *Variante não registrada*. Porém, quando a variante é registrada, mas não possui nenhuma marca diatópica, classifica-se como *Não há*. Na quarta coluna, cujo título é **Marcação no DEA**, listam-se as marcas diatópicas presentes no dicionário Aurélio. Nesta coluna também se utiliza a classificação *Variante não registrada* e *Não há* nas ocasiões já mencionadas. Na última coluna, intitulada **Confronto entre o ALiB e os dicionários**, é estabelecida a comparação entre as informações diatópicas trazidas nos dicionários e os

dados apresentados no *ALiB*. Quando essas informações são semelhantes, classifica-se como *convergente*, já quando são diferentes, classifica-se como *divergente*. A seguir, tem-se o quadro 1.

**Quadro 1:** Variantes de *cabra-cega* (*brincadeira*)

| REGIONALIMOS | Dados no <i>ALiB</i>   | Marcação no <i>DEH</i>         | Marcação no <i>DEA</i>         | Confronto entre o <i>ALiB</i> e os dicionários |
|--------------|--|--------------------------------|--------------------------------|--|
| Cabra-cega   | Todas as capitais – 100% em Recife e Maceió  | Não há                         | Não há                         | -  |
| Cobra-cega   | Norte (Rio Branco, Macapá e Belém); Nordeste (Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Aracaju e Salvador); Sudeste (todas as capitais); Sul (Curitiba e Porto Alegre); Centro-Oeste (todas as capitais) | Não há                         | Não há                         | -  |
| Pata-cega    | Norte (exceto Rio Branco); Nordeste (São Luís); Sul (Florianópolis)  | <i>Variante não registrada</i> | <i>Variante não registrada</i> | -  |
| Pega-pega    | Norte (Macapá); Nordeste (Teresina); Sul (Florianópolis)   | Não há                         | Brasileirismo                  | Divergente (para o <i>DEA</i> )                |

**Fonte:** autoria própria, a partir de informações do *ALiB*, do *DEH* e do *DEA*.

No quadro acima, observam-se quatro variantes (*cabra-cega*, *cobra-cega*, *pata-cega* e *pega-pega*), das quais a forma *cabra-cega* é a utilizada em todas as capitais do Brasil investigadas pelo *ALiB* e tem ocorrência de 100% em Recife e em Maceió

(Nordeste). Os dicionários em análise registram a variante, mas não trazem indicação de localização geográfica.

Outra variante é *cobra-cega*, que também é bastante ocorrente, pois o *ALiB* registra usos no Norte (Rio Branco, Macapá e Belém); Nordeste (Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Aracaju e Salvador); Sudeste (todas as capitais); Sul (Curitiba e Porto Alegre); Centro-Oeste (todas as capitais). Sendo registrada no *DEH* e no *DEA*, os verbetes dessa variante não contêm acepção referente ao campo semântico *jogos e diversões infantis*.

A variante *pata-cega*, que ocorre em capitais do Norte, exceto Rio Branco, São Luís, no Nordeste, e Florianópolis, no Sul, não é registrada em nenhum dos dicionários analisados. A última variante, *pega-pega*, que, segundo o *ALiB*, se apresenta apenas em Macapá (Norte), Teresina (Nordeste) e Florianópolis (Sul), não há indicação de localização geográfica no *DEH*. Já no *DEA*, a acepção 5 do verbete *pega-pega*, na qual se encontra a indicação de *brasileirismo*, há remissão para o verbete *pique*<sup>2</sup>. Ressalta-se que este número alceado na palavra *pique* é um recurso lexicográfico que indica homonímia. Sendo assim, há mais de uma entrada para a palavra *pique* e cada uma delas possui definições diferentes. No verbete *pique*<sup>2</sup>, a terceira acepção refere-se a jogo infantil. Ao tratá-lo como *brasileirismo*, o *DEA* diverge do *ALiB*.

Passa-se, então, para a análise do segundo grupo de variantes. Para a leitura e compreensão do quadro, deve-se levar em consideração as mesmas informações fornecidas para o **Quadro 1**.

**Quadro 2:** Variantes de *amarelinha*

| REGIONALIMOS | Dados do <i>ALiB</i>                   | Marcação no <i>DEH</i> | Marcação no <i>DEA</i> | Confronto entre o <i>ALiB</i> e os dicionários |
|--------------|--|------------------------|------------------------|--|
| Amarelinha   | Todas as capitais                      | Brasil                 | Brasileirismo          | Convergente                                    |
| Academia     | Nordeste (Natal, João Pessoa e Recife) | Rio Grande do Norte    | Nordeste               | Divergente                                     |
| Cancão       | Nordeste (Maranhão e Teresina)         | Não há                 | Não há                 | -  |
| Avião        | Nordeste (Maceió)                      | Não há                 | Não há                 | -  |
| Macaca       | Norte (todas as capitais);             | Não há                 | Lusitanismo            | Divergente (para o <i>DEA</i> )                |

|         |                         |        |               |            |
|---------|-------------------------|--------|---------------|------------|
|         | Nordeste<br>(Fortaleza) |        |               |            |
| Macacão | Nordeste<br>(Aracaju)   | Não há | Não há        | -          |
| Macaco  | Nordeste<br>(Salvador)  | Brasil | Brasileirismo | Divergente |

**Fonte:** autoria própria, a partir de informações do *ALiB*, do *DEH* e do *DEA*.

A variante *amarelinha* está presente em todas as capitais pesquisadas pelo *ALiB* e tem 100% de ocorrência em Cuiabá, Campo Grande, São Paulo, Florianópolis, Rio de Janeiro e Vitória. Logo, trata-se de um *brasileirismo*. Quanto aos dicionários, tanto o *DEH* como o *DEA* classifica tal variante como *brasileirismo*, o que converge com os dados dialetológicos. Vale ressaltar que as duas obras lexicográficas apresentam duas entradas para *amarelinha*, mas a segunda é a que se refere à brincadeira infantil.

A variante *academia* é tratada pelo *DEH* como sendo regionalismo do Rio Grande do Norte, enquanto que o *DEA* indica a região Nordeste. Nota-se que os dois tratamentos são problemáticos: tendo em vista que *academia* ocorre em apenas três capitais do Nordeste, classificá-lo apenas como do Rio Grande do Norte é desconsiderar a ocorrência em outras capitais; classificá-lo como do Nordeste é generalizar um uso. Por isso, os dicionários podem indicar, precisamente, os locais em que a variante ocorre: Natal, João Pessoa e Recife.

*Canção* é uma variante que só ocorre no Maranhão e no Piauí. Trata-se, pois de um regionalismo maranhense e piauiense. Nenhum dos dois dicionários traz qualquer acepção que remeta à brincadeira infantil.

*Avião* é outra variante que só ocorre em Maceió. Sendo assim, os dicionários poderiam registrá-lo como um regionalismo maceioense. No entanto, os dicionários, apesar de registrarem a forma *avião*, não inserem uma acepção que se remete à brincadeira infantil.

Quanto à variante *macaca*, o *ALiB* atesta que está presente em todas as capitais do Norte e em Fortaleza, no Nordeste. Há a possibilidade de classificar o regionalismo como do Norte e de Fortaleza, especificamente. O *DEH* contém duas entradas para *macaca*, sendo a primeira indicada com várias acepções, mas nenhuma é sinônimo de *amarelinha*, logo não há marcação de regionalismo para essa acepção. O *DEA*, por seu turno, traz acepção referente à *amarelinha* e classifica-a como *lusitanismo*. O termo *lusitanismo* se refere a variedades de português de Portugal em oposição ao português

do Brasil. Contudo, é inadequado classificar como *lusitanismo* uma variante que tem ocorrência em várias capitais do Brasil. Por isso, o *DEA* diverge do *ALiB*.

A variante *macacão* só ocorre em Aracaju, no Nordeste. Os dois dicionários em análise registram essa forma, mas não contém acepção referente à brincadeira infantil, como também não trazem localização geográfica. Um tratamento adequado no *DEH* e no *DEA* seria, primeiramente, inserir a acepção referente à brincadeira infantil e, em seguida, indicar que se trata de um regionalismo aracajuense.

Por fim, a variante *macaco* é registrada apenas em Salvador, no Nordeste, segundo o *ALiB*. O *DEH* e o *DEA* classificam a variante como *brasileirismo*, divergindo mais uma vez dos dados dialetológicos. Seria mais adequado classificá-lo como um regionalismo salvadoreense.

### Considerações finais

Diante da análise feita e retomando o objetivo principal da pesquisa, qual seja o de analisar as marcas diatópicas nos dicionários, foi possível notar que, na minoria das variantes dicionarizadas, há informação sobre a localidade geográfica em que se utiliza tal variante. No entanto, na maioria dos casos, essas informações divergem do *ALiB*, fato que se comprovou a partir da comparação entre os dados dos dicionários e os dados do atlas, o que confirmou a hipótese inicial.

Além disso, encontraram-se casos em que algumas variantes não estão registradas nos dicionários e outros em que as variantes estão registradas, mas não recebem acepção que se refira à brincadeira infantil. Também viram-se muitos verbetes em que não há nenhuma localização geográfica. Essas lacunas existentes nos dicionários podem ser preenchidas a partir dos dados do *ALiB*, uma vez que, como afirmam Isquardo (2007) e Fajardo (1996-1997), os atlas linguísticos podem servir de suporte para os lexicógrafos quando do tratamento de regionalismos em dicionários.

Mesmo com esses problemas de tratamento de regionalismos identificados nesses dicionários, não se pode desprezar a importância que tais obras possuem. Tanto o *DEH* quanto o *DEA* estão entre os maiores dicionários de língua portuguesa e foram elaborados por uma equipe composta por pesquisadores de várias áreas e cada uma delas se valeu de um *corpus* e uma bibliografia específica. Sendo assim, é possível que os dicionários não tenham tido acesso a fontes que registrem as variantes aqui analisadas, o que justificaria o não registro de algumas delas. Ademais, como já se

discutiu no início desse trabalho, o léxico é um campo aberto e em constante expansão, por isso é justificável que haja lacunas nos dicionários quanto ao uso dos regionalismos e quanto às marcas diatópicas.

Esse trabalho não esgota as possibilidades de análise de regionalismos em dicionários, mas suscita novas discussões a respeito do tema. Acredita-se que, com essas reflexões, é possível pensar em um tratamento mais adequando de regionalismos, sejam em dicionários gerais ou em dicionários especializados em regionalismos, trazendo marcas diatópicas que estejam atestadas em atlas linguísticos.

## Referências

- ALVES, I. M. Neologia e dicionários escolares. In: CARVALHO, O. L. S.; BAGNO, M (orgs.). *Dicionários escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 105-118.
- BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia e terminografia: objeto, métodos, campos de atuação e de cooperação. In: *Estudos Linguísticos*, v. 1, n. 39, Franca: Unifran/GEL, 1991, p. 182-189.
- BIDERMAN, M. T. C. A nomenclatura de um dicionário de língua. *Anais de Seminários do GEL*, São Paulo: v.1, n. 23, 1994, p. 26-42.
- \_\_\_\_\_. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CARDOSO, S.; CASTRO, Y. P.; ISQUERDO, A. N. Quais os critérios que deveriam orientar os lexicógrafos na inserção de lusitanismos, africanismos e regionalismos em dicionários gerais? In: XATARA, C.; BEVILACQUA, C. R.; HUMBLÉ, P. R. M. (orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para que são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 57-62.
- \_\_\_\_\_; MOTA, J. A. *et al. Atlas linguístico do Brasil: cartas linguísticas 1*. v. 2. Londrina: EDUEL, 2014.
- FAJARDO, A. Las marcas lexicográficas: concepto y aplicación práctica em la lexicografía española. *Revista de Lexicografía*. Volumen III, 1996-1997, p. 31-57.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*. Versão eletrônica 7.0. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S; FRANCO, F. M. M. *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. CD-ROM Versão 3.0. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.



ISQUERDO, A. N. Acheugas para a discussão do conceito de regionalismos no português do Brasil. *Alfa*. São Paulo, 2006, p. 9-24.

\_\_\_\_\_. A propósito de dicionários de regionalismos do português do Brasil. In: \_\_\_\_\_. ALVES, Ieda Maria (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. v. 3. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007, p. 193-208.

SEABRA, M. C. T. C.; WELKER, H. A. Questões teóricas genéricas. In: XATARA, C. *et al.* (orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para que são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 29-37.

VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do português*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Thesaurus, 2004.

## A LINGUAGEM DA CRIANÇA: UMA HERANÇA CULTURAL

Giovane Fernandes Oliveira<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo tem como objetivo estudar a relação entre língua, cultura e intersubjetividade no ato de aquisição da linguagem. Para tanto, analisa um diálogo entre uma criança e seus pais, a partir da Teoria da Enunciação de Benveniste (2005; 2006) e da Teoria Enunciativa da Aquisição da Linguagem de Silva (2007; 2009). A análise da marcação do locutor no discurso, através de formas pessoais (categorias de pessoa, espaço e tempo) e funções interpessoais (modalidades assertiva, intimativa e interrogativa), indica que a criança (*eu*) estabelece duas relações de alteridade – com o outro (*tu*) e com a cultura (*ELE*), constituindo-se sujeito na dupla natureza, individual e social, de sua língua materna e assumindo a linguagem como uma herança cultural.

**Palavras-chave:** Enunciação. Aquisição da linguagem. Cultura.

### Abstract

This article aims to study the relationship between language, culture and intersubjectivity in the act of language acquisition. For that, it analyzes a dialogue between a child and her parentes, from Benveniste's Theory of Enunciation (2005; 2006) and Silva's Enunciative Theory of Language Acquisition (2007; 2009). The analysis of the speaker in the discourse, through personal ways (categories of person, space and time) and interpersonal functions (assertive, imperative and interrogative modalities), indicates that the child (*I*) establishes two relations of alterity – with the other (*you*) and with culture (*HE*), being subject in dual nature, individual and social, of her mother tongue and assuming the language as a cultural heritage.

**Keywords:** Enunciation. Language acquisition. Culture.

### Introdução

Um dos terrenos mais férteis dos estudos da linguagem, a Aquisição da Linguagem assume como objeto a fala da criança, cuja complexidade atrai o olhar de diferentes escolas de pensamento. A esse respeito, Scarpa (2001) traça as grandes linhas do saber disciplinar que se consolidou como tal tomando como escopo de investigação linguagem infantil. Uma a uma, as principais abordagens teóricas do fenômeno aquisicional são interrogadas pela autora e convocadas a justificar sua concepção de linguagem e de aquisição da linguagem.

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Língua Francesa e suas Literaturas, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [giovane.oliveira@ufrgs.br](mailto:giovane.oliveira@ufrgs.br).

Somos brevemente apresentados ao behaviorismo skinneriano, que concebe a linguagem como comportamento verbal em cuja base estrutural está o condicionamento explicado por mecanismos de estímulo-resposta-reforço. A essa corrente psicológica contrapõe-se a segunda trazida por Scarpa (2001), o inatismo chomskiano, o qual toma a linguagem não como passível de aquisição através de mecanismos comportamentais, mas como faculdade genética adquirida na ativação de um dispositivo inato à espécie humana que permite a escolha pela criança de regras que ela julga pertencer à sua língua (fase 1 da teoria) ou na fixação de parâmetros aos quais a criança, que já nasce com princípios linguísticos internalizados, é exposta no contato com a língua materna (fase 2 da teoria).

De uma visão ambientalista (Skinner) e uma visão mentalista (Chomsky), Scarpa (2001) passa a uma visão cognitivo-construtivista, discutindo primeiramente a perspectiva piagetiana, para a qual a linguagem é um sistema simbólico de representações e sua aquisição, o resultado da interação entre o ambiente e o organismo, que torna possível o desenvolvimento linguístico-cognitivo. A autora analisa em seguida a perspectiva vygotskiana, oposta à piagetiana porque mais aberta ao papel do social na aquisição da linguagem e do pensamento, entendendo-a como processo de interiorização de estruturas socialmente construídas.

O interacionismo social, quinta abordagem teórica discutida por Scarpa (2001), parte de uma concepção de linguagem como interação e de aquisição da linguagem como processo resultante da interação entre a criança e o outro, geralmente o adulto mais próximo de seu convívio, o qual atribui sentido à fala – muitas vezes agramatical – e aos gestos da criança, instituindo-a, assim, como parceiro conversacional. Uma das vertentes do interacionismo social que recebe mais atenção da autora é aquela na qual ela se insere, a saber, o sociointeracionismo, cujas propostas afirmam que a linguagem é atividade dialógica que constrói o conhecimento do mundo pela criança e a constitui como sujeito em face de um interlocutor. Para essa vertente, importa não o produto linguístico (a linguagem da criança ou do adulto), mas o processo interacional que possibilita a aquisição da linguagem pela criança.

Contudo, escrito em 2001, o texto introdutório de Scarpa não trata de outra perspectiva aquisicional, inaugurada alguns anos mais tarde, com a publicação da tese de doutorado *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*, em 2007, e do livro dela resultante *A criança*

*na linguagem: enunciação e aquisição*, em 2009, ambos de autoria de Carmem Luci da Costa Silva.

A Teoria Enunciativa da Aquisição da Linguagem proposta por Silva (2007; 2009) resulta do diálogo estabelecido pela autora entre o campo da Linguística da Enunciação, mais especificamente a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, e o campo da Aquisição da Linguagem, mais especificamente a aquisição de língua materna. Através dessa nova teoria, a autora explica a aquisição da linguagem como um ato de enunciação formalizado pelo dispositivo trinitário (*eu-tu/ele*)-*ELE*, o qual comporta a criança (*eu*), o outro de seu convívio (*tu*), a língua na qual se instaura (*ele*) e a cultura em que está imersa (*ELE*).

Inserido em tal perspectiva enunciativa de aquisição da linguagem, este trabalho tem como objetivo responder às seguintes questões: *como língua e cultura relacionam-se no ato de aquisição da linguagem? E quais os efeitos dessa relação na constituição da criança como herdeira dos valores culturais de sua língua materna?* Para tanto, analisa o diálogo entre uma menina com cerca de três anos de idade e seus pais<sup>2</sup>, com a finalidade de verificar as formas e os mecanismos linguísticos empregados pela criança na relação intersubjetiva com o outro e com a cultura enquanto herança simbólica. Para tanto, organiza-se em duas seções, além desta introdução e da conclusão: na primeira, aprofunda um pouco mais a abordagem teórica assumida; na segunda, busca constituir uma análise enunciativa da fala da criança.

### **Enunciação e aquisição: atos de instauração da criança na dupla natureza da língua**

O dispositivo (*eu-tu/ele*)-*ELE* sintetiza as bases teórico-metodológicas elaboradas por Silva (2007; 2009) para investigar a instauração da criança na linguagem e desdobra-se em uma série de relações enunciativas: as relações diádicas *eu-tu*, *eu/tu* e (*eu-tu*)/*ele* e as relações trinitárias *eu-tu/ele* e (*eu-tu/ele*)-*ELE*.

Na relação diádica *eu-tu*, a criança não consegue distinguir o outro de si própria, estabelecendo com ele a conjunção criança/outro. Na relação diádica *eu/tu*, a criança passa a distinguir-se do outro ao se assumir como pessoa subjetiva (*eu*) distinta da pessoa não-subjetiva (*tu*), estabelecendo com ele a disjunção criança/outro. Na relação diádica (*eu-tu*)/*ele*, a criança estabelece a relação mundo/discurso, em que as pessoas *eu*

<sup>2</sup> Interação registrada em vídeo e publicada no canal *Youtube*, estando disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NVHT39CNaj4&feature=youtu.be>. Acesso em: 16/06/2016.

e *tu* distinguem-se da não-pessoa *ele*, sendo a ausência desta a condição para aquelas estarem presentes no discurso. Na relação trinitária *eu-tu/ele*, há a consolidação da estrutura enunciativa com o reconhecimento pela criança de si como locutor, do outro como alocutário e da língua como possibilidade de atualização no discurso. Na relação trinitária (*eu-tu/ele*)-*ELE*, por fim, há a constituição de duas alteridades, a do *tu* (o alocutário presente na instância do discurso) e a do *ELE* (a cultura que, mesmo “ausente” na instância do discurso e irrepresentável na linearidade discursiva, é dela constitutiva), em que a criança vale-se de diferentes formas e mecanismos da língua para produzir referências no discurso.

Tais relações configuram as três operações enunciativas de aquisição da linguagem. As relações *eu-tu* (conjunção) e *eu/tu* (disjunção) configuram a operação de preenchimento de lugar enunciativo; a relação (*eu-tu*)/*ele* configura a operação de referência; as relações *eu-tu/ele* e (*eu-tu/ele*)-*ELE* configuram a operação de inscrição enunciativa da criança na língua-discurso. Na primeira operação, ocorre a passagem do preenchimento de lugar enunciativo a partir do outro para o reconhecimento que esse lugar provoca no outro. Na segunda operação, há a passagem da atualização de uma referência mostrada para uma referência constituída na língua-discurso. Na terceira operação, dá-se a passagem de um uso discursivo de instanciação subjetiva por meio de funções e formas para um uso discursivo em que a enunciação constitui e é constituída por outra enunciação.

Através dessas três operações, Silva (2007; 2009) mostra, na análise de dados longitudinais de uma criança acompanhada dos onze meses aos três anos e cinco meses, como se dá o ato singular de instauração da criança na linguagem. Os resultados da análise indicam que o locutor-criança produz “uma história de enunciações, por meio da qual constitui sua língua materna e o sistema de representações de sua cultura, estabelecendo-se, desse modo, como sujeito de linguagem” (SILVA, 2009, p. 286).

Nessa perspectiva, enunciação e aquisição são concebidas como atos de instauração da criança na “dupla natureza profundamente paradoxal da língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 97), pois, se o locutor-criança se apropria da língua para dela fazer um uso *singular*, ele também a *herda*. Tal herança evidencia o caráter cultural tanto da língua quanto da sociedade, pois ambas são *dadas* à criança, que forma o símbolo e constrói o objeto à medida que descobre que tudo tem um nome, inclusive ela própria, sendo tal descoberta o despertar da consciência do meio social em que vive e que, através da

língua, constituirá sua individualidade no interior da coletividade. Assim, o que a criança aprende não é o desempenho de um conhecimento inato, mas o mundo do homem, de forma que “[a] apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite” (BENVENISTE, 2006, p. 21).

Essa apropriação diz respeito à integração do homem à *cultura* que o cerca e que atribui à sua vida forma, sentido e conteúdo. Conforme Benveniste (2005), assim como o sistema linguístico, o sistema cultural distingue o que tem e o que não tem sentido, consistindo numa série de noções, prescrições e interdições e caracterizando-se tanto por aquilo que proíbe quanto por aquilo que autoriza. A cultura também diferencia o homem do animal, sendo simbólica em sua estrutura e em seu funcionamento:

A cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade, o que é senão um universo de símbolos integrados numa estrutura específica e que a linguagem manifesta e transmite? Pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma. (BENVENISTE, 2005, p. 32).

É por isso que Benveniste defende que o homem não nasce na natureza, mas na cultura, e que toda criança aprende com a língua os rudimentos de uma cultura, não sendo nenhuma língua separável de uma função cultural. Como todos os elementos culturais derivam da articulação entre valores que se imprimem na língua, esta é reveladora da cultura na medida em que carrega consigo uma série de dados herdados e simbólicos.

Tal concepção de cultura, segundo Silva, Knack e Juchem (2013), permite redimensionar a clássica definição de enunciação como *ato individual de apropriação de língua*, pois, embora esse ato seja individual, ele carrega interpretações da cultura, a qual deixa seus traços no discurso do locutor que se apropria da língua para se enunciar como sujeito e convocar o outro a também se enunciar. Logo, concebida como ato enunciativo, a aquisição da linguagem é também um ato individual e social, porque a criança se instaura singularmente numa língua atravessada pela cultura da sociedade em que é falada.

### **A linguagem da criança: uma herança cultural**

O fato enunciativo selecionado para análise é o diálogo presente no vídeo *Mariana come batom da mãe!*, disponível no site *Youtube* e transcrito<sup>3</sup> abaixo:

---

<sup>3</sup> Na transcrição, adotamos algumas das convenções de Silva (2007; 2009): um cabeçalho apresentando os participantes da situação enunciativa, indicados pelas três letras iniciais do nome, seguidas de parênteses informando o seu grau de parentesco com a criança. Os turnos do diálogo são indicados pelas três primeiras letras do nome de cada participante. MAR indica as iniciais da criança estudada (Mariana). Os comentários do transcritor são indicados com a expressão “com”. Entre colchetes, são indicadas ações não verbais, como risos.

**Participantes:** PAI, MÃE (gravando) e MAR (criança).

**Idade da criança:** aproximadamente três anos.

**Situação:** Mariana está no quarto com os pais. A mãe, gravando, não aparece no vídeo. O pai aparece de relance. A câmera foca a criança.

PAI: Nooossa!

MÃE: Vai, eu querasabê que qui você fez

MAR: Purqueiucumi seu batoom

MÃE: Você comeu meu batoom? Deixa eu vê seu denti

Com: Mariana abre a boca e mostra os dentes para a mãe.

MÃE: Eu não acreditoquívocêcumeu meu batom

MAR: Purqu... Purquédicumê

MÃE: Ele não é dicumê

MAR: É dipassá?

MÃE: É, é dipassá

MAR: Eu passei muito na... na... no... no... nopótigandi

MÃE: Cêpassô no póti?

PAI: Vamumudáo nome da Amora pra Morangu, purquia boca da Amora tá toda vermelha

MÃE: A cachorra cumeu o meu batom?

MAR: É

MÃE: Eu não acredito, Mariana, meu batom era novo! Aonde você pegô meu batom?

Com: Mariana se dirige até o guarda-roupa e aponta para dentro dele.

MAR: É aqui!

Com: Mariana volta para junto da mãe.

MÃE: Você não tem vergonha difazê essas coisas?

PAI: Toma, mostra pra sua mãe o que sobrô do batom dela, mostra pra ela

Com: Mariana pega o batom da mão do pai e o ergue em direção à mãe:

MAR: Ó

MÃE: Cadê o resto do meu batom?

MAR: Cumi

Com: Pai ri.

MÃE: Purquequi você comeu, Mariana?

MAR: Purquédicumê

MÃE: Ele não é dicumê, Mariana

MAR: É di... É dipassá?

MÃE: Abri a boca, Mariana

MAR: É dipassá?

MÃE: Cadê os dentidi cima?

Com: Mariana mostra os dentes para a mãe.

MÃE: Di cima aqui

Com: Mariana abre mais a boca com o indicador direito.

MÃE: Mariana du céu, seus dentitá cheio di batom, Mariaaana... Isso faz maaal!

Com: Mariana evita o olhar da mãe enquanto é repreendida.

MÃE: Eu não acreditoqui você cumeu meu batom

Com: Mariana produz ruídos incompreensíveis enquanto tenta passar a mão suja na mãe.

MÃE: Cêsabiquicê vai ficádi castigo, né?

MAR: Não

MÃE: Você vai ficádicastigu!

MAR: Vô nããã

MÃE: Você cumeu meu batom

MAR: Não... a Amora cumeu...

MÃE: A Amora cumeu?

MAR: É

MÃE: Quem foi qui deu pra Amora cumê?

MAR: Eu

MÃE: Então quem tem quificádicastigu?



MAR: A Amora

MÃE: É você qui tem quificádi castigo! [= risos] Olha a sua mão como tá... Agora você vai têquitomábanhu

Com: Mariana dá as costas e caminha para fora do quarto.

MAR: Eu vô lá... nobanheiu... lavá minha mão

Neste fato enunciativo, vemos um locutor-criança totalmente instaurado em sua língua materna, de modo que é a terceira operação enunciativa de aquisição da linguagem que se destaca aqui: *a operação de inscrição enunciativa da criança na língua-discurso*.

Tal operação, segundo Silva (2007; 2009), comporta uma dupla lógica: a) uma *lógica discursiva*, caracterizada pela marcação do locutor no discurso através de formas pessoais (categoria de pessoa) e funções interpessoais (modalidades assertiva, intimativa e interrogativa); b) uma *lógica de dupla enunciação*, definida pela instanciação de uma enunciação sobre outra enunciação para retomar, projetar ou simular ações. No fato acima, predominam as formas e as funções da lógica discursiva.

A categoria de pessoa se manifesta no discurso de Mariana de dois modos. O primeiro modo refere-se à assunção pelo locutor da forma de pessoa subjetiva *eu*, como em (1) “Purqui eu comi seu batoom”, (2) “Eu passei muito na... na... no... no... no pótigandi”, (3) “Eu vô lá... no banheiu... lavá minha mão”. Chama a atenção o uso da forma *eu* sozinha em (4) “Eu”, em resposta à pergunta da mãe: “Quem foi qui deu pra Amora cumê?”, escolha lexical esta que indica que o locutor-criança já se reconhece como sujeito e atesta esse auto-reconhecimento empregando tão-somente o pronome de primeira pessoa para responder ao questionamento lhe destinado pela mãe.

O segundo modo de manifestação discursiva da pessoa subjetiva ocorre por meio da marcação da primeira pessoa no verbo, como em (5) “Cumi” e (6) “Vô nããã”, ocorrências nas quais a elipse da forma pronominal *eu* transfere para os sufixos número-pessoal e modo-temporal *-i* e *-ô* (-u, na escrita) a marca subjetiva do locutor inscrito em seu discurso. Tal apagamento do pronome de caso reto aponta não somente a assimilação pelo locutor-criança de um padrão sintático de sua língua materna (o parâmetro do sujeito nulo) como também evidencia que já sabe organizar a temporalidade linguística tomando a categoria de pessoa como centro de referência: o pretérito perfeito assinalado em “Cumi” e o futuro do presente subscrito em “Vô nããã” – assim como em “Eu vô lá... no banheiu... lavá minha mão”, em que há a prospecção de uma ação – definem-se em relação ao presente daquele que fala.

Com efeito, há para a língua apenas uma expressão temporal, que não é senão o presente da instância de discurso em que se fala: o *agora*, tempo em que coincidem acontecimento e discurso. Sendo o único tempo inerente à língua, o presente do discurso é um *presente axial e gerador* porque funciona como um eixo a partir do qual são gerados o passado e o futuro, temporalidades projetadas para trás (retrospectivamente) ou para frente (prospectivamente) em relação ao presente (cf. BENVENISTE, 2006, p. 74).

Também a categoria de espaço emerge no discurso do locutor-criança, como mostram os recortes (7) “É aqui!” e (8) “Eu vô lá... no banheiro... lavá minha mão”. As formas dêiticas *aqui* e *lá* operam como índices de ostensão, “termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo” (BENVENISTE, 2006, p. 85). Tais índices, diferentemente dos termos nominais, não reenviam a *conceitos*, mas a *indivíduos* cada vez únicos, engendrados de novo a cada enunciação.

Nos recortes transcritos, os dêiticos *aqui* e *lá* são acompanhados por movimentos corporais: primeiramente, o locutor-criança desloca-se até o guarda-roupa em que encontrou o batom da mãe e, em resposta à indagação desta acerca de onde pegou o objeto, enuncia “É aqui!”, apontando para o interior do móvel; em seguida, enuncia “Eu vô lá... no banheiro... lavá minha mão” enquanto se desloca pelo quarto em direção ao banheiro. Em ambos os recortes, vemos a criança constituindo a espacialidade ao tomar a sua localização, enquanto centro da instância de discurso, como ponto de referência.

Assim, a temporalidade e a espacialidade estão ambas submetidas à personalidade como eixo estruturante da enunciação. A exemplo da *pessoa*, o *tempo* e o *espaço* não são entidades plenas e permanentes na língua, mas, “emanando da enunciação, não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor” (BENVENISTE, 2006, p. 86). São signos vazios, preenchidos de sentido a cada inserção do discurso no mundo.

O locutor-criança inscreve-se na língua-discurso também por intermédio das modalidades frasais, duas das quais se destacam no fato enunciativo em análise: a asserção e a interrogação. A asserção presentifica-se de duas formas. A primeira forma vale-se de proposições afirmativas, como (9) “Purqu... Purquédicumê”, (10) “Não... a Amora cumeu...” e (11) “É”, asserções que comunicam certezas e revelam o engajamento do locutor em sua enunciação. A segunda forma lança mão de proposições

negativas, como (12) “Não”, (13) “Vô nããão” e (14) “Não... a Amora cumeu...”, asserções que negam sentidos endereçados ao locutor-criança pela mãe. Tanto na afirmação quanto na negação, vemos na asserção “a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 86), pois, ao asseverar – afirmando ou negando –, ele se engaja no discurso e convoca o alocutário a aderir às suas proposições.

Já a interrogação emerge, na fala da criança, em (15) “É dipassá?”, como réplica à asserção negativa da mãe: “Ele (o batom) não é dicumê”. Vemos nessa ocorrência a função da interrogação enquanto “enunciação construída para suscitar uma ‘resposta’, por um processo linguístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada” (BENVENISTE, 2006, p. 86). A dupla entrada da enunciação interrogativa está na necessidade do locutor de referir – perguntar para obter uma resposta – e na possibilidade do alocutário de co-referir – ser interrogado para responder e, ao fazê-lo, tornar-se locutor e produzir, ele próprio, referências no discurso.

De fato, essa inversibilidade enunciativa característica da interrogação fica clara na relação criança-outra que se constrói via turnos de fala pergunta-resposta no fato enunciativo analisado. Na sequência (16) “MÃE: A Amora cumeu? / MAR: É / MÃE: Quem foi qui deu pra Amora cumê? / MAR: Eu / MÃE: Então quem tem quificádicastigu? / MAR: A Amora”, embora seja o locutor-adulto quem toma a palavra para interrogar o outra, chama a atenção a facilidade com que o locutor-criança lida com as mudanças instantâneas no quadro figurativo da enunciação, retomando a palavra para responder à mãe tão logo esta finaliza a pergunta e silencia para lhe permitir enunciar novamente. É como se o locutor-criança percebesse a função interrogativa como uma ciranda enunciativa girando em torno de si ora como *eu*, ora como *tu*, e da mãe também ora como *eu*, ora como *tu*, em um processo solidário de referência/co-referência que se constitui a própria condição da enunciação.

Ambas, tanto a asserção quanto a interrogação, ilustram o papel do aparelho de funções de que se serve o locutor “para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário” (BENVENISTE, 2006, p. 86). São duas das três *funções inter-humanas do discurso*, as quais correspondem cada uma a uma atitude do locutor e se refletem nos seus três comportamentos fundamentais ao agir e falar sobre o interlocutor: “quer transmitir-lhe um elemento do conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem” (BENVENISTE, 2005, p. 139).

Os aspectos até aqui analisados recobrem a primeira alteridade constitutiva do dispositivo enunciativo de aquisição da linguagem (*eu-tu/ele*)-*ELE*: a alteridade do *tu*, o alocutário presente na instância do discurso. Mas e a alteridade do *ELE*, a cultura que, mesmo “ausente” na instância do discurso e irrepresentável na linearidade discursiva, é dela constitutiva? Dois recortes do fato enunciativo acima podem contribuir para uma análise da instância cultural no discurso de Mariana.

O recorte (17) “É dipassá?” carrega os rudimentos de uma *cultura estética*, que prescreve os usos que se pode fazer de produtos de embelezamento como o batom comido pelo locutor-criança, o qual, por estar imerso em um sistema cultural em que vigoram tais valores associados a cosméticos, imprime-os em seu discurso. É a enunciação reproduzindo a experiência e o acontecimento da experiência de um locutor que, embora jamais possa ter ouvido expressamente de alguém que batons “se passam” e não “se comem”, tem conhecimento dessa *prescrição cultural* por estar imerso em um ambiente em que adultos utilizam tais produtos da indústria da beleza.

No recorte (18) “Eu vô lá... no banheiro... lavá minha mão”, o locutor-criança traz em seu discurso interpretações de uma *cultura sanitária*, que interdita a manutenção, por um indivíduo, de sujeira em seu próprio corpo e dirige seu comportamento ao cumprimento desse *interditocultural*. “Banheiro” assume aqui um duplo estatuto simbólico: é um símbolo linguístico, porque pertencente ao repertório de formas da língua – ainda que com o apagamento da líquida intervocálica não-lateral [r]–, e é um símbolo cultural, porque visto como um espaço social relacionado à limpeza. É o locutor-criança apreendendo, com a língua, a cultura enquanto *norma e representação*. Mariana é já sujeito em sua língua materna.

### Conclusão

Realizada a análise enunciativa da fala da criança informante de nosso estudo, podemos retomar as questões que nos colocamos na introdução e ensaiar para elas uma resposta: *como língua e cultura relacionam-se no ato de aquisição da linguagem? E quais os efeitos dessa relação na constituição da criança como herdeira dos valores culturais de sua língua materna?*

Considerando, com Benveniste, que o elo entre homem, língua e cultura é o símbolo, defendemos que a cultura, a exemplo da língua, emprega símbolos particulares a certa sociedade e nos quais o homem precisa se instaurar para ter acesso à experiência

do outro e tornar a sua experiência também acessível a esse outro, de modo que a língua se encontra sempre no seio da sociedade e da cultura inerente a esta, interpretando-as. Nessa perspectiva, todo mecanismo cultural é um mecanismo simbólico, sendo o “fundamento de tudo” o “simbólico da língua como poder de significação” (BENVENISTE, 2006, p. 25), que age como “uma semântica que atravessa todos estes elementos de cultura e que os organiza” (BENVENISTE, 2006, p. 25).

O autor nomeia essa faculdade semântica *desemantismo social*, o qual afirma ser transversal tanto ao sistema linguístico quanto ao sistema cultural, sendo este interpretado por aquele. É por isso que o simbolismo da língua é a base da significação: a língua interpreta a cultura e, quando atualizada em discurso pelo locutor, carrega para o discurso tais interpretações: “Nada pode ser compreendido – é preciso se convencer disto – que não tenha sido reduzido à língua. [...] É graças a este poder de transmutação da experiência em signos e de redução categorial que a língua pode tomar como objeto qualquer ordem de dados” (BENVENISTE, 2006, p. 99). Em outras palavras, a cultura torna-se significante *na* e *pela* língua, cujas formas veiculam os valores socialmente partilhados. Depende do semantismo social o estabelecimento, pelo locutor-criança, das duas relações de alteridade que o constituem como sujeito de linguagem – com o outro (*tu*) e com a cultura (*ELE*).

Dessa relação da criança com o outro e com a cultura, oferecemos uma amostra na análise da fala de Mariana. No diálogo com os pais, a criança mobiliza diversos recursos linguísticos “para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário” (BENVENISTE, 2006, p. 86), dentre os quais se destacam a *interrogação* e a *asserção*, duas das três funções inter-humanas do discurso, utilizadas pelo locutor-criança para suscitar enunciações de retorno do alocutário-adulto. Além das funções interrogativa e assertiva, também as formas de *pessoa*, *espaço* e *tempo* revelam a intersubjetividade fundante da relação criança-outro e, portanto, condição tanto da comunicação linguística quanto da instauração da subjetividade na linguagem, uma vez que a criança ocupa um lugar de fala na estrutura enunciativa e propõe-se como *eu* apenas quando é convocada por *tu* ou convoca *tu* a enunciar.

O preenchimento desse lugar enunciativo, assim, possibilita a passagem de locutor a sujeito e a conversão da língua em discurso pela criança, no qual ela atualiza os valores da cultura em que está imersa. Tal atualização é feita por Mariana por meio de dois mecanismos simbólicos: a *prescrição* e a *interdição*. O primeiro mecanismo relaciona-se a ditames instituídos pela cultura a produtos estéticos, como o batom

comido pela criança em violação a uma norma social, o que motiva o seu diálogo com os pais. Já o segundo mecanismo diz respeito à proibição, também pela cultura, do “manter-se sujo”, estado em que se apresenta a menina após ingerir o cosmético, proibição esta que a leva ao banheiro enquanto *lócus* social vinculado à higiene.

Respondendo às nossas questões norteadoras, língua e cultura relacionam-se no ato de aquisição da linguagem a partir do princípio da intersubjetividade, constitutivo da apropriação pela criança tanto do sistema linguístico quanto do sistema cultural. Essa dupla apropriação revela ser a aquisição da linguagem não um processo instintivo nem uma faculdade natural, mas a instauração no mundo homem por meio da língua, com o conjunto de dados culturais que ela traduz. O principal efeito da relação língua-cultura na aquisição da linguagem é a constituição pela criança de duas alteridades, com o outro da alocação (*tu*) e com o *outro* da cultura (*ELE*), as quais lhe possibilitam se estabelecer como sujeito na dupla natureza, individual e social, de sua língua materna e assumir a linguagem como uma herança cultural.

## Referências

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 5ª edição. Campinas: Pontes Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral II*. 2ª edição. Campinas: Pontes Editores, 2006.

SCARPA, M. E. Aquisição da linguagem. In: BENTES, A. C.; MUSSALIN, F. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V. 2 São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, C. L. C. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. 1ª edição. Campinas: Pontes Editores, 2009.

SILVA, C. L. C.; KNACK, C.; JUCHEM, A. A linguagem e a experiência humana em sala de aula. *Letras & Letras*, v. 29, p. 1-18, 2013.

Vídeo “Maria come batom da mãe!” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NVHT39CNaj4&feature=youtu.be>. Acesso em: 16/06/2016.

## ATOS DE TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICOS, PERFORMATIVIDADE E CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES

Patrick Rezende<sup>1</sup>

### Resumo

Levando em conta a performatividade da linguagem (AUSTIN, [1964] 1998), o presente trabalho objetiva refletir sobre as relações entre os processos tradutórios e a constituição de identidades. Considerando os conceitos de tradução propostos por Jakobson ([1975] 2005), analisar-se-á uma pintura ameríndia realizada por Debret e duas ilustrações do livro *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden, como traduções de contextos histórico-ideológicos que estão intimamente relacionadas às constituições identitárias nacionais, atos tradutórios que exercem influências na memória e imaginário coletivo.

**Palavras-chave:** Tradução; Ato performativo; Identidade; Intersemiótico.

### Abstract

Considering the performativity of language (AUSTIN, [1964] 1998), this paper aims to reflect on the relations between the translation processes and the constitution of identities. Having in mind the translation concepts proposed by Jakobson ([1975] 2005), we will analyze an amerindian painting by Debret and two illustrations from Hans Staden's book, *Viagem ao Brasil*, as translations of historical-ideological contexts that are closely related to the constitution of national identities; translational acts that exert influences on the collective imaginary and memory.

**Keywords:** Translation; Performative utterance; Identity; Intersemiotic.

### Tradução: o que isto pode significar?

*Y la lengua, en pedazos, se niega a dar palabras.  
Sólo da gemidos, porque más no puede.*<sup>2</sup>  
Juan Mayorga

Quanto mais simples parece ser um conceito a priori, mais complexo ele se mostra quando se buscam traçar algumas possibilidades de definição. Definir, eis uma problemática que está intrinsecamente ligada à nossa tradição ocidental, fruto de um pensamento platônico-aristotélico.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos da Linguagem (Puc-Rio) e mestre em Estudos Linguísticos (UFES). Bolsista Capes. patrickrezende@hotmail.com

<sup>2</sup> “E a língua, em pedaços, se nega a dar palavras / Só dá gemidos, porque mais não pode”, trecho da peça de teatro de Juan Mayorga, inspirada na autobiografia – *O livro da vida* – de Santa Teresa D’Ávila.

Somos iniciados em um mundo já velho de infinitas histórias que vêm sendo estabelecidas, inventadas e (re) contadas. Entretanto, essa multiplicidade de narrativas vem sendo simplificada pela ilusória tentativa de uma história universal, ou melhor, tornar uma voz – masculina, branca, europeia, helênica – a única capaz de abranger e de ser aplicada a tudo. De tal modo, é preciso ter em mente que aquilo que foi dado como história universal é a forma como o Ocidente<sup>3</sup>, talvez iniciado com Parmênides, enxerga e descreve o mundo. O nosso desejo de definir, classificar e criar taxonomias parece fazer parte da herança grega transmitida no DNA desde os tempos socráticos.

De Sócrates e Platão a teóricos mais contemporâneos como Derrida e Foucault, a linguagem, em perspectivas muitas vezes antagônicas, tem sido um importante vetor nas reflexões filosóficas. Isso se explica talvez por ser ela o sistema básico com a qual explicamos o mundo, as coisas e nós mesmos. A própria tentativa de escape da linguagem, ou seja, de pensar sobre uma constituição que a anteceda ou a suplante, acaba se dando por ela própria. Se retomarmos sucintamente à Grécia antiga é possível mapear três principais formas como a filosofia entende a linguagem: realista, mentalista e pragmática. No primeiro caso, a linguagem é vista como artefato, como ferramenta com a qual somos capazes de identificar parcelas da realidade; no segundo, é entendida como representação de acontecimentos mentais compartilhados entre falantes e ouvintes; no último caso, é tomada, utilizada ou vivenciada de maneira dêitica, no *continuum* das formas e costumes de uma determinada comunidade linguística, levando sempre em consideração seus processos históricos e culturais<sup>4</sup>.

Essa nossa obsessão ocidental por definições está ligada às concepções de linguagem que se aproximam da realista e mentalista, que acabaram por se tornar a perspectiva hegemônica na história do Ocidente. Ainda que em muitos aspectos divergentes, Platão e Aristóteles buscaram oferecer um entendimento de linguagem no qual as línguas humanas pudessem ser entendidas a partir de uma base estável que possibilitasse ao homem articular seu pensamento de forma racional. Não faz parte do

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, o “Ocidente” não se refere exclusivamente à questão geográfica, mas ao constructo que pode ser relacionado tanto às sociedades quanto às práticas dominantes, opressoras e normatizantes. É importante entender o “Ocidente” como uma criação discursiva que objetiva (re) afirmar: uma identidade homogênea; a superioridade em relação à alteridade; divisões simplistas, geralmente binárias, que são utilizadas como justificativas para práticas interventoras. Para maior aprofundamento, conferir Stuart Hall (1996) e seus conceitos de *West* (Ocidente) e *Rest* (Resto).

<sup>4</sup> Para maior aprofundamento na questão, verificar o artigo “Três caminhos na filosofia da linguagem” de Helena Martins em *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, 5ª edição, São Paulo, Cortez, 2011.



escopo deste trabalho destrinchar a questão da linguagem no pensamento de ambos os filósofos, desse modo, de forma sintética, a perspectiva platônico-aristotélica que relaciona linguagem, pensamento e realidade enxerga nas palavras a imagem das coisas no mundo. Em *Crátilo*<sup>5</sup>, Platão nos conduz à ideia de que as palavras são criadas em um processo de correspondência com a realidade. Tendo Sócrates como figura chave desse diálogo, somos induzidos a perceber que as coisas são, por elas próprias, entidades fixas que não dependem de nós. Ou seja, não somos capazes de modificar nada, as coisas existem por elas mesmas, conforme sua natureza. Os enunciados são encarnados, descrevendo o real ou o estado das coisas. Na obra, Sócrates louva Crátilo por dizer que os nomes correspondem às suas respectivas essências, não sendo qualquer um que tem o poder de nomear. Os próprios nomes são, para ele, representações de nomes ideais, os quais representariam com perfeição, cada qual, a forma ideal que designa, só visíveis pelos legisladores. Descartando-se, assim, o posicionamento protagoriano que dizia ser o “homem a medida de tudo o que há” (386a). De tal modo, pela perspectiva platônica, as coisas não podem ser nomeadas a partir do desejo, imaginação ou opinião de qualquer um.

Ainda que se afaste de Platão em muitos pontos em seu pensamento, Aristóteles se posiciona também contrário à uma concepção de linguagem de viés mais pragmático. Ambos defendem a ideia de que há uma entidade extralinguística que estaria relacionada, de forma estável, aos objetos do “mundo real”. Podemos retomar uma importante passagem de *De interpretatione* (1, 16a5) que diz:

Há os sons pronunciados que são símbolos das afecções na alma, e as coisas que se escrevem que são os símbolos dos sons pronunciados. E, para comparar, nem a escrita é a mesma para todos, nem os sons pronunciados são os mesmos, embora sejam as afecções da alma – das quais esses são os sinais primeiros – idênticas para todos, e também são precisamente idênticos os objetos de que essas afecções são as imagens.

A partir do trecho citado, pode-se entender que, para Aristóteles, por mais que cada indivíduo ou comunidade dê diferentes nomes para uma “mesma coisa”, as afecções da alma são iguais para todos. Em outras palavras, por mais que os lusófonos usem “queijo”, os francófonos “*fromage*”, os anglófonos “*cheese*”, e assim por diante, todos seriam remetidos ao “mesmo conceito”, como se as coisas fossem *entidades* com

---

<sup>5</sup> *Diálogo*, escrito por Platão que tem como personagens Sócrates, Crátilo e Hermógenes. Tida como a obra mais remota sobre linguagem, o diálogo apresenta uma discussão onde duas concepções opostas sobre a questão da correção dos nomes. De um lado, a linguagem entendida como convenção, do outro, uma concepção que enxerga em cada palavra uma essência.

um armário abarrotado de roupas que seriam vestidas de acordo com a comunidade falante, ou seja, o “interior” continuaria o mesmo por mais que o “externo” mudasse. A partir dessa visão, Aristóteles parece se direcionar para uma concepção de linguagem como reflexo da organização interna do pensamento humano, concebendo-a como instrumento para nomear conceitos já existentes. Portanto, para tal lógica, os nomes designam coisas específicas – de pedras e árvores às noções e categorias mais abstratas – que seriam iguais para todos.

Essa forma de conceber a linguagem se tornou o que chamamos de senso comum e acabou por desconsiderar “a possibilidade de ganhar espaço qualquer compreensão segundo a qual a linguagem pudesse representar não uma ordem única e objetiva, mas antes diferentes realidades subjetivas” (MARTINS, 2011, p. 464).

Essa brevíssima digressão na história da filosofia da linguagem – que desconsidera os pré-socráticos e sofistas, mas que tenta se estabelecer como hegemônica – proposta no presente trabalho é uma tentativa de tornar mais clara a paradoxal situação em que nos encontramos: o desejo pela definição, mas a sua dificuldade. O anseio por uma significação estável, que nos diga o que algo *é*, está intimamente relacionado ao supracitado, à ideia de linguagem como uma listagem para nomear as coisas no mundo, onde cada palavra se encaixa perfeitamente em determinada coisa. Somos ensinados desde que nascemos a formular perguntas, como “o que é isto?” ou “o que isto significa?”, esperando obter respostas claras, bem delineadas e preferencialmente concisas. Ao mesmo tempo, esbarramos na dificuldade de dizer o que as coisas denotam ou na impossibilidade de condensar infinitas acepções. De tal forma, tem-se uma sensação de que nos venderam uma ideia de linguagem que não se realiza para todos, que fica longe desse suposto imaginário ocidental.

Mas, afinal, o que isto tem a ver com tradução? Os processos tradutórios estão relacionados à questão da significação, ou seja, para entender o que é tido como tradução em cada época e comunidade é preciso perceber como a linguagem é concebida. Por estarmos imersos em um mundo herdeiro de uma lógica platônico-aristotélica, há um senso comum sobre tradução que é facilmente verificável por qualquer interessado no tema, basta perguntarmos a cinco indivíduos leigos sobre o que eles entendem como tradução e a resposta, possivelmente, não estará muito longe do que podemos sugerir como senso comum: a ideia da transferência do que foi dito em uma determinada língua para o “idêntico” – *palavra-por-palavra* e *sentido-por-sentido* – em qualquer outra.

Essa concepção de tradução que a enxerga como uma atividade quase mecânica está relacionada ao fato de que ainda persiste a compreensão de que as palavras designam algo fixo. Traduzir seria como trocar a roupa das ideias, assim, por essa lógica, qualquer pessoa que tenha o domínio de ao menos dois idiomas conseguirá fácil e rapidamente verter a mensagem de uma língua para outra. Tem-se, então, a crença na possibilidade da fidelidade total ao texto original, bem como sua neutralidade. Esse tradutor seria capaz de reproduzir mimeticamente na língua alvo aquilo produzido na de partida.

Entretanto, qualquer pessoa que se deparar com a situação de ter que traduzir uma sentença, por mais simples que ela seja morfossintaticamente, será capaz de perceber que há sempre mais de uma possibilidade de transpor aquela suposta mensagem e que inúmeras vezes uma tradução *palavra-por-palavra*<sup>6</sup> não será possível. Tal reflexão já é encontrada desde os antigos romanos que questionavam até que ponto uma tradução poderia se aproximar da ideia de literalidade total. Cícero (século I A.C.), tradutor, sobretudo, de textos filosóficos, demonstrava clara preferência pela tradução livre, apontando que buscava traduzir do grego para o latim não como intérprete, mas como orador.

Traduzir como um “intérprete” significava realizar uma tradução palavra por palavra, glosar cada item de forma literal. O trabalho do retórico, no entanto, era utilizar-se da matéria deixada pelo gramático e, a partir daí, criar um modelo romano que, mais do que simplesmente imitar seu original, pretendia suplantá-lo (DEPAULA, 2011, p. 33).

Séculos mais tarde, São Jerônimo (395 D.C.), responsável pela tradução da bíblia para o latim, também demonstrou apreço pela tradução menos literal, preocupando-se mais com o suposto conteúdo do que com pormenores da forma.

Eu não tenho uma palavra comparável na minha língua com a qual expressá-la, e na busca de satisfazer o significado, eu tomo um longo caminho para mal cobrir o espaço de algumas palavras. Unidos nesta dificuldade estão os meandros dos hipérbatos, as dessemelhanças gramaticais, as variedades de figuras retóricas e, finalmente, o traço vernacular, para chamar assim, da língua: se traduzo [*interpretor*] palavra por palavra, torna-se absurdo; se, por necessidade, modifico algo na construção ou estilo, parecerá que abandonei a

---

<sup>6</sup> Procedimento tradutório no qual um segmento textual é expresso na tradução com a mesma organização sintática, utilizando-se de palavras cujo sentido semântico seja *idêntico* às usadas no texto de partida. (cf. Barbosa, 2004).

tarefa do tradutor [*interpretis*]. (SÃO JERÔNIMO, 2012, p. 24, tradução nossa do inglês)<sup>7</sup>

Em uma época na qual os cleros da igreja católica defendiam uma literalidade extrema, servidão máxima ao texto bíblico ou religioso – tido como sagrado – São Jerônimo, percebendo a impossibilidade de uma tradução palavra-por-palavra, defende que se mantenha o sentido em detrimento das formas. Entretanto, como para muitos outros tradutores, essa necessidade de abrir mão de uma literalidade cristalina é uma situação que lhe aflige.

A conflitante situação entre literalidade e liberdade é reflexo dessa concepção de língua monossêmica, em que se acredita haver em um texto uma única acepção aceitável – tida como verdadeira – e conseqüentemente possível de ser integralmente transferida para outra língua. Assim, torna-se também mister (re)pensar o que entendemos como tradução e refletir sobre até que ponto a tradicional concepção do processo tradutório – transferência mimética de supostos significados estáveis entre línguas – enfraquece ou mesmo retira, teoricamente, a sua potencialidade. Rosemary Arrojo (2007), no seu imperativo livro *Oficina de tradução: a teoria na prática*, avalia que esse entendimento da tradução como transporte de significados é uma evidência de que se acredita ser o texto “um objeto estável, ‘transportável’, de contornos absolutamente claros, cujo conteúdo podemos classificar completa e objetivamente” (p.12). A autora, cruzando a metáfora do trem proposta por Nida<sup>8</sup>, acrescenta que: “afinal, se as palavras de uma sentença são como carga contida em vagões, é perfeitamente possível determinarmos e controlarmos todo o seu conteúdo e até garantirmos que seja transposto na íntegra para outro conjunto de vagões” (p.12). Concluindo a lógica que a tradição fixa à tradução, Arrojo reflete que

[...]se compararmos o tradutor ao encarregado do transporte dessa carga, assumiremos que sua função, meramente mecânica, se restringe a garantir

<sup>7</sup> Trecho da carta de São Jerônimo a Pamáquio traduzida para o inglês por Kathleen Davis: “*I do not have a comparable word in my language with which to express it, and in seeking to satisfy the meaning, I take a long way around to cover barely the space of a few words. Joined to this difficulty are the twists of hyperbaton, the differences in grammatical cases, the varieties of rhetorical figures and, finally, what I might call the peculiar native character of the language: if I translate [interpretor] word by word, it sounds absurd; if out of necessity I alter something in the order or diction, I will seem to have abandoned the task of a translator [interpretis].*”

<sup>8</sup> Apesar de ter uma visão mais ampla de tradução, Eugene Nida (1975) ainda é considerado por muitos estudiosos da área como tradicional por considerar a tradução como um mecanismo de transferência no qual o tradutor deve buscar símbolos equivalentes entre as línguas A e B. Nida faz uma analogia ao comparar o transporte de carga por vagões de trem com a tradução, onde as cargas seriam os significados, os vagões, por sua vez, seriam as palavras e os trens, finalmente, seriam as línguas. Para Nida, o importante na tradução, assim como no transporte de cargas, é que todo o material textual presente em uma língua chegue ao seu destino final, no caso, outra língua.

que a carga chegue intacta ao seu destino. Assim, o tradutor traduz, isto é, transporta a carga de significados, mas não deve interferir nela, não deve “interpretá-la” (p. 12-13).

Ao ilustrar essa visão de tradução tida como tradicional, Arrojo está denunciando essa forma de enxergar a linguagem como universalista, que escamoteia sua arbitrariedade e desconsidera o contexto. (Re) pensar a tradução está relacionado com abandonar essa vontade de perguntar “o que é?” e estimar opções como “o que isto pode significar?”. A própria palavra “tradução” em seu sentido dicionarizado é polissêmica já que pode denotar a ‘obra traduzida’, a faculdade de exercer ‘o traduzir’, o processo do ato tradutório ou a própria disciplina.

Consequentemente, o conceito de tradução também vem sendo repensado e expandido paulatinamente por tradutores, filósofos e teóricos, tanto da linguística quanto da literatura, como Roman Jakobson e Otávio Paz.

No prestigiado ensaio *Aspectos Linguísticos da Tradução*, publicado pela primeira vez em 1959, Jakobson descreve que há três modos de interpretar um signo verbal: intralingual, interlingual e intersemiótico. Assim, o linguista propõe a seguinte divisão:

- 1) A tradução intralingual ou *reformulação (rewording)* consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua.
- 2) A tradução interlingual ou *tradução propriamente dita* consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua.
- 3) A tradução inter-semiótica ou *transmutação* consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistema de signos não-verbais (2005, p.64-65).

Jakobson, assim, não enxerga na tradução apenas a ideia da substituição do material textual de uma língua para o equivalente na outra (Cf. Catford, 1980), mas propõe outras formas de significação pela ótica dos processos tradutórios.

Octavio Paz (1990), em um gesto ainda mais audacioso, sugere no já clássico ensaio *Literatura y Literalidad* que:

aprender a falar é aprender a traduzir; quando uma criança pergunta a sua mãe o significado desta ou daquela palavra, o que realmente pede é que traduza para a sua linguagem a palavra desconhecida. A tradução dentro de uma língua não é nesse sentido, essencialmente diferente da tradução entre duas línguas, e a história de todos os povos repete a experiência infantil [...] (Ibid. p.510, tradução nossa do espanhol<sup>9</sup>).

---

<sup>9</sup> Original em espanhol do trecho: “Aprender a hablar es aprender a traducir; cuando el niño pregunta a su madre por el significado de esta o aquella palabra, lo que realmente le pide es que traduzca a su lenguaje el término desconocido. La traducción dentro de una lengua no es, en este sentido, esencialmente distinta a la traducción entre dos lenguas, y la historia de todos los pueblos repite la experiencia infantil [...]”

Paz dá ao ato de traduzir um *status* tão importante quanto a própria fala, pois é graças à tradução que somos capazes de compreender o que está a nossa própria volta. Em termos derridianos, poderíamos dizer que somos todos mediadores, logo, tradutores (DERRIDA, 1995). Tal visão corrobora com a ideia de que tudo está intercedido por processos tradutórios, sendo a própria constituição do mundo “traduções de tradução de traduções. Cada texto é único e, simultaneamente, é a tradução de outro texto” (PAZ, 1990, p.10).

Considerando o supracitado, este trabalho valoriza a ideia de tradução como processo de significação imerso em uma contínua rede discursiva polifônica que nos conduz a selecionar não apenas palavras, mas formas de significação e constituição da própria subjetividade, considerando toda a sobre-determinação na qual estamos imersos.

Vale ressaltar, entretanto, que ampliar o conceito tradução não significa desconsiderar as diversas formas de (re) escritas, ou, tampouco, abandonar as diferentes nuances que há entre adaptação, paródia, paráfrase, versão etc., e sim, possibilitar que outras formas discursivas sejam refletidas, analisadas e estudadas a partir das óticas dos processos tradutórios.

Entendendo texto a partir de seu sentido *lato*, ou seja, qualquer tipo de produção – independente de qual seja a mediação semiótica – que manifeste a textualidade do ser humano (FAVEIRO & KOCH, 2009), bem como suas intenções e desejos, é possível perceber que os processos que cruzam a tradução *propriamente dita* podem ser transpostos para outras produções discursivas. Indubitavelmente, não se deseja com isso, por exemplo, que uma pintura deixe de ser chamada como tal e comece a ser referida como “tradução”. Entretanto, tomar tal expressão artística como uma forma também de traduzir nos possibilita entender que a tradução é um processo de mediação que não está restrito apenas à letra, mas envolto em diversas formas de significação: multimidiáticas e multimodais.

Novamente, cabe ressaltar que a ampliação do conceito de tradução aqui discutida não deve ser entendida como um vale-tudo, no qual qualquer coisa levará o rótulo de tradução e será vendida como tal. Ainda, não se deseja desqualificar o tradutor profissional – já tão silenciado – nem desconsiderar que haja alguns parâmetros – estabelecidos social, cultural e economicamente – que dão mínimos contornos ao que se historicamente chama de tradução.

A tentativa de propor maior plasticidade ao traduzir pode ser pautar no desejo de

[...] substituir a noção de tradução pela de transformação: uma transformação regulada de uma língua para outra, de um texto por outro. Não se tratou, nem, na verdade, nunca se tratou de alguma espécie de “transporte”, de uma língua a outro, ou no interior de uma única e mesma língua, de significados puros que o instrumento – ou o “veículo” – significante deixaria virgem e intocado (DERRIDA, 1972/2001, p. 26).

No trecho, Derrida se refere à tradução interlingual, mas pode-se transpor tal ideia à tradução entendida *lato sensu*. Ao propor a tradução como uma *transformação regulada*, Derrida rompe com a noção do traduzir como transporte e defende que toda tradução promove alterações, mudanças e variações, tornando a produção de partida diferente do que era, mas é importante entender que esta conversão não é à revelia, e sim sobredeterminada, dentro de certos limites, que não são fixos, mas possuem uma mínima estabilidade que possibilita que algo seja apresentado e aceito como tradução por determinado grupo, sempre localizados social, cultural, econômica e historicamente.

Desta forma, há diferentes tipos de “transformações reguladas” – traduções – que não invalidam o que é entendido, nos termos jakobsonianos, como tradução interlingual, e que, tampouco, conduzem a tradução a um pandemônio babélico. Entretanto, são os contextos nos quais tais produções estão inseridas que lhes possibilitam serem entendidas como traduções.

Quando uma editora, por exemplo, pede a um tradutor que traduza determinada obra literária, ela, possivelmente, não espera – a não ser que tenha especificado – que ele lhe forneça, como trabalho final, uma música ou um quadro que tenha sido produzido a partir de sua leitura da obra. O que é possivelmente aguardada pela editora é a entrega da obra em outra língua, com as modificações implicadas no ato de traduzir, mas no mesmo sistema semiótico. Se uma partitura, entretanto, fosse apresentada no lugar de um livro, o trabalho possivelmente não seria aceito, afinal, no determinado contexto, tal *transformação* não estaria dentro da *regulação* estipulada entre editora e tradutor.

Tal questão exposta não impede, a princípio, que consideremos Guernica, o gigantesco painel de Picasso, uma tradução, por exemplo. A obra prima do artista espanhol foi concebida a partir das impressões causadas no pintor pelas fotos que retratam os resultados do intenso bombardeio que sofreu a cidade, homônima à obra, durante a Guerra Civil Espanhola. Utilizando-se da justaposição de imagens e unindo diversos elementos em cores sob o mesmo tom, Picasso pinta os horrores do episódio, representando em seu painel os animais, as construções e o povo atingidos.

Não há dúvidas de que o trabalho do espanhol é tido, antes de tudo, como uma pintura, mas também caberia pensá-lo como uma tradução. Possibilidade essa se considerarmos que Picasso *transforma* as imagens em pintura, transformação que está *regulada* ao estilo cubista e, assim, traduz imagens fotográficas em imagens pintadas com tinta.

Assim, ao visitar o museu Reina Sofia, onde a obra se encontra, o visitante não se deparará com uma legenda ao lado da obra apresentando-a como uma tradução de Picasso, o que não pareceria muito apropriado se assim o estivesse. Entretanto, é possível percebermos que tal pintura não apenas transforma fatos reais em arte, mas traduz a história. Assim como um livro traduzido possibilita inúmeros leitores terem acesso à determinada informação, que não seria possível se estivesse apenas em uma língua, o painel de Picasso permite aos observadores conhecerem, reviverem ou sentirem os horrores daquele fato histórico. De forma semelhante ao tradutor, que (re) conta uma história utilizando-se de outras palavras, o pintor se vale de outras imagens para levar ao outro suas intenções.

Como supracitado, não parece haver razões para propor um apagamento das diferentes formas de (re) escrita entrelaçadas à palavra tradução, mas perceber que são sempre reguladas pelo contexto em que estão inseridas.

As práticas tradutórias – independente de serem interlinguais, intralinguais ou intersemióticas – reforçam a noção de que não devemos nos perguntar o que as coisas significam, mas o que elas podem e pretendem significar. E, sobretudo, perceber que, ao traduzir, seja através de um poema, de uma carta, de uma pintura ou até mesmo de um sonho, age-se (in)conscientemente sobre si mesmo, sobre o outro e sobre a conjuntura na qual estamos inseridos.

### **Do descritivo ao performativo: a tradução como ato**

Publicada postumamente em 1962, *How to do things with words* apresenta talvez a principal tese de John L. Austin (1911-1960): a linguagem como forma de ação, e não representação de uma suposta realidade. O filósofo contraria assim toda uma tradição que delimitava à linguagem a função descritiva, na qual a produção verbal é um artefato que apenas descreve o estado de determinadas coisas, portanto, sendo possível de classificar qualquer sentença em verdadeira ou falsa.



Para Austin, determinadas asserções na verdade não descrevem ou constata nada, mas realizam ações. Por exemplo, quando um juiz profere a frase “eu vos declaro casados”, as suas palavras não estão descrevendo a situação, mas agindo, neste caso casando duas pessoas. Assim, como no exemplo, fazemos inúmeras ações por meio das palavras: juramos, ordenamos, pedimos, apostamos etc. Austin irá chamar esses enunciados, que diferem dos constativos, de performativos, nome proveniente do “verbo inglês *to perform*, verbo correlato ao substantivo ‘ação’, e indica que ao se emitir o proferimento está – se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo” (Ibid.,1990, p. 25).

Assim, teríamos os enunciados constativos, que descrevem algo, podendo ser verificados quanto à sua veracidade ou falsidade, e os enunciados performativos, que não podem ser considerados verdadeiros ou falsos, mas analisados quanto às condições de sucesso, ou seja, se algo foi realizado a partir daquele pronunciamento. Posteriormente a esta divisão, Austin irá reformular sua tese e concluir que, na verdade, todos os enunciados são performativos, pois, no momento em que são emitidos, sempre efetuam algum tipo de ação.

Considerando essa reformulação, o filósofo identifica que em cada enunciado há três atos ocorrendo simultaneamente: o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário. Ou seja, ao se enunciar a sentença “eu vos declaro casados”, há a produção dos elementos linguísticos que formam a frase, é o ato de dizer a frase. É o tratado por Austin como locucionário. Concomitantemente, há a realização do ato executado na frase, no exemplo, o ato ilocucionário é a realização do casamento na linguagem. O perlocucionário, por sua vez, é o efeito daquele ato sobre outras pessoas através da locução. No caso da situação acima, é o resultado de os envolvidos se assumirem como casados, neste caso, o ato se dá pela linguagem (cf. Ibid., p. 95).

Ao esmiuçar a questão da performatividade, Austin nos leva a perceber que a linguagem provoca efeitos sobre os quais inúmeras vezes não estamos conscientes. Mesmo quando acreditamos usar a linguagem para descrever uma situação, estamos produzindo minimamente uma crença sobre aquilo.

Por exemplo, a sentença “indígenas são preguiçosos” poderia ser entendida como meramente descritiva, todavia, a repetição de tal afirmação pode vir a produzir “de fato” aquilo que seria visto como uma descrição. Em outras palavras, o que Austin nos aponta é que pela linguagem ser sobretudo performativa, a repetição contínua e exaustiva de uma enunciação é capaz de romper as barreiras linguísticas e materializar enunciações. (REZENDE; DEPAULA, 2015, p. 328-329).

Ao tomarmos a tradução como um modo de produção, emissão, recepção e organização de diversos sistemas de sinais de comunicação, seja entre indivíduos, entre ele(s) e seu(s) meio(s) ou entre coletividades, estamos assumindo que fazemos coisas por meio dela. Com isso, ao levarmos a performatividade austiniana para a tradução, percebemos as forças que estão imbuídas nesse processo de significação.

Traduzir requer um complexo movimento de escolher o que levar adiante, escolhas estas que são sempre sobredeterminadas por uma pluralidade de fatores que possibilitam inúmeras interpretações. Pensar a tradução em sua dimensão performativa talvez seja uma forma não apenas de ampliar o que se entende desse processo, mas reposicioná-lo, assim, abdicando daquela visão tradicional que entende o traduzir como atividade automática, passiva e de reprodução de significados estáticos que esperam apenas a modificação de sua forma. Assumir a performatividade da tradução é percebê-la em um contínuo devir: ganhando novos significados a partir dos contextos, entendidos não como entidades estáveis, mas como complexos rizomas de significação. Em outras palavras, o ato de tradução performativo ganha novos significados a cada conjuntura que é simultaneamente única e polifônica.

### **Quando a tradução também constitui identidades: atos de tradução intersemióticos**

Eni Orlandi (2008) nos lembra de que são muitas as formas de colonização que acabam não entrando sob a chancela de tal termo. Entre elas, certamente poderíamos pensar a tradução, ferramenta utilizada para a difusão não apenas de ideias, mas da própria linguagem, bem como responsável pela (re) apropriação da história.

A tradição ocidental não apenas se valeu da tradução para impor sua língua e cultura, mas também para fixar características identitárias de determinados grupos sociais e culturais que acabaram por absorver tais percepções alheias sobre eles próprios, as quais, inúmeras vezes, não passaram de tradições inventadas (HOBSBAWM, 2002).

Relacionando a questão à performatividade da linguagem, logo, aos atos de tradução, cabe trazer a problemática do processo de colonização da América pensada a partir de Walter Mignolo (1993). O autor descreve que a Europa, dominando bem as práticas discursivas, transformou um continente não apenas já densamente povoado, mas com uma ampla e complexa história, em um novo continente à espera da

generosidade europeia para domá-lo e produzir sua história. Isso está relacionado com o que Orlandi marca como

o princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político. Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao “espírito” de colônia são os que nos negam historicidade e nos apontam como seres-culturais (singulares), a-históricos (Ibid., 2008, p.19).

A partir de tais reflexões, nos cabe perceber que a discursividade, e sendo a tradução uma forma de discurso, assume uma materialidade que é capaz de decidir quem tem o poder de dizer – de produzir o discurso – e quem deve ser silenciado. De tal modo, isso impossibilita que certos grupos produzam seus próprios discursos, forçando-os a levarem para si os efeitos discursivos impostos pelo outro.

Nesse embate forte: de um lado, os europeus procuram absorver as diferenças, projetando-os como cópias em seus imaginários, cópias malfeitas a serem passadas a limpo; enquanto, do outro, assumindo a condição de simulacro – imagens rebeldes e avessas a qualquer representação – os brasileiros às vezes aderem, às vezes não, ao discurso das cópias (Ibid., 2008, p. 27).

De tal modo, a tradução – não entendida apenas de maneira estrita, mas *lato sensu* – está atrelada ao supracitado, pois no processo de traduzir o outro, as metrópoles ocidentais não apenas selecionam, como também manipulam os discursos a partir dos seus desejo coloniais.

Ao silenciar o outro e se encarregar de traduzi-lo para as gerações contemporâneas e futuras, o Ocidente colonial promove identidades estereotipadas e repete tais construções discursivas e imagéticas à exaustão de modo que, como supracitado por Orlandi, o próprio indivíduo submetido à subalternização acaba por incorporar tais concepções ao seu próprio discurso.

O discurso do dominador acaba por prevalecer e, nesses conflitos, o colonizado “perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional” (BHABHA, 2010, p. 59).

Trazendo tais reflexões para os processos coloniais das Américas, é preciso realçar que comunidades indígenas tiveram seus direitos à representação, tanto de si quanto dos invasores, desconsiderados. Vale lembrar que o próprio nome, bem como a unicidade do “novo continente”, não passa de invenções europeias. Toda a historicidade já presente em todos os territórios invadidos pelos europeus foi silenciada e sobre ela foi escrita uma história genesíaca a partir da perspectiva ocidental, o que nos leva a lembrar que a história das Américas é basicamente a história europeia sobre as Américas, já que

não foi dada aos habitantes dessas terras que aqui já se encontravam a possibilidade de constituírem suas próprias discursividades.

Ao escrever e contar a história, a visão eurocêntrica buscou afirmar e garantir a implantação de processos de dominação colonial produzindo discursos sobre as comunidades indígenas que impactaram as formas de identificação e constituição dessas sociedades. Indígenas foram descritos como preguiçosos, incapazes, débeis, selvagens, bárbaros, entre muitos outros adjetivos que buscavam justificar as tentativas de escraviza-los ou cristianizá-los (REZENDE & DEPAULA, 2015, p. 330).

Com o intuito de ilustrar tais relações, tomamos dois exemplos que expõem como a construção da identidade de um povo está intimamente relacionada à questão da tradução, sendo os dois casos focados na tradução intersemiótica. Um dos focos é tentar mostrar como tais produções discursivas serviram para a criação de um imaginário que persiste, principalmente nas sociedades ocidentais, até os dias atuais e que, até certo ponto, também faz parte da discursividade das comunidades locais.

O primeiro ato de tradução intersemiótico consiste nas ilustrações presentes no livro *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden. Publicado primeiramente em Marburgo em 1557, sob o título de *História Verdadeira e Descrição de uma Terra de Selvagens, Nus e Cruéis Comedores de Seres Humanos, Situada no Novo Mundo da América, Desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas Terras de Hessen até os Dois Últimos Anos, Visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a Conheceu por Experiência Própria e agora a Traz a Público com essa Impressão*, trata-se de um relato que abrange as duas viagens de Staden ao Brasil, posteriormente traduzido para diversas línguas como o flamengo, latim e o francês. Apesar de se tratar do primeiro livro publicado sobre o Brasil, é só em 1892 que uma edição em língua portuguesa será publicada.

O relato descreve a partir da visão de Staden os primeiros anos de invasão portuguesa e descreve colonos, corsários e indígenas. Entretanto, o que interessa ao presente trabalho são as xilogravuras, realizadas pelo próprio Staden, encontradas na obra. É importante mencionar que as ilustrações aqui consideradas e reproduzidas foram retiradas da versão brasileira da Academia Brasileira de Letras.

Sinteticamente, pode-se notar que as figuras traduzem intersemioticamente não apenas o relatado pelo autor, mas de forma ampla podem ser entendidas como traduções desse “mundo novo” aos europeus, tendo inúmeras gravuras representando os habitantes nativos do Brasil não apenas de maneira exótica, mas, sobretudo, como selvagens. É realmente possível que, para um leitor europeu no século XVI, as descrições de um ato

de canibalismo fossem tidas como um ato animalesco, mas o curioso das xilogravuras é que elas parecem ter grande influência do pensamento europeu medieval. É possível notar nas figuras abaixo, por exemplo, que o ato canibal representado no livro de Staden se aproxima em muito às representações de bruxaria e satanismo que dominaram a Europa do século V ao XV.



Figura 1. *Assando um prisioneiro*, 1557. In: STADEN, HANS. Viagem ao Brasil. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1988.

Figura 2. Impresso por Nicolas Le Rouge. *Le grant kalendrier des Bergiers*. Troyes, 1496. Disponível em: < <http://www.godecookery.com/macabre/gallery4/macbr99.htm> >. Acesso em: 24 de dezembro 2015.

Staden, a todo instante, se refere aos indígenas, principalmente aos tupinambás, como selvagens. Vale marcar que, segundo seus relatos, ele foi feito prisioneiro por meses, sabendo que a intenção dos indígenas era devorá-lo, até ser libertado por corsários franceses.



Figura 3. *Sem título*, 1557. In: STADEN, HANS. Viagem ao Brasil. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1988.

As ilustrações presentes em *Viagem ao Brasil* não apenas representam os indígenas de forma animalizada, criaturas que comem carne humana, mas o caráter antropofágico expresso pela xilografia parece traduzir um desejo de chocar a sociedade europeia ao apresentar o indígena destituído dos valores cristãos e, assim, causar estranhamento ao oferecer uma imagem do nativo como não civilizado.

Quase três séculos após as xilografias expostas no livro *Viagem ao Brasil*, o pintor francês Jean-Baptiste Debret embarcou para o Brasil – onde morou por 15 anos – e encontrou um Brasil já bem diferente do conhecido por Staden, como é possível enxergar em suas obras. Todavia, ainda é possível se deparar com a imagem do indígena retratado de maneira exótica e primitiva.



Figura 4. *Família de Chefe Camacan*. Jean-Baptiste Debret, 1834. Disponível em: < <http://www.incinerrante.com/antropofagia/#axzz3yCLjng4d> >. Acesso em: 24 de dezembro 2015.

Debret explora a exotividade ao traduzir para suas telas a suposta exuberância dos indígenas e da natureza das terras brasileiras, mas inclinando-se ao romantismo europeu. Na pintura acima, Debret parece transpor o classicismo helênico para os trópicos, incorporando aos autóctones traços que compõem o paradigma da beleza ocidental. O indígena principal da obra é forte, esbelto, altivo e há certa exuberância nos seus adornos, seu posicionamento é central e lhe confere ar de autoridade em relação aos demais, elementos que remontam à Antiguidade.

Contudo, é importante ressaltar que tanto o cenário quanto a indumentária implicam o primitivismo constantemente associado aos indígenas. Ainda que apresentado de maneira distinta das ilustrações expostas por Staden, Debret representa o nativo como um selvagem, não no sentido bárbaro ou arisco, mas na concepção de adverso à suposta sociedade “civilizada”, parte de uma natureza “primitiva”. Traços que talvez sejam reflexos do imaginário trazido da Europa, influenciado pelas ideias rousseauianas de o “bom selvagem”, muito populares à época.

Em ambas as situações apresentadas, os indígenas são traduzidos a partir do olhar ocidental. Tanto as ilustrações apresentadas por Staden quanto a pintura de Debret fazem parte do inventário que é constituído graças ao silenciamento que foi imposto pelos invasores aos povos autóctones, destituindo-lhes a possibilidade de traduzir a história para si e por si próprios.

Tais imagens podem ser entendidas como atos tradutórios na medida em que, assim como em uma tradução interlingual, há um processo de: selecionar o que levar adiante; de escolhas e transformações sempre reguladas a partir dos anseios de um determinado grupo; há processos e produtos finais; há (re) criações e há a possibilidade de serem retraduzidas, além de estarem relacionadas ao acesso de determinada informação, antes limitada, por um certo grupo. A questão de se tratarem de atos intersemióticos se deve ao fato de se tratarem de produções que levam em consideração mais de uma semiose – sistema de signos –, ou seja, de um meio para outro. No caso de Staden, majoritariamente do relato de viagem para a xilogravura, e no de Debret, de sua vivência, de suas experiências, de toda a produção discursiva já existente sobre o Brasil para a arte plástica.

A contínua reprodução de tais formas de traduzir os povos indígenas acabou por transformá-los ou em bárbaros ou em seres primitivos exóticos, geralmente objetificados. Um exemplo que podemos citar é que ainda hoje, na sociedade civil brasileira, o indígena é tido como relativamente incapaz<sup>10</sup> estando sujeito a regimes e regulamentos especiais, os quais cessarão à medida que eles se *adaptarem* à civilização brasileira.

É importante, entretanto, assinalar que, por mais que o olhar ocidental tenha prevalecido na constituição da identidade de um povo, Hall (1996) nos lembra de que

---

<sup>10</sup> Para maiores detalhes verificar lei nº6.001, de 19 de dezembro de 1973, capítulo II, a partir do artigo 7. Disponível em : < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm) >. Último acesso em 28 de dezembro de 2015.

em todo embate cultural todos são afetados e hibridizados. Exemplo disto é que tanto nas produções de Staden quanto nas de Debret as diversas culturas imersas no processo se misturaram, apresentando o hibridismo não apenas como processo, mas como condição para que a colonização – tradução – ocorra. Contudo, cabe-nos vigilância quanto a esta contaminação com intuito de que o hibridismo – tão valorizado na pós-modernidade – não produza um silenciamento ainda maior.

Por mais que sociedades indígenas e ocidentais sejam afetadas, vale lembrar que a contaminação nunca é proporcionalmente recíproca e tampouco amortiza a necessidade de se buscarem formas para que os indígenas possam constituir suas próprias discursividades e, desse modo, traduzir de forma verbal ou não suas próprias histórias.

### **Alguns últimos apontamentos**

Desconstruir as formas tradicionais de compreender tanto a linguagem quanto a tradução nos possibilita perceber que estamos constantemente agindo sobre nós e o mundo por meio da própria linguagem – estamos presos a ela –, seja verbalmente ou não.

Assim, é importante enfatizar que ampliar o que se entende por tradução não está relacionado com o desejo de implodir os inúmeros matizes que compõe as várias formas de reescrita, abandonando termos como paródia, pastiche, paráfrase, adaptação, versão etc., para manter apenas *tradução*, dando a este conceito um ar hegemônico e unívoco. O desejo, entretanto, é de se tentar perceber que outras formas de significação e discursividade, por mais que não sejam tidas a priori como traduções e tampouco pleiteiem tal posto, possam ganhar contribuições dos estudos da tradução ao serem analisadas, estudadas e entendidas também sob a ótica dos processos tradutórios. Assim como a tradução de um livro demanda transformações que vão da ordem linguística à discursiva e, conseqüentemente, cultural, outras formas de significação como as pinturas também apresentam necessidade igual. Da mesma forma que os relatos de viagens como os de Staden, a partir das suas diversas traduções, contribuíram via tradução interlingual para a visão do ocidente – sobretudo representado pelas sociedades europeias – sobre determinados grupos e os efeitos causados disto, as ilustrações acopladas ao relato e a pintura de Debret, por exemplo, também exercem via tradução intersemiótica influência na formação do olhar.



O tradutor escolhe o que, como e para quem traduzir. Pode-se pensar que de forma semelhante o pintor age. Possivelmente Debret, por exemplo, não objetivava que sua obra fosse tida ou vendida como uma tradução propriamente dita. Porém, ao tomarmos suas pinturas também como formas de traduzir um povo, um momento histórico e uma cultura, estamos possibilitando que vejamos que no processo artístico também há escolhas sobredeterminadas que sugerem que aquela produção não é apenas uma descrição de determinado momento ou evento, tampouco um objeto decorativo, mas uma forma de discurso que age performativamente sobre todos nós. Uma imagem não conta mil histórias, mas sim uma versão de mil histórias, e nos conta muito sobre os outros e também sobre nós, assim como sobre um tempo já passado e um presente. E ao nos mostrar e nos contar, está agindo.

## Referências

- ARRISTÓTELES. *Da Interpretação*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- ARROJO, R. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 2007.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.
- BARBOSA, H. G. *Procedimentos técnicos da tradução: Uma nova proposta*. ed 2. Pontes. Campinas, São Paulo, 2004.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2010.
- CATFORD, J. C. *Uma teoria lingüística da tradução: um ensaio em lingüística aplicada*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- DEPAULA, L. *A invenção do original via tradução, pseudotradução e autotradução*. Vitória: EDUFES, 2011.
- DERRIDA, J. *Points...: Interviews, 1974-1994*. Standford University Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Posições*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.
- FAVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. *Linguística Textual: uma introdução*. 3ª ed. São Paulo; Cortez, 2009.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. *The West and the Rest: Discourse and Power*. In: Hall, St.(org.) *Modernity: an introduction to modern societies*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1996.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2005.

JERÔNIMO. Letter to pammachius. In: VENUTI, L. (Org.) *The Translation Studies Reader*. 3 ed. New York: Routledge.

MARTINS, H. F. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística - Fundamentos Epistemológicos*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, v. 3.

MAYORGA, J. *La lengua en pedazos*. Celcit, Buenos Aires, 2013.

MIGNOLO, W.D. *Misunderstanding and Colonization: The reconfiguration of Memory and Space*. In: *The South Atlantic Quarterly*, Duke, 1993

NIDA, E. *Language structure and translation*. California: Standford University Press, 1975.

ORLANDI, E. *Terra à vista. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

PAZ, O. Traducción: literatura y Literalidad. In: GÁRCIA, D. L. (org.). *Teorías de la traducción: antología de textos*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1996.

PLATÃO. *Crátilo, ou sobre a correção dos nomes*. São Paulo, Paulus, 2014.

REZENDE, P.; DEPAULA, L.. A tradução como ato performativo: As narrativas indígenas, do descritivo ao tornar-se. In: GODOY, H. (org.) *2º Workshop Internacional de Pragmática*. Curitiba, Setor de Ciências Humanas, 2015.

STADEN, H. *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1988.

## **POLÍTICA EDITORIAL**

A *Revista PERcursos Linguísticos* publica trabalhos inéditos (artigos, resenhas e entrevistas) sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores (brasileiros e estrangeiros), pós-graduandos e alunos de Iniciação Científica (neste caso, com certificação do professor orientador).

Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão se baseará para decisão final sobre a publicação.

A Equipe Editorial científicará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Equipe. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.

Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês. Os dados e conceitos contidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.

Os direitos autorais referentes aos trabalhos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista *PERcursos Linguísticos*, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98. O trabalho publicado poderá ser acessado pela rede mundial de computadores, sendo permitidas, gratuitamente, a consulta e a reprodução de exemplar do trabalho para uso próprio de quem o consulta. Essa autorização de publicação não tem limitação de tempo, ficando o site da revista responsável pela manutenção da identificação do autor do artigo. Casos de plágio ou quaisquer ilegalidades nos textos apresentados são de inteira responsabilidade de seus autores.

## **NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**

O trabalho deve ser digitado em Word for Windows, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de

2 cm, sem numeração de páginas. A fonte deverá ser Times New Roman, tamanho 12, em espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos, com alinhamento justificado. Entre texto e exemplo, citações, tabelas, ilustrações, etc., utilizar espaço duplo.

Os trabalhos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências.

O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura:

- Título: centralizado, em maiúsculas com negrito, na fonte 14, no alto da primeira página.
- Nome do(s) autor(es): por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, em fonte 12, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com um asterisco que remeterá ao pé da página para identificação da instituição a que pertence(m) o(s) autor(es).
- Filiação institucional: em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), a sigla da universidade, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).
- Resumo: em português e inglês (abstract) para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
- Palavras-chave e keywords: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, com um espaço simples após o resumo.
- Texto do artigo: iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave e keywords, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. Os subtítulos obrigatoriamente utilizados (**Resumo, Palavras-chave, Abstract, Keywords, Referências**) também se submetem a essa formatação. Deverá haver espaço duplo de uma linha entre o último parágrafo da seção

anterior e o subtítulo. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.

- Referências: precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto. Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os documentos eletrônicos seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos on line.

Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ANBT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.

No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente por meio do site: <  
[http://scripts.sil.org/cms/scripts/page.php?site\\_id=nrsi&id=DoulosSIL\\_download](http://scripts.sil.org/cms/scripts/page.php?site_id=nrsi&id=DoulosSIL_download)>.

- Anexos, caso existam, devem ser colocados após as referências, precedidos da palavra Anexo, em negrito, sem adentramento e sem numeração.

Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.

O trabalho (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado para endereço eletrônico < [percursoslinguisticos@hotmail.com](mailto:percursoslinguisticos@hotmail.com) > em dois arquivos digitais, em formato Word for Windows (versão 6.0 ou superior), conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo, em uma folha que anteceda o artigo, devem constar os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone, fax

e e-mail; formação acadêmica; instituição em que trabalha; especificação da área em que se insere o artigo. No texto do segundo arquivo, deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es), constando apenas o texto do artigo propriamente.

Serão devolvidos aos autores trabalhos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

***PERcursos Linguísticos***

**Equipe editorial**

A/C Patrick Rezende (editor-gerente)

Guilherme Brambila

Mônica Smirdele

Micheline Tomazi

CCHN/ PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910 Vitória – ES

Tel: 0 XX 4009-2801

E-mail: [percursoslinguisticos@hotmail.com](mailto:percursoslinguisticos@hotmail.com)